



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 41, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 19/2026**). 7

Do Senador Renan Filho, de reassunção do mandato de Senador da República, em 1º de abril de 2026 (**Ofício s/nº/2026**) 8

Do Senador Renan Filho, de endereço do escritório de apoio de S. Exa. (**Ofício nº 1/2026**). 10

1.1.2 – Indicação

Nº 9/2026, da Senadora Damares Alves, que *sugere ao Ministério da Saúde a adoção de medidas destinadas à incorporação da medicação Vosoritida (Voxzogo) no Sistema Único de Saúde (SUS), para o tratamento de pacientes com acondroplasia.* 12

1.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 1451/2023, que *altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer a incidência da contribuição para o custeio das pensões militares e da inatividade dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios apenas sobre a parcela da remuneração que exceder o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, quando se tratar de militares inativos e de seus pensionistas.* 19

1.1.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 1.714/2025, na origem (**Mensagem nº 7/2026, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro*



do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso. 25

Nº 1.883/2025, na origem (**Mensagem nº 8/2026, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga. 70

1.1.5 – Projetos de Decreto Legislativo

Nº 175/2026, do Senador Dr. Hiran, que susta a Resolução nº 286, de 20 de março de 2026, do Conselho Federal de Odontologia, que reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências. 102

Nº 176/2026, do Senador Jaime Bagattoli, que susta dispositivos das Resoluções nº 5.268 de 18 de dezembro de 2025 e nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional, que tratam de condicionantes ambientais para concessão de crédito rural. 107

Nº 177/2026, do Senador Dr. Hiran, que susta as Resoluções do Conselho Federal de Odontologia (CFO) nº 283, de 19 de março de 2026, que revoga a Resolução CFO n. 100/2010 e os artigos 43, 44, 45, 47 e 48 da Resolução CFO n. 63/2005; nº 284, de 19 de março de 2026, que reconhece a área anatômica de atuação do cirurgião-dentista, estabelece vedação quanto a neoplasias malignas e revoga a Resolução CFO n. 176/2016; nº 285, de 19 de março de 2026, que altera o artigo 1º e revoga o artigo 3º da Resolução CFO n. 230/2020; e nº 286, de 20 de março de 2026, que reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências. 111

1.1.6 – Projetos de Lei

Nº 1576/2026, da Senadora Ana Paula Lobato, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 ("Lei dos Crimes Hediondos"), para vedar a progressão de regime e estabelecer a infiançabilidade e a imprescritibilidade de crimes graves cometidos contra mulheres. 118

Nº 1585/2026, da Senadora Roberta Acioly, que dispõe sobre a validação cadastral e biométrica de titulares de linhas telefônicas móveis no Brasil, estabelece mecanismos de prevenção a fraudes e ao uso indevido de números de telefone para a prática de crimes e dá outras providências. 124

Nº 1586/2026, da Senadora Roberta Acioly, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para vedar a limitação do número de sessões de terapias multidisciplinares prescritas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da saúde suplementar. 131

1.1.7 – Requerimentos

Nº 255/2026, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 80 anos do Tribunal Superior do Trabalho. 141

Nº 256/2026, do Senador Dr. Hiran, requer a retirada definitiva do Projeto de Decreto Legislativo nº 175/2026. 144

Deferimento do Requerimento nº 256/2026. 146



Nº 257/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso ao Sr. Roberto da Cunha, pelo evento de lançamento da Agenda Legislativa dos Corretores de Imóveis.	147
Nº 258/2026, do Senador Jorge Seif, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hans Prayon.	150
Nº 259/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso ao Dr. Wolnei Zeviani, neurocirurgião do Hospital Militar de Campo Grande, pela aplicação da polilaminina em pacientes com lesão medular no Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente aos profissionais que conduziram os procedimentos neurocirúrgicos realizados em Campo Grande.	154
Nº 260/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso ao Sr. Samer Nasser, pela celebração de parceria estratégica inédita com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), voltada à promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.	157
Nº 261/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Moreira da Costa.	161
Nº 262/2026, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Gomes.	164

PARTE III

2 – ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 25 de fevereiro de 2026.	169
---	-----

3 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-UCRÂNIA

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 24 de fevereiro de 2026.	198
---	-----

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 222

5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL. (Suplemento “A”)

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL. (Suplemento “B”)

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 228

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 231

8 – LIDERANÇAS 232

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 235

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 240

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 244

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 290



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Liderança do BLPBRA

Ofício nº 19/2026-BLPBRA

Brasília, 1º de abril de 2026

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste indicar a substituição da Senadora Ana Paula Lobato pela Senadora Leila Barros nas vagas do Bloco Parlamentar Pelo Brasil na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Atenciosamente,

Senador Weverton
(PDT - MA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6862457220>



Brasília, 01 de abril de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: **Reassunção ao mandato de Senador da República.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico à Vossa Excelência e ao Plenário o retorno ao exercício do mandato parlamentar, a partir do dia **01 de abril de 2026.**

Atenciosamente,

Senador Renan Filho
MDB - AL



ASSINADO DIGITALMENTE
JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://senpro.gov.br/assinador-digital>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 79E52CA7007649F2.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B6FE6F0200767594.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



EDIÇÃO EXTRA

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

ISSN 1677-7050



Ano LXVII Nº 62-A

Brasília - DF, quarta-feira, 1 de abril de 2026

SEÇÃO 2

Sumário

Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	1
.....Esta edição é composta de 1 página.....	

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

DECRETOS DE 1º DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso I, da Constituição, resolve:

EXONERAR, a pedido,

MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA do cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Brasília, 1º de abril de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, incisos I e XXV, da Constituição, resolve:

NOMEAR

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO, para exercer o cargo de Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Brasília, 1º de abril de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DECRETOS DE 1º DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso I, da Constituição, resolve:

EXONERAR

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO do cargo de Ministro de Estado dos Transportes.

Brasília, 1º de abril de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, incisos I e XXV, da Constituição, resolve:

NOMEAR

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO, para exercer o cargo de Ministro de Estado dos Transportes, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Brasília, 1º de abril de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIAS DE 1º DE ABRIL DE 2026

MINISTÉRIO DA FAZENDA

O MINISTRO DE ESTADO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

Nº 261 - EXONERAR

LAIO CORREIA MORAIS do cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, código CCE 1.15.

Nº 262 - NOMEAR

FÁBIO HENRIQUE BITES TERRA, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda, código CCE 1.15, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

RUI COSTA DOS SANTOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

RUI COSTA DOS SANTOS
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

LARISSA CANDIDA COSTA
Coordenadora-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e meditorais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3411-9450

IN
217
anos

IMPRENSA NACIONAL

• 217 ANOS •

• 13 DE MAIO DE 1808 •

• 2025 •

• CASA CIVIL DA
PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA •

217º aniversário
da **Imprensa Nacional**
Promoção da transparência pela
oficialização dos atos governamentais.

43º aniversário
do **Museu da Imprensa**
Difusão do Patrimônio Documental e
Histórico do Brasil



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 06042026040100001

1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B0CA6D3D007649E4.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B6FE6F0200767594.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Filho

Ofício nº 0001/2026 – GSRFILHO

Brasília, 01 de abril de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Manutenção do escritório parlamentar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico à Vossa Senhoria o interesse em manter o escritório de apoio na Rua Sampaio Marquês, 25, Delman Empresarial, Sala 611 - Pajuçara, Maceio/AL - CEP:57030-107, como todos os servidores que estão nomeados no escritório de apoio em Maceió/AL e no gabinete em Brasília, anteriormente vinculados ao Senador Fernando Farias, para que permaneçam nos seus respectivos locais de exercício e funções com vistas a assegurar a continuidade das atividades legislativas e administrativas.

Atenciosamente,

Senador Renan Filho
MDB-AL

ASSINADO DIGITALMENTE
JOSE RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Senado Federal – Anexo I – 6º Andar
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6266



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 9, DE 2026

Sugere ao Ministério da Saúde a adoção de medidas destinadas à incorporação da medicação Vosoritida (Voxzogo) no Sistema Único de Saúde (SUS), para o tratamento de pacientes com acondroplasia.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 9/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/26525.26086-56

INDICAÇÃO Nº , DE 2026

Sugere ao Ministério da Saúde a adoção de medidas destinadas à incorporação da medicação Vosoritida (Voxzogo) no Sistema Único de Saúde (SUS), para o tratamento de pacientes com acondroplasia.

Nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde e da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SECTICS), a adoção de medidas destinadas à avaliação, negociação e eventual incorporação da medicação Vosoritida (Voxzogo) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com a definição de diretrizes terapêuticas específicas para o tratamento da acondroplasia.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou, em 13 de março de 2026, audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater os desafios enfrentados por pessoas com acondroplasia no Brasil, especialmente no que se refere à inclusão social, ao acesso à saúde, à acessibilidade, à educação e à inserção no mercado de trabalho.

O debate reuniu representantes do Ministério da Saúde, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Defensoria Pública da União, especialistas da área médica e representantes da sociedade civil, além de pacientes e familiares diretamente afetados pela condição, permitindo uma análise abrangente e multidisciplinar da temática.



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves

Para verifica

1

Avulso do INS 9/2026 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

No tocante ao tratamento medicamentoso, restou evidenciado que a Vosoritida (Voxzogo) constitui, atualmente, a única terapia alvo aprovada para a acondroplasia, com resultados clínicos relevantes não apenas no ganho de estatura, mas, sobretudo, na melhoria da funcionalidade, da autonomia e da qualidade de vida dos pacientes, reduzindo complicações ortopédicas, respiratórias e neurológicas associadas à condição.

A audiência também demonstrou que o acesso ao medicamento no Brasil ocorre, majoritariamente, por via judicial, cenário que gera desigualdades, insegurança jurídica e risco de interrupção de tratamento, além de representar maior ônus ao Estado em comparação com a incorporação administrativa e a compra centralizada.

Importa destacar que, durante o debate, a própria representação do Ministério da Saúde reconheceu a existência de evidência científica consistente quanto à eficácia da medicação, esclarecendo que o principal óbice à incorporação reside no impacto orçamentário e na necessidade de estruturação de estratégias de negociação com a indústria farmacêutica, a exemplo de modelos de compartilhamento de risco.

Nesse contexto, verifica-se que não há controvérsia relevante quanto à efetividade clínica do tratamento, mas sim a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de gestão pública para viabilizar sua incorporação de forma sustentável.

A relevância da medida se evidencia, ainda, diante da chamada janela de oportunidade terapêutica da acondroplasia, limitada ao período de crescimento ósseo. A ausência de acesso oportuno ao tratamento pode resultar em perdas irreversíveis, comprometendo a autonomia funcional dos pacientes e perpetuando situações de dependência que poderiam ser mitigadas com intervenção precoce.





SENADO FEDERAL

Ademais, o tratamento deve ser compreendido sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana e da promoção da autonomia, e não apenas como intervenção voltada ao crescimento estatual. Relatos apresentados na audiência indicam que a utilização da Vosoritida possibilita a realização de atividades básicas de forma independente, reduzindo vulnerabilidades e ampliando a inclusão social.

Sob o prisma econômico, a incorporação administrativa do medicamento pode representar maior eficiência para o Estado, ao reduzir os custos associados à judicialização, além de permitir negociações institucionais com a indústria farmacêutica, assegurando previsibilidade orçamentária e equidade no acesso.

A medida também se alinha aos princípios da integralidade, da equidade e da universalidade do Sistema Único de Saúde, bem como às diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão, contribuindo para o enfrentamento de barreiras estruturais e do capacitismo ainda presentes na sociedade brasileira.

Diante desse cenário, e considerando os elementos técnicos, sociais e institucionais amplamente debatidos em audiência pública, mostra-se pertinente sugerir ao Ministério da Saúde:

- a reavaliação do processo de incorporação da medicação Vosoritida (Voxzogo) no SUS;
- a adoção de estratégias de negociação com a indústria farmacêutica, incluindo modelos de compartilhamento de risco;
- a constituição de grupo técnico com especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil para definição de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) específicos para a acondroplasia;





SENADO FEDERAL

SF/26525.26086-56

- e a implementação de medidas que assegurem o acesso equitativo, contínuo e sustentável ao tratamento.

A audiência pública que subsidiou a presente proposição encontra-se integralmente disponível nos canais oficiais do Senado Federal, inclusive na TV Senado e na página da Comissão de Direitos Humanos, garantindo transparência e acesso público às discussões realizadas.

Sala das Comissões,

Senadora DAMARES ALVES

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verifica

4

Avulso do INS 9/2026 [5 de 5]



Apresentada a Indicação nº 9, de 2026, da Senadora Damares Alves, *sugerindo ao Ministério da Saúde a adoção de medidas destinadas à incorporação da medicação Vosoritida (Voxzogo) no Sistema Único de Saúde (SUS), para o tratamento de pacientes com acondroplasia.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1451, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer a incidência da contribuição para o custeio das pensões militares e da inatividade dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios apenas sobre a parcela da remuneração que exceder o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, quando se tratar de militares inativos e de seus pensionistas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2250478&filename=PL-1451-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1451/2023 [1 de 5]



Data do Documento: 27/03/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer a incidência da contribuição para o custeio das pensões militares e da inatividade dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios apenas sobre a parcela da remuneração que exceder o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, quando se tratar de militares inativos e de seus pensionistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer que a contribuição nele prevista deverá incidir apenas sobre a parcela da remuneração dos militares inativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e de seus pensionistas que exceder o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º O art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24-C. Incide contribuição sobre a totalidade da remuneração dos militares ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios com alíquota igual à aplicável às Forças Armadas, cuja receita é destinada ao custeio das pensões militares e da inatividade dos militares.

.....

§ 2º (Revogado).



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.camara.gov.br/sigadweb/v.asp?>

Avulso do PL 1451/2023 [2 de 5]

3102171



Data do Documento: 27/03/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 3º Quando se tratar de militares inativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e de pensionistas, sempre que houver fonte de compensação de recursos, a contribuição incidirá apenas sobre a parcela da remuneração que exceder o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.”(NR)

Art. 3º Fica revogado o § 2º do art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 18 de março de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
https://www.camara.gov.br/prof/web/dep/hugo-motta

Avulso do PL 1451/2023 [3 de 5]

3102171



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 183/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.451, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer a incidência da contribuição para o custeio das pensões militares e da inatividade dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios apenas sobre a parcela da remuneração que exceder o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, quando se tratar de militares inativos e de seus pensionistas”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 30/03/2026 18:04:46.560 - Mesa

DOC n.330/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD260303692100>
As

Avulso do PL 1451/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 667, de 2 de Julho de 1969 - Lei de Reorganização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar (1969) - 667/69

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1969;667>

- art24-3

- art24-3_par2

- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social (1991) - 8213/91

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2026

(nº 1714/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "a", e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 7/2026 [1 de 45]



MENSAGEM Nº 1.714

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Belém, 20 de novembro de 2025.

Avulso da MSF 7/2026 [2 de 45]



OFÍCIO Nº 257/2026/CC/PR

Brasília, 31 de MARÇO de 2026.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luís Roberto Barroso.

Atenciosamente,

RUI COSTA DOS SANTOS
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República





Jorge Rodrigo Araújo Messias

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/2654266192818031>

Última atualização do currículo em 02/03/2026

Ministro da Advocacia-Geral da União desde 01 de janeiro de 2023. Professor da Unisanta / Grupo Santa Cecília, graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, (UFPE), em 2003. Doutor pela UNB (2024) e mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela UNB (2018). Ex-Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Ex-Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil. Ex-Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação. Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Educação. Ex-Consultor Jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ex-Procurador do Banco Central do Brasil. Procurador da Fazenda Nacional, membro da Advocacia-Geral da União como integrante da carreira de Procurador da Fazenda Nacional. Atuou, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na representação societária da União. Pesquisa em Law, Development and Innovation, Gestão Pública e nas áreas de Direito Empresarial, Direito do Estado e da Regulação e Direito Administrativo Econômico. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Jorge Rodrigo Araújo Messias

Nascimento **Informações Pessoais**

Lattes ID 2654266192818031

Nome em citações bibliográficas MESSIAS, J. R. A.

Idiomas

Inglês Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Bem

Espanhol Compreende Bem , Fala Razoavelmente , Escreve Pouco , Lê Bem

Prêmios e títulos

- 2026** Medalha Ministro Célio Silva, Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral (COPEJE)
- 2025** COLAR DO MÉRITO DA CORTE DE CONTAS MINISTRO JOSÉ MARIA DE ALKMIN, TCEMG
- 2025** COMENDA BANCO DO NORDESTE DE INTEGRIDADE 2025, BANCO DO NORDESTE
- 2025** Comenda Ordem do Mérito da Defensoria Pública da União, Defensoria Pública da União
- 2025** DIPLOMA MENSAGEIRO DA PAZ, TRE 1ª Região
- 2025** GRÃO MESTRE DA ORDEM DO MÉRITO CAPIBARIBE DA CIDADE DE RECIFE, PREFEITURA DE RECIFE
- 2025** Medalha Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, TRT DA 6ª REGIÃO
- 2025** Ordem do Mérito da Defensoria Pública da União, Defensoria Pública da União

Avulso da MSF 7/2026 [4 de 45]



- 2025** Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grau de Alta Distinção, Superior Tribunal Militar
- 2025** Ordem Nacional do Mérito Educativo, Ministério da Educação
- 2025** Selo INSS 35 Anos - 1º Porte da Carta, ECT
- 2025** Título de Cidadão Mato-grossense, Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso
- 2024** COMENDA, Conselho Nacional de Justiça
- 2024** Diploma da Medalha Ordem do Mérito Cristão da Frente Parlamentar Evangélica, Congresso Nacional
- 2024** Diploma do Mérito Gumersindo Bessa, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe
- 2024** MEDALHA KOFI ANNAN, INSTITUTO GLOBAL ESG
- 2024** MOÇÃO DE AGRADECIMENTO, Câmara Municipal de Formiga - MG
- 2024** Ordem do Mérito da Justiça e Segurança Pública - Grã-Cruz, Ministério da Justiça e Segurança Pública
- 2024** ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO MILITAR, SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
- 2024** PRÊMIO RAYMUNDO FARO, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS PROCURADORIAS E DOS PROCURADORES MUNICIPAIS - ANPM
- 2024** Prêmio Dom Quixote, Revista Justiça & Cidadania.
- 2024** VOTO DE APLAUSO - REQUERIMENTO Nº 822, SENADO FEDERAL
- 2023** Diploma - Medalha Bonifácio de Andrada, ANAJUR
- 2023** Diploma da Medalha Exército Brasileiro, Comando do Exército
- 2023** Diploma da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grau Grão-Cruz, Tribunal Superior do Trabalho
- 2023** Diploma de Mérito COAF, COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- 2023** MEDALHA DO MÉRITO PREVIDENCIÁRIO ELOY CHAVES, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 2023** Medalha do Mérito Santos Dumont, Comando da Aeronáutica
- 2023** Ordem do Mérito Aeronáutico - Grão-Mestre, Comando da Aeronáutica
- 2023** Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier - Grã-Cruz, Polícia Militar do Distrito Federal
- 2023** Ordem do Mérito da Defesa, Ministério da Defesa
- 2023** Ordem do Mérito Naval, Comando da Marinha
- 2023** Ordem do Rio Branco - Grau de Grão Cruz, Ministério das Relações Exteriores
- 2016** Medalha do Pacificador, Ministério do Exército
- 2015** Ordem de Rio Branco - Grau de Comendador, Ministério das Relações Exteriores
- 2012** Medalha Miranda Lima, Ordem dos Advogados do Brasil - Distrito Federal
- 2012** Medalha Santiago Dantas, Associação Nacional dos Procuradores Federais



Formação acadêmica/titulação

- 2019 - 2024** Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: O Centro de Governo e a AGU: estratégias de desenvolvimento do Brasil na sociedade de risco global, Ano de obtenção: 2024
Orientador: MAGDA DE LIMA LUCIO 🇧🇷
- 2016 - 2018** Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: Compras Governamentais como Política de Incentivo à Inovação por Demanda: Experiência Recente com Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo – PDP na Área da Saúde Pública, Ano de obtenção: 2018
Orientador: Magda de Lima Lucio 🇧🇷
- 1998 - 2003** Graduação em Direito.
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil
Título: Licença Compulsória de Patente por interesse público no ordenamento jurídico pátrio
Orientador: Ivanildo Figueiredo da Silva Filho
- 2017 - 2018** Aperfeiçoamento em Governança Corporativa nas Empresas Estatais Federais.
FUNDACAO DOM CABRAL, FDC, Nova Lima, Brasil
Título: Estudo de Caso
- 2014 - 2014** Aperfeiçoamento em Gestão e Avaliação de Políticas Públicas.
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Processo de Formulação de Políticas Públicas
Orientador: JEAN PIER DE VASCONCELLOS ESQUIA

Formação complementar

- 2018 - 2018** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Intern. .
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
- 2010** Docência em Ensino Superior. . (Carga horária: 360h).
Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Brasília, Brasil
Ano de interrupção: 2011
- 2010 - 2010** Curso de curta duração em Aspectos Relativos à Legislação Societária. (Carga horária: 30h).
Centro de Altos Estudos da PGFN, CAE - PGFN, Brasil
- 2009 - 2010** Curso de curta duração em FACULDAD DE DERECHO DEPARTAMENTO DE POSGRADO CURSO INTENSIVO DE DOCTORADO. (Carga horária: 240h).
Universidad de Buenos Aires, UBA, Buenos Aires, Argentina
- 2009 - 2009** Curso de curta duração em II Encontro sobre Mercado de Capitais. (Carga horária: 16h).
Escola da Advocacia Geral da União, EAGU, Brasil
- 2004 - 2004** CPA-10. . (Carga horária: 80h).
Associação Nacional dos Bancos de Investimentos - ANBID, ANBID, Brasil
- 2001 - 2001** Extensão universitária em Aspectos do Direito Falimentar. (Carga horária: 6h).
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil

Atuação profissional



Universidade de Brasília - UnB

2018 - 2022 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Colaborador , Carga horária: 8, Regime: Universidade de Brasília Parcial

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN

2007 - Atual Enquadramento funcional: Procurador da Fazenda Nacional , Carga horária: 40, Regime: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONALDedicação exclusiva

Atividades

08/2008 - 03/2010 Direção e Administração, Coordenação da Representação Extrajudicial da Fazenda Nacional

Cargos ocupados:
Procurador da Fazenda Nacional

Ministério da Educação - MEC

2012 - 2014 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Secretario de Regulação da Educação Superior , Carga horária: 40, Regime: Ministério da EducaçãoDedicação exclusiva

2012 - 2012 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Consultor Jurídico , Carga horária: 40, Regime: Ministério da Educação Integral

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

2011 - 2012 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Consultor Jurídico , Carga horária: 40, Regime: Ministério da Ciência, Tecnologia e InovaçõesDedicação exclusiva
Outras informações:
Consultor Jurídico do Ministério da Educação

Atividades

03/2011 - Atual Direção e Administração, Consultoria Jurídica

Cargos ocupados:
Consultor Jurídico

Banco Central - BACEN

2006 - 2007 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Servidor Público Federal , Carga horária: 40, Regime: Banco CentralDedicação exclusiva
Outras informações:
Procurador do Banco Central do Brasil

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

2012 - 2014 Vínculo: Conselheiro , Enquadramento funcional: Membro do Conselho de Administração , Carga horária: 8, Regime: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Parcial
Outras informações:
Membro do Conselho de Administração do CGEE na qualidade de representante do Ministério da Educação

Empresa Binacional Alcântara Space Cyclone - ASC

2011 - 2015 Enquadramento funcional: Conselheiro Fiscal , Carga horária: 8, Regime: Empresa Binacional Alcântara Space Cyclone Parcial

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

2010 - 2012 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Membro de Comissão , Carga horária: 8, Regime: Conselho Federal da

Avulso da MSF 7/2026 [7 de 45]



Ordem dos Advogados do Brasil Parcial
Outras informações:
Secretário e Membro Titular da Comissão Nacional da Advocacia
Pública Federal

Caixa Econômica Federal - CEF/DF

2002 - 2006 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Empregado
Concursado , Carga horária: 40, Regime: Caixa Econômica
FederalDedicação exclusiva
Outras informações:
Técnico Bancário

Atividades

08/2002 - 01/2004 Direção e Administração, Agência Teatro Marrocos

Cargos ocupados:
Técnico de Fomento

02/2004 - 06/2006 Direção e Administração, Agência Teatro Marrocos

Cargos ocupados:
Gerente de Relacionamento Estados e Municípios

Forum Nacional da Advocacia Pública Federal - FORUM

2007 - 2011 Vínculo: Direção , Enquadramento funcional: Secretário-Geral,
Regime: Forum Nacional da Advocacia Pública Federal Parcial
Outras informações:
Secretário-Geral do Forum Nacional da Advocacia Pública
Federal

Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE

2015 - 2016 Vínculo: Conselheiro , Enquadramento funcional: Conselheiro de
Administração, Regime: Centrais Elétricas do Norte do Brasil
Parcial

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

2015 - 2016 Vínculo: Conselheiro , Enquadramento funcional: Conselheiro de
Administração, Regime: Empresa de Pesquisa Energética
Parcial

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

2016 - 2016 Vínculo: Conselheiro Fiscal , Enquadramento funcional:
Conselheiro Fiscal da BNDESPAR , Carga horária: 10, Regime:
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Parcial

Universidade Santa Cecília - UNISANTA

2024 - Atual Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor,
Regime: Universidade Santa Cecília Parcial

BRASILPREV - BRASILPREV

2023 - Atual Vínculo: Conselheiro , Enquadramento funcional: Conselheiro de
Administração, Regime: BRASILPREV Parcial

Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINPROFAZ

2009 - 2011 Vínculo: Não remunerado , Enquadramento funcional: DIRETOR
DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, Regime: Sindicato
Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional Parcial

Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central - ANPBC

2006 - 2007 Vínculo: Sem vínculo , Enquadramento funcional: PRESIDENTE,
Regime: Associação Nacional dos Procuradores do Banco
Central Parcial

Avulso da MSF 7/2026 [8 de 45]



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – Sinprofaz - SINPROFAZ

2008 - 2010 Vínculo: Sem vínculo , Enquadramento funcional: Diretor de Assuntos Parlamentares, Regime: Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – Sinprofaz Parcial

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - GABINETE DO MINISTRO - AGU

2023 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Ministro de Estado, Regime: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - GABINETE DO MINISTRO Parcial

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ASSESSORIA ESPECIAL DA CASA CIVIL - AE-CCIVIL-PR

2016 - 2016 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: ASSESSOR ESPECIAL, Regime: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ASSESSORIA ESPECIAL DA CASA CIVILDedicação exclusiva

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SAG-CASA CIVIL - PR/SAG-CCIVIL

2014 - 2015 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Subchefe, Regime: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SAG-CASA CIVILDedicação exclusiva

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA DA CASA CIVIL - PR/SAJ-CCIVIL

2015 - 2016 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Subchefe para Assuntos Jurídicos - Casa Civil, Regime: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS DA DA CASA CIVILDedicação exclusiva

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública / Especialidade: Política e Planejamento Governamentais
3. Grande área: Ciências Humanas / Área: Educação
4. Grande área: Ciências Humanas / Área: Educação / Subárea: Ensino-Aprendizagem

Produção**Produção bibliográfica****Livros publicados**

1. 📖 **MESSIAS, J. R. A.**; CARVALHO, PAULO RONALDO CEO DE; WILLIAM AKERMAN. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E FAZENDA PÚBLICA, ed.1ª. BRASÍLIA: SOBREDIREITO, 2025

Capítulos de livros publicados

1. 📖 **MESSIAS, J. R. A.**. 8 DE JANEIRO - GOLPE DERROTADO, DEMOCRACIA PRESERVADA In: O FRONT ESPECTRAL DA GUERRA CONTRA A DEMOCRACIA, ed.1. São Paulo: Instituto Joaquín Herrera Flores e Publius, 2025, v.1, p. 307 - 314.
2. Luis Felipe Salomão; MUDROVITSCH, R.; **MESSIAS, J. R. A.**. Convenção Americana de Direitos Humanos Comentada In:



Convenção Americana de Direitos Humanos Comentada, ed.1.
Rio de Janeiro: Forense, 2024, v.1, p. 25 - 32.

3. CARLOS ALBERTO A. ARAÚJO; LIMA, F. P.; ALZAMORA, G. C.; **MESSIAS, J. R. A.** DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS In: DESINFORMAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE DEMOCRACIA, CIÊNCIA E VIDA SOCIAL, ed.1. BELO HORIZONTE-MG: UFMG, 2024, v.1, p. 47 - 57.
4. **MESSIAS, J. R. A.**; SIMONETTI, J. A.; COELHO, M. V. F.; AUTORES, D.. Advocacia Pública e Democracia in Defesa da Democracia e das Liberdades In: Defesa da Democracia e das Liberdades, ed.1. Brasília: OAB, 2023, v.1, p. 1 - 10.
5. BENEDITO GONÇALVES; FABIANA FAVRETO; MENDES, G.; BARROSO, L. R.; **MESSIAS, J. R. A.** Defesa da Democracia pela Advocacia Pública: ensaio em homenagem ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral Benedito Gonçalves In: Direito Público e Democracia – Estudos em homenagem aos 15 anos do ministro Benedito Gonçalves no STJ, ed.1. Belo Horizonte: Forum, 2023, v.1, p. 1 - 516.

Livros organizados

1. 🌟 **MESSIAS, J. R. A.**; LOBO, E.; CLARA MOTA; **MESSIAS, J. R. A.** Análise Social do Direito: Por uma Hermenêutica de Inclusão, ed.1. São Paulo: D'PLÁCIDO, 2025, v.1., p.406.

Artigos em jornal de notícias

1. LOBO, E.; **MESSIAS, J. R. A.** Dever de cuidado e responsabilidade das redes sociais pela checagem de conteúdo. JOTA, São Paulo, 2025.
2. 🌟 **MESSIAS, J. R. A.**
<https://www.nytimes.com/2025/07/14/opinion/brazil-america-trump-tariffs.html>. The New York Times, Nova York, 2025.
3. **MESSIAS, J. R. A.**; CALIXTO, C.. O julgamento do Tema 1198 no STJ sobre litigância predatória. JOTA, São Paulo, 2025.
4. **MESSIAS, J. R. A.** Oito de Janeiro de 2023 jamais pode ser esquecido. O Globo, Rio de Janeiro, 2025.
5. **MESSIAS, J. R. A.** 40 anos da redemocratização: com os olhos de ontem e o coração no amanhã. Correio Braziliense, Brasília, 2025.
6. **MESSIAS, J. R. A.**; PROF. DOUTOR RICARDO LEVANDOWSKI. As lições do dia 8 de janeiro. Folha de São Paulo, São Paulo, 2024.
7. LOBO, E.; **MESSIAS, J. R. A.** Extremismo, inteligência artificial e democracia em perigo. JOTA, São Paulo, 2024.
8. **MESSIAS, J. R. A.** Pela liberdade de expressão das muitas vozes do povo brasileiro. Folha de São Paulo, São Paulo, 2024.
9. **MESSIAS, J. R. A.** Trabalho e democracia. JOTA, São Paulo, 2024.
10. **MESSIAS, J. R. A.**; CALIXTO, C.. A cultura de experimentação e a transformação digital da advocacia pública. JOTA, São Paulo, 2023.
11. **MESSIAS, J. R. A.** A defesa do patrimônio da União na Eletrobras. Folha de São Paulo, São Paulo, 2023.
12. **MESSIAS, J. R. A.**; SILVEIRA, A.. A Eletrobras e as artificialidades jurídicas. O Globo, Rio de Janeiro, 2023.

Avulso da MSF 7/2026 [10 de 45]



13. **MESSIAS, J. R. A.**; CARVALHO, V. M.. A inovação técnico-jurídica a serviço da efetividade das políticas públicas. JOTA, São Paulo, 2023.
14. **MESSIAS, J. R. A.**; ALVIM, L.. Coisa julgada e o dever fundamental de pagar tributos. JOTA, São Paulo, 2023.
15. **MESSIAS, J. R. A.**; COSTA, R.. Oito anos da tragédia de Mariana: reparação ambiental e resgate da dignidade. Folha de São Paulo, São Paulo, 2023.
16. **MESSIAS, J. R. A.**. XI Fórum Jurídico de Lisboa. Diário de Notícias Portugal, Lisboa, 2023.

Artigos em revistas (Magazine)

1. **MESSIAS, J. R. A.**; LOBO, E.. Equilíbrio institucional brasileiro: o papel da Advocacia-Geral da União na relação entre os três Poderes da República. Revista Jurídica da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, p.1 - 365, 2025.
2. **MESSIAS, J. R. A.**. A tragédia das fake news. Consultor Jurídico, Brasília, 2024.
3. **MESSIAS, J. R. A.**. A verdadeira AGU: uma função essencial aos Poderes da República. Consultor Jurídico, Brasília, 2024.
4. **MESSIAS, J. R. A.**. A redução da litigiosidade no Supremo. Consultor Jurídico, Brasília, 2023.
5. **MESSIAS, J. R. A.**. AGU 30 anos: uma instituição democrática indispensável ao Brasil. Consultor Jurídico, São Paulo, 2023.

Apresentação de trabalho e palestra

1. **MESSIAS, J. R. A.**. O papel da Advocacia pública federal na sustentação da democracia, 2024. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
2. **MESSIAS, J. R. A.**. LANÇAMENTO DA VERSÃO TRADUZIDA PARA O KAYAPÓ DA CONVENÇÃO 169 DA OIT, 2023. (Outra, Apresentação de Trabalho)
3. **MESSIAS, J. R. A.**. Das Marcas e Patentes - No Brasil e no Direito Comparado, 2001. (Congresso, Apresentação de Trabalho)

Outras produções bibliográficas

1. **MESSIAS, J. R. A.**; DIVERSOS, A.. DIREITO E DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO:PROCESSO, 2024. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
2. AUTORES, D.; **MESSIAS, J. R. A.**. Santos-Dumont: humanista, pacifista, herói e pai da aviação. Brasília:Publicações da ESAGU, 2023. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
3. **MESSIAS, J. R. A.**. A CONSENSUALIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO. :NSM, 2025. (Apresentação, Prefácio Posfácio)
4. Gustavo Oliveira; **MESSIAS, J. R. A.**. LINDB e Direito Público: Reflexões Sobre a lei n. 13.655/2018. São Paulo/SP:Almedina Brasil, 2025. (Apresentação, Prefácio Posfácio)
5. **MESSIAS, J. R. A.**; DIVERSOS, A.; BEATRIZ, A.. NOVOS RUMOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. Brasília/DF:Escola da AGU, 2025. (Apresentação, Prefácio Posfácio)
6. MARIANA CIRNE; NOLASCO, R.; KOKKE, M.; RIBEIRO, R. A.; **MESSIAS, J. R. A.**. Desafios Contemporâneos da Advocacia Pública Ambiental. Londrina/PR:Thoth, 2024. (Apresentação, Prefácio Posfácio)



Avulso da MSF 7/2026 [11 de 45]



Produção técnica**Demais produções técnicas**

1. **MESSIAS, J. R. A.**. DEBATE RACIAL NO BRASIL E A PROMOÇÃO DA CARREIRA JURÍDICA, 2026. (Outra produção técnica)
2. **MESSIAS, J. R. A.**. A Democracia na Era dos Riscos Digitais, 2025. (Outra produção técnica)
3. **MESSIAS, J. R. A.**. ABERTURA DA RODA DE DIÁLOGO "POR UMA TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA MAIS INCLUSIVA E PLURAL", 2025. (Outra produção técnica)
4. **MESSIAS, J. R. A.**. Abertura do segundo semestre do Supremo Tribunal Federal: defesa da democracia constitucional, 2025. (Outra produção técnica)
5. **MESSIAS, J. R. A.**. Assembleia Geral Extraordinária da Associação Latinoamericana de Advocacias e Procuradorias do Estado (ALAP), 2025. (Outra produção técnica)
6. **MESSIAS, J. R. A.**. Aula magna: Inovação nos municípios e a apresentação da Lei de Inovação do Eusébio, 2025. (Outra produção técnica)
7. **MESSIAS, J. R. A.**. Brazil's Attorney General: Brazil and the United States Can Do Better, 2025. (Outra produção técnica)
8. **MESSIAS, J. R. A.**. Cerimônia de Assinatura do ACT da Desjudicialização AGU - STJ, 2025. (Outra produção técnica)
9. **MESSIAS, J. R. A.**. CURSO MASTER EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO DO IBMEC, 2025. (Outra produção técnica)
10. **MESSIAS, J. R. A.**. DEBATE SOBRE REDUÇÃO DA LITIGIOSIDADE - CUSTOS DA JUDICIALIZAÇÃO EXCESSIVA, 2025. (Outra produção técnica)
11. **MESSIAS, J. R. A.**. Desafios e Oportunidades da Regulação no Brasil - Encontro de Reguladores com o Setor Produtivo, 2025. (Outra produção técnica)
12. **MESSIAS, J. R. A.**; LOBO, E.. Dever de cuidado e responsabilidade das redes sociais pela checagem de conteúdo, 2025. (Outra produção técnica)
13. **MESSIAS, J. R. A.**. DIA DA INDÚSTRIA 2025 | PAINEL "O PAPEL DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO NOVO CENÁRIO GLOBAL", 2025. (Outra produção técnica)
14. **MESSIAS, J. R. A.**. ENERGY SUMMIT GLOBAL PUBLIC GOVERNANCE AND CLEAN ENERGY: BRAZIL'S INSTITUTIONAL PATH, 2025. (Outra produção técnica)
15. **MESSIAS, J. R. A.**. GLOBAL MEETING FINANÇAS SUSTENTÁVEIS CIRCUITO COP30, 2025. (Outra produção técnica)
16. **MESSIAS, J. R. A.**. GLOBALFACT 12 PAINEL SOBRE DESINFORMAÇÃO E ESTADO DE DIREITO: A EXPERIÊNCIA DO BRASIL, 2025. (Outra produção técnica)
17. **MESSIAS, J. R. A.**. I Fórum Brasil de Ideias Segurança Jurídica e Infraestrutura, 2025. (Outra produção técnica)
18. **MESSIAS, J. R. A.**. Legal Symposium Doing Business in Brazil Legaçl Symposium - ADR na Administração Pública, 2025. (Outra produção técnica)



Avulso da MSF 7/2026 [12 de 45]



19. **MESSIAS, J. R. A.** LITIGÂNCIA PREDATÓRIA E SEGURANÇA JURÍDICA - ARKO CONFERENCE 2025, 2025. (Outra produção técnica)
20. **MESSIAS, J. R. A.** Mesa redonda Mesa de Abertura Observando a Democracia: Desafios e Oportunidades para o Estado de Direito na Era Digital, 2025. (Outra produção técnica)
21. **MESSIAS, J. R. A.** Negócios e Justiça: A Segurança Jurídica e a Sustentabilidade Empresarial - 100º ENIC – Encontro Internacional da Indústria da Construção, 2025. (Outra produção técnica)
22. **MESSIAS, J. R. A.; CALIXTO, C..** O julgamento do Tema 1198 no STJ sobre litigância predatória, 2025. (Outra produção técnica)
23. **MESSIAS, J. R. A.** Painel Segurança Jurídica e a Urgência da Desjudicialização no Brasil, 2025. (Outra produção técnica)
24. **BARROSO, L. R.; MENDES, G.; MESSIAS, J. R. A.** Perspectivas contemporâneas do controle de constitucionalidade - XXVIII Congresso Internacional de Direito Constitucional,, 2025. (Outra produção técnica)
25. **MESSIAS, J. R. A.** Perspectivas jurídicas da formulação e da implementação das políticas educacionais, 2025. (Outra produção técnica)
26. **MESSIAS, J. R. A.** Segurança Jurídica e a Urgência da Desjudicialização no Brasil, 2025. (Outra produção técnica)
27. **MESSIAS, J. R. A.** Seminário Ampliando as Ambições Climáticas e Ambientais, 2025. (Outra produção técnica)
28. **MESSIAS, J. R. A.** Seminário Defesa da Democracia no Brasil do Século XXI: Aspectos Controvertos e Contemporâneos sobre Democracia Defensiva / Defesa da Democracia no Brasil do Século XXI: Aspectos Controvertos e Contemporâneos sobre Democracia Defensiva, 2025. (Outra produção técnica)
29. **MESSIAS, J. R. A.** SEMINÁRIO INTERNACIONAL: INFRAESTRUTURA, SEGURANÇA JURÍDICA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL/ SOLUÇÕES CONSENSUAIS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES, 2025. (Outra produção técnica)
30. **MESSIAS, J. R. A.** SEMINÁRIO SOBRE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS, 2025. (Outra produção técnica)
31. **MESSIAS, J. R. A.** SESSÃO SOLENE PARA CELEBRAR OS 107 ANOS DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS E OS 32 ANOS DA REDE BOAS NOVAS, 2025. (Outra produção técnica)
32. **MESSIAS, J. R. A.** XIII FÓRUM JURÍDICO DE LISBOA - Painel: Democracia combativa: desafios e perspectivas atuais, 2025. (Outra produção técnica)
33. **MESSIAS, J. R. A.** 2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 09/04/2025, 2025. (Outra produção técnica)
34. **MESSIAS, J. R. A.** 6ª SESSÃO DOS COMITÊS TRIBUTÁRIO E REGULATÓRIO DA CÂMARA DE PROMOÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DA AGU, 2025. (Outra produção técnica)
35. **MESSIAS, J. R. A.** 8 de janeiro: luz sobre o passado para enxergar o presente e construir o futuro, 2025. (Outra produção técnica)
36. **MESSIAS, J. R. A.** A equação do desenvolvimento, da preservação e da segurança jurídica, 2024. (Outra produção técnica)



37. MESSIAS, J. R. A.. A Importância da Segurança Jurídica para o Crescimento do Mercado Segurador, 2024. (Outra produção técnica)
38. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Curso Direito e Desenvolvimento, 2024. (Outra produção técnica)
39. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Seminário Democracia em Números, 2024. (Outra produção técnica)
40. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Seminário Internacional Inteligência Artificial, Democracia e Eleições, 2024. (Outra produção técnica)
41. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Seminário Setor Portuário, 2024. (Outra produção técnica)
42. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do VIII Congresso do Contencioso Tributário da PGFN e do FGTS, 2024. (Outra produção técnica)
43. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Workshop sobre Condutas Vedadas a Agentes Públicos Federais em Eleições, 2024. (Outra produção técnica)
44. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do 11º Congresso Brasileiro Médico-Jurídico da Saúde (COMEDJUS), 2024. (Outra produção técnica)
45. MESSIAS, J. R. A.. Abertura do 167º Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2024. (Outra produção técnica)
46. MESSIAS, J. R. A.. Abertura dos Trabalhos da Comissão de Especialistas para Reformulação do Decreto de Estrutura (Decreto-Lei nº 200/1967), 2024. (Outra produção técnica)
47. MESSIAS, J. R. A.. Conferência de Abertura do Congresso Regional da Advocacia Pública, 2024. (Outra produção técnica)
48. MESSIAS, J. R. A.. Conflitos Fundiários, Desenvolvimento e Democracia, 2024. (Outra produção técnica)
49. MESSIAS, J. R. A.; DIVERSOS, A.. Décima edição da cartilha Condutas vedadas aos agentes públicos federais em eleições, 2024. (Outra produção técnica)
50. MESSIAS, J. R. A.. Defesa da Democracia numa nova era dos extremos, 2024. (Outra produção técnica)
51. MESSIAS, J. R. A.. Democracia, Participação Social e Representatividade, 2024. (Outra produção técnica)
52. MESSIAS, J. R. A.. Elevando o Potencial da Inteligência Artificial no Meio Jurídico, 2024. (Outra produção técnica)
53. MESSIAS, J. R. A.; LOBO, E.. Extremismo, inteligência artificial e democracia em perigo, 2024. (Outra produção técnica)
54. MESSIAS, J. R. A.. II Semana de Defesa da Democracia, 2024. (Outra produção técnica)
55. MESSIAS, J. R. A.. Judicialização da Saúde e Diálogos Interfederativos, 2024. (Outra produção técnica)
56. MESSIAS, J. R. A.. Liberdade de Expressão: Novos Desenvolvimentos, Desafios e Impacto, 2024. (Outra produção técnica)
57. MESSIAS, J. R. A.. Mesa de Abertura do IX Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União, 2024. (Outra produção técnica)
58. MESSIAS, J. R. A.; DINO, F.; MORI, C.; NEGRI, F.. O Estado Necessário ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do



Avulso da MSF 7/2026 [14 de 45]



Brasil - 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5CNCTI), 2024. (Outra produção técnica)

59. **MESSIAS, J. R. A.**. O Papel e o Potencial de Parcerias entre o Estado e as Organizações Religiosas, 2024. (Outra produção técnica)
60. **MESSIAS, J. R. A.**; MENDONÇA, A.. Painei Compliance no Sistema Jurídico Brasileiro - I Congresso Sergipano de Estudos Jurídicos, 2024. (Outra produção técnica)
61. **MESSIAS, J. R. A.**. Painei de Referência e Integração Técnica sobre a Apreciação de Contas do Presidente da República de 2023, 2024. (Outra produção técnica)
62. **MESSIAS, J. R. A.**; LOBO, E.. Pela liberdade de expressão das muitas vozes do povo brasileiro, 2024. (Outra produção técnica)
63. 🏆 **MESSIAS, J. R. A.**. Prêmio Raymundo Faoro – XIX Congresso Brasileiro de Procuradores e Procuradoras Municipais, 2024. (Outra produção técnica)
64. **MESSIAS, J. R. A.**. Reforma do Estado e Administração Pública, 2024. (Outra produção técnica)
65. **MESSIAS, J. R. A.**. Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, 2024. (Outra produção técnica)
66. **MESSIAS, J. R. A.**. Sessão Inaugural do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20, 2024. (Outra produção técnica)
67. **MESSIAS, J. R. A.**. Side Event Brasil Iniciativa StAR Stolen Asset Recovery Initiative, 2024. (Outra produção técnica)
68. **MESSIAS, J. R. A.**. Trabalho e democracia, 2024. (Outra produção técnica)
69. **MESSIAS, J. R. A.**; BARROSO, L. R.. VI Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados, 2024. (Outra produção técnica)
70. **MESSIAS, J. R. A.**. 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Observatório da Democracia, 2024. (Outra produção técnica)
71. **MESSIAS, J. R. A.**; CALIXTO, C.. A cultura de experimentação e a transformação digital da advocacia pública, 2023. (Outra produção técnica)
72. **MESSIAS, J. R. A.**. A defesa do patrimônio da União na Eletrobras, 2023. (Outra produção técnica)
73. **MESSIAS, J. R. A.**; CARVALHO, V. M.. A inovação técnico-jurídica a serviço da efetividade das políticas públicas / Pela liberdade de expressão das muitas vozes do povo brasileiro, 2023. (Outra produção técnica)
74. **MESSIAS, J. R. A.**. A redução da litigiosidade no Supremo, 2023. (Outra produção técnica)
75. **MESSIAS, J. R. A.**; LEWANDOWSKI, R.. As lições do dia 8 de janeiro, 2023. (Outra produção técnica)
76. **MESSIAS, J. R. A.**. Cerimônia de Instalação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios, 2023. (Outra produção técnica)
77. **MESSIAS, J. R. A.**; ALVIM, L.. Coisa julgada e o dever fundamental de pagar tributos, 2023. (Outra produção técnica)
78. **MESSIAS, J. R. A.**. COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE "JUSTIÇA CLIMÁTICA E DEMOCRACIA", 2023. (Outra produção técnica)
79. ALEXANDRE DE MORAES,; GILMAR MENDES,; PAULO SERGIO DOMINGUES,; **MESSIAS, J. R. A.**; JOSEF CHRIST,. Democracia Defensiva: experiência da Alemanha e do Brasil, 2023. (Outra produção técnica)

Avulso da MSF 7/2026 [15 de 45]



80. **MESSIAS, J. R. A.**. Gestão Pública e Direito: a Transformação do Estado e o Novo Direito Administrativo Necessário para o Brasil, 2023. (Outra produção técnica)
81. **MESSIAS, J. R. A.**. Grupo de Trabalho Interministerial para o Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na Administração Pública Federal (GTI), 2023. (Outra produção técnica)
82. **MESSIAS, J. R. A.**. Mediação e Consensualidade no Setor Público, 2023. (Outra produção técnica)
83. **MESSIAS, J. R. A.**; **COSTA, R.**. Oito anos da tragédia de Mariana: reparação ambiental e resgate da dignidade, 2023. (Outra produção técnica)
84. **MESSIAS, J. R. A.**. Oito de Janeiro de 2023 jamais pode ser esquecido, 2023. (Outra produção técnica)
85. **MESSIAS, J. R. A.**. XI FÓRUM JURÍDICO DE LISBOA: NOVAS FORMAS DE POPULISMO E RELAÇÕES DE TENSÃO COM O ESTADO DEMOCRÁTICO, 2023. (Outra produção técnica)

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. Conferencista no(a) **AULA MAGNA PARA ALUNOS DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU**, 2025. (Outra) DIREITO CONSTITUCIONAL NO BRASIL.
2. **Certificado de Reconhecimento**, 2025. (Outra) Revista Jurídica da Presidência da República.
3. Conferencista no(a) **ENIC 100 - ENCONTRO INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**, 2025. (Encontro) NEGÓCIOS E JUSTIÇA: A SEGURANÇA JURÍDICA E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.
4. Conferencista no(a) **IV FORUM: BOAS PRÁTICAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO**, 2025. (Outra) COMPÔS A MESA DE ABERTURA DO FORUM E PALESTROU NO PAINEL.
5. Conferencista no(a) **IV Forum Boas Práticas do Sistema de Justiça Brasileiro, OEA; OAS**, 2025. (Outra) Certificado de Palestrante.
6. Conferencista no(a) **PALESTRANTE NA ABERTURA DO MBA EM COMUNICAÇÃO DIGITAL E DEFESA DA DEMOCRACIA**, 2025. (Outra) ABERTURA DO MBA EM COMUNICAÇÃO DIGITAL E DEFESA DA DEMOCRACIA.
7. Conferencista no(a) **Seminário Internacional de Alta Formation - Infraestrutura, Seguridade Jurídica Y Jurisdicion Constitucional**, 2025. (Seminário) Certificado de Conferencista.
8. Conferencista no(a) **CONGRESSO BRASILEIRO MÉDICO JURÍDICO DA SAÚDE**, 2024. (Congresso) PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA MAGNA O PACIENTE E A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE, SÍNTESE DE EVIDÊNCIAS, EQUIDADE, REDUÇÃO DAS INIQUIDADES, ESTRATÉGIAS PARA QUALIFICAR AS AÇÕES JUDICIAIS NA SAÚDE.
9. Conferencista no(a) **II Congresso de Direito e Sustentabilidade**, 2024. (Congresso) A Sustentabilidade na Atuação da AGU.



10. Conferencista no(a) **III CONGRESSO REGIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA - NORDESTE**, 2024. (Congresso) PALESTRANTE NA ABERTURA DO III CONGRESSO REGIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA.
11. Conferencista no(a) **III Congresso Regional da Advocacia Pública**, 2024. (Congresso) Palestra Magna que versou sobre a PEC 28/2023 e a Importância dos Procuradores Municipais.
12. **XII Conferência Estadual da Advocacia Alagoana**, 2023. (Outra) Os Desafios da Advocacia nos 35 anos da Constituição Federal.
13. **Brasil e o Século XXI - Harvard University**, 2013. (Encontro) Educação no Brasil.
14. Conferencista no(a) **Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular**, 2013. (Congresso) Regulação, avaliação e supervisão do ensino superior no Brasil.
15. Conferencista no(a) **Educação Superior para o Desenvolvimento Nacional**, 2013. (Seminário) DESAFIOS SETORIAIS PARA AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.
16. Conferencista no(a) **XXI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil**, 2011. (Outra) Funções Essenciais à Justiça na Constituição Federal. As prerrogativas da Advocacia de Estado. Desafios e Inovações da Advocacia Pública nos Ambientes de Crise.
17. **Iº Encontro Norte-Nordeste de Finanças**, 2004. (Encontro) .
18. Conferencista no(a) **IV Congresso Internacional de Direito Processual Constitucional**, 2003. (Congresso) A Efetividade do Processo Constitucional como Instrumento de Cidadania.
19. **IV Congresso Internacional de Direito Processual Constitucional e do I Encontro da Nova Escola Jurídica do do Recife**, 2003. (Congresso) .
20. **I Jornada de Discussões Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife**, 2001. (Outra) .
21. Apresentação de Poster / Painel no(a) **II Congresso de Graduação PROACAD - UFPE**, 2001. (Congresso) Das Marcas e Patentes - No Brasil e no Direito Comparado.
22. **Curso de Desenvolvimento Profissional**, 2000. (Outra) .
23. Conferencista no(a) **Congresso Mundial de Direito Processual**, 1999. (Congresso) A rise do judiciário diante da globalização, do impacto tecnológico e dos novos conflitos sociais.
24. **Encontro Regional dos Estudantes de Direito, ERED/99**, 1999. (Encontro) .
25. **I Fórum de Discussões Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife**, 1999. (Outra) .
26. Conferencista no(a) **III Congresso Internacional de Direito**, 1999. (Congresso) O Direito diante da nova era do capitalismo financeiro globalizado e da crise do Estado - Nação.

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Avulso da MSF 7/2026 [17 de 45]



Doutorado

- 1. MESSIAS, J. R. A.. Participação em banca de JOSÉ MARINHO SÉVES SANTOS. **Amicus Curiae em arbitragens com a Administração Pública: Premissas e Perspectivas**, 2025. (Direito) Universidade de São Paulo.
- 2. PROF. DOUTOR RICARDO LEVANDOWSKI; MESSIAS, J. R. A.. Participação em banca de GIUSEPPE GIAMUNDO NETO. **(IN) COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO SISTEMA DE ACCOUNTABILITY HORIZONTAL BRASILEIRO**, 2025. (Direito do Estado) Universidade de São Paulo.
- 3. MESSIAS, J. R. A.; MESSIAS, J. R. A.; MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI; LUIZ ROBERTO BARROSO; BETINA TREIGER GRUPENMACHER; VALTER DE SOUZA LOBATO. Participação em banca de LEONARDO DE ANDRADE REZENDE ALVIM. **IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL, SEGUNDOS PROPÓSITOS DO CONSTITUINTE E OS COMPROMETIMENTOS DO STF: ELEMENTOS DO CONCEITO E SEUS RESÍDUOS TIPOLÓGICOS**, 2024. (Direito) Universidade Federal de Minas Gerais.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Livros publicados	1
Capítulos de livros publicados	5
Livros organizados ou edições	1
Jornais de Notícias	16
Revistas (Magazines)	5
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	1
Apresentações de trabalhos (Congresso)	1
Apresentações de trabalhos (Outra)	1
Prefácios(Livro)	1
Prefácios(Revistas ou periódicos)	1
Apresentações (Revistas ou periódicos)	1
Apresentações (Livro)	3

Produção técnica

Outra produção técnica	85
------------------------	----

Eventos

Participações em eventos (congresso)	10
Participações em eventos (seminário)	2
Participações em eventos (encontro)	4
Participações em eventos (outra)	10
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado)	3



Outras informações relevantes

- 1 Integrei, como associado, o Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (IBRADEMP) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Hoje, sou associado ao Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), espaços que reforçam minha crença na importância do direito como instrumento do desenvolvimento nacional, da estabilidade institucional e da justiça social.

Este arquivo não foi gerado a partir do Currículo Lattes validado e disponível publicamente e tem por finalidade apenas a conferência das informações inseridas na plataforma.

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 02/03/2026 às 16:39:27.



Documento assinado digitalmente
JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Data: 03/03/2026 14:48:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



**DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE VEDAÇÃO AO
NEPOTISMO
(art. 383, I, b, 1 e § 2º do RI)**

Declaro, para os fins de direito e em razão do disposto na Resolução nº 41, de 2013, c/c com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não tenho parentes que exerçam ou que tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas a minha atividade profissional.

Brasília, 03 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Data: 03/03/2026 12:31:58-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Jorge Rodrigo Araújo Messias



**DECLARAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO COMO SÓCIO,
PROPRIETÁRIO OU GERENTE DE EMPRESAS OU ENTIDADES NÃO
GOVERNAMENTAIS
(art. 383, I, b, 2 e § 2º do RI)**

Declaro, para os fins de direito e em razão do disposto na Resolução nº 41, de 2013, c/c com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que sou sócio cotista de escola de formação técnica registrada sob o CNPJ nº. 35.567.630/0001-27, desde 20 de novembro de 2019.

Brasília, 03 de março de 2026.



Documento assinado digitalmente
JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Data: 03/03/2026 12:31:58-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Jorge Rodrigo Araújo Messias



DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL
(art. 383, I, b, 3 e § 3º do RI)

Declaro, para os fins de direito e em razão do disposto na Resolução no 41, de 2013, c/c com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que estou em dia com minhas obrigações fiscais, com a consequente regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, em Brasília, local do meu domicílio e residência, conforme as certidões anexas.

Brasília, 03 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Data: 03/03/2026 12:31:58-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Avulso da MSF 7/2026 [22 de 45]





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
CPF: 826.000.000-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:51:34 do dia 02/03/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/08/2026.

Código de controle da certidão: **0E8C.5245.824E.53B3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 066039422482026

NOME: JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS

ENDEREÇO:

CIDADE:

CPF:

FINALIDADE:

826

JUNTO AO GDF

Informações Pessoais

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU.
HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 31 de maio de 2026. *

Certidão emitida via internet em 02/03/2026 às 17:02:12 e deve ser validada no endereço <https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.



**DECLARAÇÃO QUANTO À EXISTÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS
(AUTOR OU RÉU)
(art. 383, I, b, 4 e § 2º do RI)**

Declaro, para os fins de direito e em razão do disposto na Resolução no 41, de 2013, c/c com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que constam na lista abaixo as ações judiciais existentes nas quais figurei ou figure no polo passivo ou ativo, todas com a indicação atualizada da tramitação processual nos termos do art. 383, inciso I, alínea "a", 2.

Brasília, 03 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Data: 03/03/2026 12:31:58-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Jorge Rodrigo Araújo Messias



Lista de procedimento e processos em andamento, conforme o artigo art. 383, I, b, 4 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal

I. Processos em curso

1. Processo nº 0010918-05.2008.4.01.3400

Partes: Jorge Rodrigo Araujo Messias e Outros (1) x Presidente do Conselho Superior da Advocacia Geral da União e Outros (1)

Tribunal Regional federal da 1ª Região

Estágio Atual de tramitação: remetidos os autos (em grau de recurso) para Tribunal.

2. Processo nº 1034862-28.2022.4.01.3400

Partes: Jorge Rodrigo Araujo Messias x União Federal

Tribunal Regional federal da 1ª Região

Estágio Atual de tramitação: remetidos os autos (em grau de recurso) para Tribunal.

3. Processo nº 1054898-86.2025.4.01.3400

Partes: Rafael Mendes de Castro Alves x Jorge Rodrigo Araujo Messias

Tribunal Regional federal da 1ª Região

Estágio Atual de tramitação: sentença de extinção. Aguarda apreciação de apelação do Autor.

4. Processo nº 0814985-61.2018.4.05.8300

Partes: Jorge Rodrigo Araújo Messias e Outros (14) x União Federal

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Estágio Atual de tramitação: aguarda admissibilidade do REsp e RE interpostos pelos Impetrantes.

5. Processo nº 0123375-75.2025.1.00.0000 (PET 14991)

Partes: Kim Patroca Kataguirí X Jorge Rodrigo Araújo Messias

Supremo Tribunal Federal

Estágio Atual de tramitação: protocolada em 24/11/2025. Conclusos ao Relator (Min. André Mendonça).

6. Processo nº 5015162-21.2024.4.03.6100

Tipo: Mandado de Segurança Cível (Concurso Público)

Assunto: Questionamento sobre prova de títulos e cadastro reserva

Partes: Guilherme Fraiha Granjo x Cebraspe e outros. Jorge Rodrigo Araújo Messias (impetrado)

1/4

Avulso da MSF 7/2026 [26 de 45]



Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Estágio Atual de tramitação: em andamento (concluso para julgamento em Jan/2026).

7. Processo nº 0034021-70.2010.4.01.3400

Tipo: Cível / Tributário (Juizado Especial Federal)

Partes: Jorge Rodrigo Araújo Messias x União Federal

Tribunal Regional Federal da 1ª Região · Brasília, DF.

Assunto: Pagamento de 1/3 de férias (Direito Administrativo/Funcional)

Estágio Atual de tramitação: fase de execução/publicação (Movimentação de 2021).

II. Processos Arquivados**8. Processo nº 0019144-32.2008.4.05.8300**

Partes: Jorge Rodrigo Araújo Messias x União Federal

Tribunal Regional Federal da 5ª Região, 9ª Vara Federal de Pernambuco

Estágio Atual de tramitação: julgado procedente e transitado em julgado.

9. Processo nº 5027467-37.2024.4.03.6100

Partes: Augusto Zacarias Correia Leite x Jorge Rodrigo Araújo Messias

TJSP - 1ª Vara Federal Cível da SJSP

Estágio Atual de tramitação: sentença de extinção com trânsito em julgado.

10. Processo nº 0016564-49.2014.8.17.1090

Partes: Município do Paulista, Advogado Leonardo Henrique Pires Lopes x Jorge Rodrigo Araújo Messias

Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista, Classe CNJ Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Estágio Atual de tramitação: arquivado.

11. Processo originário nº 200983000036861 (0028037-46.2009.4.05.0000)

Órgão: Presidência do TRF5ª

Partes: Jorge Rodrigo Araújo Messias e Outros (14) x União Federal

VARA: 2ª Vara Federal de Pernambuco

Estágio Atual de tramitação: localizado na Seção de arquivo e documentação.

12. Processo nº 1045160-54.2024.4.01.4000

Partes: Antonio Carlos Sousa Carvalho x Diretor da Fundação Cesgranrio, Jorge Rodrigo Araújo Messias e Outros



6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; origem: 2ª Teresina

Estágio Atual de tramitação: decorrido prazo do recurso para o impetrante recorrer da decisão denegatória da segurança.

13. Processo nº 0720648-71.2022.8.07.0016

Partes: Jorge Rodrigo Araújo Messias x Passaredo Transportes Aéreos

TJDF - 5º Juizado Especial Cível de Brasília

Estágio Atual de tramitação: sentença de procedência parcial. Processo arquivado.

14. Processo nº 0735518-92.2020.8.07.0016

Partes: Jorge Rodrigo Araújo Messias x RAM Comércio de Eletrônicos EIRELI e Rafael Augusto Moreira

TJDF - 3º Juizado Especial Cível de Brasília

Estágio Atual de tramitação: sentença de procedência parcial. Processo arquivado.

15. Processo nº 0001478-89.2016.4.02.0000

Tipo: Agravo de Instrumento (Responsabilidade Civil/Caso Galileo)

Partes: União (AGU) x Aloizio Mercadante, Jorge Rodrigo Araujo Messias e outros.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Estágio Atual de tramitação: arquivado (2016).

16. Processo nº 0001999-97.2017.4.02.0000

Tipo: Agravo de Instrumento (indenização por dano material/responsabilidade civil)

Partes: Galileo Administração de Recursos Educacionais x Aloizio Mercadante, Jorge Rodrigo Araújo Messias e outros

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Estágio Atual de tramitação: trânsito em julgado em 2019. Migrado de sistema (janeiro de 2021)

Autos originários: 0108250-70.2014.4.02.5101 (não consta JM como parte) Galileo x União.

17. Processo nº 0013362-40.2010.4.01.3400

Tipo: Inquérito / Recurso Administrativo

Partes: Jorge Messias e outros x União Federal.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Estágio Atual de tramitação: arquivado (movimentação de 2017).

18. Processo nº 0016745-84.2014.4.01.3400

3/4

Avulso da MSF 7/2026 [28 de 45]



Tipo: Execução de Título Extrajudicial (anuidades OAB)

Polo Passivo: Jorge Rodrigo Araújo Messias

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Estágio Atual de tramitação: arquivado.



**DECLARAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO EM JUÍZOS E TRIBUNAIS, EM
CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS OU EM
CARGOS DE DIREÇÃO DE AGÊNCIAS REGULADORAS**

(art. 383, I, b, 5 e § 2º do RI)

Declaro, para os fins do item 5, alínea b, inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970), que nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente da indicação de meu nome para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, para apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem Presidencial nº 1.714, de 20 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial na mesma data:

1. Não atuei, nos últimos cinco anos, em qualquer Conselho de Administração de empresas estatais ou cargos de direção de agência reguladoras;
2. Atuo junto a juízos e tribunais, inclusive Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal, em razão das atribuições próprias da Advocacia Pública, no cargo de Advogado-Geral da União.

Brasília, 03 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS
Data: 03/03/2026 12:31:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jorge Rodrigo Araújo Messias



Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimo Senhor Senador Relator,

Submeto a Vossas Excelências, nos termos do artigo 383, inciso “I”, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, a exposição sintética da minha trajetória pessoal, formação acadêmica e experiência profissional, com o objetivo de demonstrar a vocação e os requisitos para o honroso cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sou filho de pais evangélicos, Informações Pessoais nascido em Recife (PE), Informações Pessoais
Informações Pessoais Aos três anos, minha família mudou-se para Teresina (PI), onde vivi até os dezessete. Retornei a Recife em 1997 para cursar Direito na Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, onde me graduei em 2003.

Durante a graduação, trabalhei como estagiário e acumulei experiência em instituições públicas — como o Ministério Público do Estado de Pernambuco e a Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco — além de ter sido aprovado em concurso público para a Caixa Econômica Federal, onde atuei como técnico bancário e gerente de relacionamento, até o ano de 2006.

Esse período consolidou em mim valores de trabalho, disciplina e compromisso com o serviço público.

Ainda em 2006, deixei o banco em busca de novos horizontes. Fui aprovado em concursos públicos como analista judiciário e Procurador dos Tribunais de Contas do Maranhão e do Piauí, e para a Advocacia-Geral da União, como Procurador do Banco Central, quando iniciei minha trajetória em Brasília.

Ingressei, em 2007, também por concurso público em outra carreira da Advocacia-Geral da União, a de Procurador da Fazenda Nacional, cargo efetivo que ocupo até hoje.

Em Brasília, formei família com minha esposa, Informações Pessoais com quem sou casado desde 2009, e com quem tenho dois filhos, Informações Pessoais alicerces da minha vida e razão maior da minha dedicação à construção de um país mais justo e igualitário. No serviço público federal, desempenhei atribuições de Consultor Jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (2011-2012); Consultor Jurídico e Secretário de

1/15

Avulso da MSF 7/2026 [31 de 45]



Regulação e Supervisão da Educação Superior no Ministério da Educação (2012–2014); Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República (2014–2015); Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (2015–2016); e Assessor Especial no Senado Federal, no Gabinete do Senador Jaques Wagner (2019–2022).

Essas funções exercidas junto ao Poder Executivo e ao Senado Federal proporcionaram-me experiência direta no diálogo entre os Poderes da República, sempre sob as perspectivas técnica e jurídica, sem filiação partidária.

Atuei também como membro de conselhos de administração e fiscalização em importantes empresas e entidades públicas, como o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Alcântara Cyclone Space (ACS); o BNDESPAR e a ELETRONORTE, com foco em governança, integridade e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

No campo associativo, fui presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central (2006–2007); diretor de assuntos parlamentares do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – Sinprofaz (2008–2010); secretário-geral do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal (2007–2011); diretor do Clube de Benefícios dos Procuradores (2007–2011); e secretário e membro titular da Comissão Nacional da Advocacia Pública Federal do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2010–2012).

Em 2023, tive a honra de ser nomeado, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, como Advogado-Geral da União, cargo para o qual são exigidos os requisitos previstos no § 1º, do art. 131 da Constituição Federal, quais sejam: ser **maior de trinta e cinco anos**, ter **notável saber jurídico e reputação ilibada**.

À frente da Advocacia-Geral da União, concentrei esforços em três diretrizes centrais: (i) fortalecimento da **segurança jurídica**; (ii) promoção do **diálogo interinstitucional** em temas estruturantes; e (iii) defesa responsável do **equilíbrio fiscal** e da **previsibilidade orçamentária**. Sempre com base no **permanente diálogo** entre os Poderes, na direção da **harmonia institucional**.

Sob minha liderança, a AGU:

2/15

Avulso da MSF 7/2026 [32 de 45]



- consolidou uma atuação firmemente orientada pela busca da **segurança jurídica**, institucionalizando-a como diretriz permanente de atuação a orientar as decisões, o constante compromisso com a **estabilidade normativa** e com a construção de um ambiente de **confiança** para o Estado e para a sociedade;
- promoveu a **harmonia** entre os poderes em litígios estruturantes, por meio da promoção do **diálogo** interinstitucional a exemplo da construção dos consensos em temas como a desoneração da folha, o IOF e as emendas parlamentares;
- ampliou o uso da **conciliação** e dos acordos judiciais, evitando litígios desnecessários;
- fortaleceu a defesa da soberania nacional em temas estratégicos, como **infraestrutura, energia e defesa**;
- atuou pela **pacificação federativa**, com a celebração de acordos históricos entre União, Estados e Municípios, em áreas como saúde, meio ambiente e educação;
- defendeu o equilíbrio fiscal e o respeito à lei orçamentária, contribuindo para a **estabilidade econômica e previsibilidade institucional**, restaurando a **confiança** nos pagamentos de precatórios da União;
- reforçou a **integridade** e a **transparência** na atuação da Administração Pública, consolidando o papel da AGU como garantidora da legalidade, da boa governança e da proteção do interesse público;
- colocou a **governança pública** e a **inovação** no centro da modernização institucional da AGU, elevando os padrões de **integridade, compliance** pública, **gestão de riscos, transparência** e **controle interno**; alcançando nível padronizado e integrado no **Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP)**; e estruturando bases sólidas para o Plano de Integridade 2025–2027, em alinhamento às melhores práticas nacionais e internacionais; e
- aperfeiçoou sua **governança** interna ao colocar a **integridade** no centro da atuação institucional, promovendo a reestruturação da Comissão de Ética e a edição do novo Código de Ética da AGU, fortalecendo padrões de **transparência, conduta pública e responsabilidade institucional**.

3/15



Avulso da MSF 7/2026 [33 de 45]



Essas ações reafirmam minha convicção de que a **segurança jurídica** é a base da **liberdade econômica**, da **geração de empregos** e da **prosperidade do país**, e que o **diálogo** é o caminho mais sólido para a **construção de consensos** duradouros em um Estado Democrático de Direito.

Integrei, como associado, o Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (IBRADEMP); o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Hoje, sou associado ao Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), espaços que reforçam minha crença na importância do direito como instrumento do desenvolvimento nacional, da estabilidade institucional e da justiça social.

No campo acadêmico, concluí mestrado (2018) e doutorado (2024) pela Universidade de Brasília (UnB), ambos na área de Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Tenho formação em Governança Corporativa nas Empresas Estatais Federais (Fundação Dom Cabral, 2017–2018), Gestão e Avaliação de Políticas Públicas (FGV, 2014) e Docência no Ensino Superior (IESB, 2010–2011).

Atuo como docente desde 2018, tendo lecionado na Universidade de Brasília como professor visitante (2018-2022), atualmente como docente na Universidade Santa Cecília, além de participar de bancas e produções acadêmicas voltadas ao fortalecimento das instituições democráticas e à justiça social. Produzi artigos e capítulos acadêmicos nas áreas de direito público, governança, democracia constitucional e políticas públicas, com enfoque na consensualidade, na estabilidade institucional e na concretização de direitos fundamentais, dentre as quais, destaco:

Publicações científicas:

Livros publicados/organizados ou edições

- MESSIAS, J. R. A. ; LOBO, E. ; CLARA MOTA ; MESSIAS, J. R. A. . Análise Análise social do direito: social do direito: por uma hermenêutica de inclusão. 1. ed. São Paulo: D'PLÁCIDO, 2025. v. 1. 406p .
- MESSIAS, J. R. A.; CARVALHO, PAULO RONALDO CEO DE ; WILLIAM AKERMAN . RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E FAZENDA PÚBLICA. 1ª. ed. BRASÍLIA: SOBREDIREITO, 2025.

4/15

Avulso da MSF 7/2026 [34 de 45]



- MESSIAS, J. R. A.; LOBO, E. ; DURVAL ANDRADE ; RIBEIRO, P. D. M. . ENCRUZILHADAS: Tecno-Oligarquias, Democracia e Ameaça Ambiental. 1. ed. Belo Horizonte/MG: Forum, 2025. v. 1. 124p .

Capítulos de livros publicados

- MESSIAS, J. R. A.. 8 DE JANEIRO - GOLPE DERROTADO, DEMOCRACIA PRESERVADA. In: Gisele Cittadino; Carol Proner. (Org.). O FRONT ESPECTRAL DA GUERRA CONTRA A DEMOCRACIA. 1ed.São Paulo: Instituto Joaquín Herrera Flores e Publius, 2025, v. 1, p. 307-314.
- CARLOS ALBERTO A. ARAÚJO ; LIMA, F. P. ; ALZAMORA, G. C. ; MESSIAS, J. R. A. . DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. In: CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO; FÁBIA PEREIRA LIMA; GEANE CARVALHO ALAZAMORA. (Org.). DESINFORMAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE DEMOCRACIA, CIÊNCIA E VIDA SOCIAL. 1ed.BELO HORIZONTE-MG: UFMG, 2024, v. 1, p. 47-57.
- SALOMÃO, L. F.; MUDROVITSCH, R. ; MESSIAS, J. R. A. . Convenção Americana de Direitos Humanos Comentada. In: Luis Felipe Salomão; Rodrigo Mudrovitsch. (Org.). Convenção Americana de Direitos Humanos Comentada. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2024, v. 1, p. 25-32.
- BENEDITO GONÇALVES ; FABIANA FAVRETO ; MENDES, G. ; BARROSO, L. R.; MESSIAS, J. R. A.. Defesa da Democracia pela Advocacia Pública: ensaio em homenagem ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral Benedito Gonçalves. In: Benedito Gonçalves; Gilmar Mendes, Dias Toffoli; Luís Roberto Barroso do STF; Fabiana Favreto, Fernando de Oliveira; Paula Lima, Juliana Deléo Rodrigues, Roberta Maia Gresta, Rodrigo de Macedo e Burgos. (Org.). Direito Público e Democracia ? Estudos em homenagem aos 15 anos do ministro Benedito Gonçalves no STJ. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2023, v. 1, p. 1-516.
- MESSIAS, J. R. A.; SIMONETTI, J. A. ; COELHO, M. V. F. ; AUTORES, D. . Advocacia Pública e Democracia in Defesa da Democracia e das Liberdades. In: Jorge Messias. (Org.). Defesa da Democracia e das Liberdades. 1ed.Brasília: OAB, 2023, v. 1, p. 1-10.



Outras publicações

- 22/02/2023 TRIBUTÁRIO: Coisa julgada e o dever fundamental de pagar tributos Jorge Messias e Leonardo Alvim (Jota <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/coisa-julgada-e-o-dever-fundamental-de-pagar-tributos-22022023>).
- 27/02/2023 OPINIÃO: AGU 30 anos: uma instituição democrática indispensável ao Brasil Jorge Messias (Consultor Jurídico, <https://www.conjur.com.br/2023-fev-27/jorge-messias-instituicao-democratica-indispensavel-brasil>).
- 23/03/2023 FOMENTO CULTURAL: A inovação técnico-jurídica a serviço da efetividade das políticas públicas Jorge Messias e Vinícius Marques de Carvalho (Jota <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-inovacao-tecnico-juridica-a-servico-da-efetividade-das-politicas-publicas-23032023>).
- 10/05/2023 A defesa do patrimônio da União na Eletrobras Jorge Messias (Folha de São Paulo <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/05/a-defesa-do-patrimonio-da-uniao-na-elektrobras.shtml>).
- 03/06/2023 A Eletrobras e as artificialidades jurídicas Jorge Messias e Alexandre Silveira (O Globo <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/06/a-elektrobras-e-as-artificialidades-juridicas.ghtml>).
- 25/06/2023 XI Fórum Jurídico de Lisboa Jorge Messias Diário de Notícias (Portugal, <https://www.dn.pt/opiniao/xi-forum-juridico-de-lisboa-16586296.html>).
- 26/06/2023 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A cultura de experimentação e a transformação digital da advocacia pública Jorge Messias e Clarice Calixto (Jota, <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-cultura-de-experimentacao-e-a-transformacao-digital-da-advocacia-publica-26062023>).
- 31/07/2023 A redução da litigiosidade no Supremo Jorge Messias (Folha de S. Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/07/a-reducao-da-litigiosidade-no-supremo.shtml>).
- 05/11/2023 Oito anos da tragédia de Mariana: reparação ambiental e resgate da dignidade Jorge Messias e Rui Costa (Folha de S. Paulo,

6/15



Avulso da MSF 7/2026 [36 de 45]



<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/11/oito-anos-da-tragedia-de-mariana-reparacao-ambiental-e-resgate-da-dignidade.shtml>).

- 07/01/2024 As lições do 8 de janeiro Jorge Messias e Ricardo Lewandowski (Folha de S. Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/01/as-lico-es-do-dia-8-de-janeiro.shtml>).
- 08/01/2024 Extremismo, inteligência artificial e democracia em perigo Edilene Lôbo e Jorge Messias (Jota, <https://www.jota.info/opiniaio-e-analise/artigos/extremismo-inteligencia-artificial-e-democracia-em-perigo>).
- 01/05/2024 Trabalho e democracia Jorge Messias (Jota, <https://www.jota.info/opiniaio-e-analise/artigos/trabalho-e-democracia>).
- 24/05/2024 A tragédia das fake news Jorge Messias (Consultor Jurídico, <https://www.conjur.com.br/2024-mai-24/a-tragedia-das-fake-news/>).
- 11/09/2024 Pela liberdade de expressão das muitas vozes do povo brasileiro Jorge Messias (Folha de S. Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/09/pela-liberdade-de-expressao-das-muitas-vozes-do-povo-brasileiro.shtml>).
- 31/12/2024 A verdadeira AGU: uma função essencial aos Poderes da República Jorge Messias (Consultor Jurídico, <https://www.conjur.com.br/2024-dez-31/a-verdadeira-agu-uma-funcao-essencial-aos-poderes-da-republica/>).
- 07/01/2025 Oito de Janeiro de 2023 jamais pode ser esquecido Jorge Messias (O Globo, <https://oglobo.globo.com/opiniaio/artigos/coluna/2025/01/oito-de-janeiro-de-2023-jamais-pode-ser-esquecido.ghhtml>).
- 09/01/2025 Dever de cuidado e responsabilidade das redes sociais pela checagem de conteúdo Jorge Messias e Edilene Lôbo (Jota, <https://www.jota.info/opiniaio-e-analise/artigos/dever-de-cuidado-e-responsabilidade-das-redes-sociais-pela-checagem-de-conteudo>).
- 14/03/2025 O julgamento do Tema 1198 no STJ sobre litigância predatória Jorge Messias e Clarice Calixto (Jota, <https://www.jota.info/opiniaio-e-analise/artigos/o-julgamento-do-tema-1198-no-stj-sobre-litigancia-predatoria>).
- 19/03/2025 40 anos da redemocratização: com os olhos de ontem e o coração no amanhã Jorge Messias (Correio Braziliense, <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2025/03/7087495-40-anos-da>

7/15

Avulso da MSF 7/2026 [37 de 45]



[redemocratizacao-com-os-olhos-de-ontem-e-o-coracao-no-amanha.html#google_vignette](#)).

- 14/07/2025 Brazil's Attorney General: Brazil and the United States Can Do Better Jorge Messia (New York Times, <https://www.nytimes.com/2025/07/14/opinion/brazil-america-trump-tariffs.html>).

Outros tipos de produção técnica

- MESSIAS, J. R. A.. 2025 ICC BRAZILIAN ARBITRATION DAY. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Assembleia Geral Extraordinária da Associação Latinoamericana de Advocacias e Procuradorias do Estado (ALAP). 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Encontro de Lideranças Municipalistas do Paraná. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. LITIGÂNCIA PREDATÓRIA E SEGURANÇA JURÍDICA - ARKO CONFERENCE 2025. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Negócios e Justiça: A Segurança Jurídica e a Sustentabilidade Empresarial - 100º ENIC ? Encontro Internacional da Indústria da Construção. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. 2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 09/04/2025. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. LITIGÂNCIA PREDATORIA E SEGURANÇA JURÍDICA. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Seminário Defesa da Democracia no Brasil do Século XXI: Aspectos Controversos e Contemporâneos sobre Democracia Defensiva / Defesa da Democracia no Brasil do Século XXI: Aspectos Controversos e Contemporâneos sobre Democracia Defensiva. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. DEBATE SOBRE REDUÇÃO DA LITIGIOSIDADE - CUSTOS DA JUDICIALIZAÇÃO EXCESSIVA. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Segurança Jurídica e a Urgência da Desjudicialização no Brasil. 2025. (Palestra).

8/15

Avulso da MSF 7/2026 [38 de 45]



- MESSIAS, J. R. A.. Mesa-redonda / Participação em mesa de abertura Título Mesa de Abertura: Observando a Democracia - Desafios e Oportunidades para o Estado de Direito na Era Digital. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. SEMINÁRIO SOBRE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. ABERTURA DA RODA DE DIÁLOGO POR UMA TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA MAIS INCLUSIVA E PLURAL. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. GLOBAL MEETING - FINANÇAS SUSTENTÁVEIS - CIRCUITO COP30. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. XIII FÓRUM JURÍDICO DE LISBOA - PAINEL: Democracia combativa: desafios e perspectivas atuais. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Aula magna: Inovação nos municípios e a apresentação da Lei de Inovação do Eusébio. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. ENERGY SUMMIT GLOBAL | PUBLIC GOVERNANCE AND CLEAN ENERGY: BRAZIL'S INSTITUTIONAL PATH. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. GLOBALFACT 12 | PAINEL SOBRE DESINFORMAÇÃO E ESTADO DE DIREITO: A EXPERIÊNCIA DO BRASIL. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. CURSO MASTER EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO DO IBMEC. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. SESSÃO SOLENE PARA CELEBRAR OS 107 ANOS DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS E OS 32 ANOS DA REDE BOAS NOVAS. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. SESSÃO SOLENE PARA CELEBRAR OS 107 ANOS DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO AMAZONAS E OS 32 ANOS DA REDE BOAS NOVAS. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Seminário Ampliando as Ambições Climáticas e Ambientais. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Perspectivas jurídicas da formulação e da implementação das políticas educacionais. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. DIA DA INDÚSTRIA 2025 | PAINEL; O PAPEL DA POLÍTICA INDUSTRIAL NO NOVO CENÁRIO GLOBAL. 2025. (Palestra).



9/15

Avulso da MSF 7/2026 [39 de 45]



- MESSIAS, J. R. A.. MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A ÉTICA E INTEGRIDADE XXV SEMINÁRIO ÉTICA NA GESTÃO 2025: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. FÓRUM DE WASHINGTON PAINEL 10: SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: INFRAESTRUTURA, SEGURANÇA JURÍDICA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL/SOLUÇÕES CONSENSUAIS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. 6ª SESSÃO DOS COMITÊS TRIBUTÁRIO E REGULATÓRIO DA CÂMARA DE PROMOÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DA AGU. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. 6ª SESSÃO DOS COMITÊS TRIBUTÁRIO E REGULATÓRIO DA CÂMARA DE PROMOÇÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DA AGU. 2025. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. DEMOCRACIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Sessão Inaugural do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. SIDE EVENT: BRASIL'S INICIATIVA STAR (Stolen Asset Recovery Initiative). 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Observatório da Democracia. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Painel de Referência e Integração Técnica sobre a Apreciação de Contas do Presidente da República de 2023. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Elevando o Potencial da Inteligência Artificial no Meio Jurídico. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Conferência de Abertura do Congresso Regional da Advocacia Pública. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. A Democracia na Era dos Riscos Digitais. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Workshop sobre Condutas Vedadas a Agentes Públicos Federais em Eleições. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Curso Direito e Desenvolvimento. 2024. (Palestra).

10/15

Avulso da MSF 7/2026 [40 de 45]



- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do VIII Congresso do Contencioso Tributário da PGFN e do FGTS. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura dos Trabalhos da Comissão de Especialistas para Reformulação do Decreto de Estrutura (Decreto-Lei nº 200/1967). 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. A Sustentabilidade na Atuação da Advocacia-Geral da União. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Liberdade de Expressão: Novos Desenvolvimentos, Desafios e Impacto. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do 167º Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Seminário Internacional Inteligência Artificial, Democracia e Eleições. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Conflitos Fundiários, Desenvolvimento e Democracia. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Mesa de Abertura do IX Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Democracia, Participação Social e Representatividade. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. A Importância da Segurança Jurídica para o Crescimento do Mercado Segurador. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. O Estado Necessário ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. II Semana de Defesa da Democracia. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Encontro de Reguladores com o Setor Produtivo. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Mesa de Abertura: Compliance no Sistema Jurídico Brasileiro. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Mesa de Abertura do XXIII Congresso Nacional da ANPPREV (CONPPREV). 2024. (Palestra).

11/15



Avulso da MSF 7/2026 [41 de 45]



- MESSIAS, J. R. A.. Da Hermenêutica Jurídica à Concretização de Direitos e Obrigações. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do 11º Congresso Brasileiro Médico-Jurídico da Saúde (COMEDJUS). 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Construção Cooperativa do Sistema de Precedentes. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. O Papel e o Potencial de Parcerias entre o Estado e as Organizações Religiosas. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Seminário Setor Portuário. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Abertura do Seminário Democracia em Números. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Instrumentos para Financiar e Fomentar o Ecossistema da Saúde. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Judicialização da Saúde e Diálogos Interfederativos. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Reforma do Estado e Administração Pública. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Prêmio Raymundo Faoro. XIX Congresso Brasileiro de Procuradores e Procuradoras Municipais. 2024. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Gestão Pública e Direito: a Transformação do Estado e o Novo Direito Administrativo Necessário para o Brasil. 2023. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Colóquio internacional sobre justiça climática e democracia. 2023. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. IX Seminário CARF de direito tributário e aduaneiro. 2023. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Cerimônia de Instalação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios. 2023. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Seminário Direito e Cultura. 2023. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Conferência Internacional de Integridade Pública. 2023. (Palestra).
- MESSIAS, J. R. A.. Mediação e Consensualidade no Setor Público. 2023. (Palestra).

12/15

Avulso da MSF 7/2026 [42 de 45]



- MESSIAS, J. R. A.. O Papel da Advocacia Pública na Implementação das Políticas Educacionais. 2023. (Palestra).

Ao longo da minha trajetória, recebi distinções de instituições civis, militares e acadêmicas, que interpreto como reconhecimento institucional ao trabalho técnico desempenhado, e não como mérito pessoal isolado, dentre elas destaco:

2026

- Medalha Ministro Célio Silva, Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral (COPEJE).

2025

- Conselheiro João Henrique Correa De Oliveira, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
- Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmin, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- Grão Mestre da Ordem do Mérito Capibaribe da Cidade de Recife, Prefeitura de Recife.
- Certificado de Reconhecimento, Revista Jurídica da Presidência da República.
- Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grau de Alta Distinção, Superior Tribunal Militar.
- Selo INSS 35 Anos - 1º Porte da Carta, ECT.
- Diploma Mensageiro da Paz, TRE 1ª Região.
- Comenda Ordem do Mérito da Defensoria Pública da União, Defensoria Pública da União.
- Ordem do Mérito da Defensoria Pública da União, Defensoria Pública da União.
- Ordem Nacional do Mérito Educativo, Ministério da Educação.
- Comenda Banco do Nordeste de Integridade 2025, Banco do Nordeste.
- Título de Cidadão Mato-grossense, Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso.

2024

- Diploma do Mérito Gumersindo Bessa, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

13/15

Avulso da MSF 7/2026 [43 de 45]



- Medalha Kofi Annan, Instituto Global ESG.
- Ordem do Mérito da Justiça e Segurança Pública - Grã-Cruz, Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Ordem Do Mérito Judiciário Militar, Superior Tribunal Militar.
- Moção De Agradecimento, Câmara Municipal de Formiga - MG.
- Voto De Aplauso - Requerimento Nº 822, Senado Federal.
- Prêmio Dom Quixote, Revista Justiça & Cidadania..
- Diploma da Medalha Ordem do Mérito Cristão da Frente Parlamentar Evangélica, Congresso Nacional.
- COMENDA, Conselho Nacional de Justiça.
- Certificado de Palestrante do XI COMEDJUS, Congresso Brasileiro Médico, Jurídico da Saúde.
- Prêmio Raymundo Faro, Associação Nacional Das Procuradorias E Dos Procuradores Municipais - ANPM..

2023

- Ordem do Mérito da Defesa, Ministério da Defesa.
- Ordem do Mérito Naval, Comando da Marinha.
- Ordem do Rio Branco - Grau de Grão Cruz, Ministério das Relações Exteriores.
- Medalha do Mérito Santos Dumont, Comando da Aeronáutica.
- Diploma da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho - Grau Grão-Cruz, Tribunal Superior do Trabalho.
- Diploma - Medalha Bonifácio de Andrada, Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União.
- Diploma da Medalha Exército Brasileiro, Comando do Exército.
- Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier - Grã-Cruz, Polícia Militar do Distrito Federal.
- Ordem do Mérito Aeronáutico - Grão-Mestre, Comando da Aeronáutica.
- Medalha do Mérito Previdenciário Eloy Chaves, Ministério da Previdência Social.

Anos anteriores:

- Medalha do Pacificador, Ministério do Exército (2016).

14/15

Avulso da MSF 7/2026 [44 de 45]



- Ordem de Rio Branco-Grau de Comendador, Ministério das Relações Exteriores, (2015).
- Medalha Miranda Lima, ordem dos Advogados do Brasil-DF (2012).
- Medalha Santiago Dantas, Associação Nacional dos Procuradores Federais (2012).

Senhor Presidente, Senhor Relator,

Ante todo o exposto, rogo, respeitosamente, que a presente argumentação escrita (artigo 383, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal), atenda à comprovação dos requisitos de **reputação ilibada e notável saber jurídico** exigidos para o exercício do honroso cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (artigo 101 da Constituição da República de 1988).

Acredito firmemente que o fortalecimento das instituições, o respeito às leis e o diálogo entre os Poderes são os pilares da democracia e da harmonia institucional.

Tenho absoluta consciência de que o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal exige distanciamento institucional, serenidade decisória e respeito absoluto à separação dos Poderes.

Meu compromisso, se aprovado por esta Casa, é o de exercer a jurisdição constitucional com independência, imparcialidade e fidelidade à Constituição e observância à Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), e guiado pelos valores que me formam: a fé, a família, o trabalho, a ética no serviço público, a justiça e o amor ao Brasil.

Renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração, e coloco-me à disposição de Vossas Excelências para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Brasília, 03 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Data: 03/03/2026 16:52:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

§

15/15

Avulso da MSF 7/2026 [45 de 45]





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2026

(nº 1883/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "a", e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 8/2026 [1 de 31]



MENSAGEM Nº 1.883

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, e do art. 111-A, inciso II, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

Brasília, 22 de dezembro de 2025.



Avulso da MSF 8/2026 [2 de 31]





EXM nº 745/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência a proposta que o Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho encaminhou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Ofício TST.GP nº 649, de 11 de novembro de 2025, referente à lista tríptica que objetiva o preenchimento de uma vaga de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, destinada a Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura de carreira, decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga, conforme o Decreto de 8 de setembro de 2025.

2. Com vistas ao preenchimento da mencionada vaga, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária realizada no dia 11 de novembro de 2025, deliberou sobre a composição da lista tríptica com as seguintes magistradas, conforme a Resolução Administrativa nº 2.828, de 11 de novembro de 2025:

- MARGARETH RODRIGUES COSTA, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede na cidade de Salvador/BA, nascida no dia [informações pessoais], inscrita no CPF sob o nº 347.[informações pessoais]-04, primeiro nome da lista;

- MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS ROCHA, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede na cidade de Belém/PA, nascida no dia [informações pessoais], inscrita no CPF sob o nº 212.[informações pessoais]-00, segundo nome da lista; e

- MÁRCIA REGINA LEAL CAMPOS, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, nascida no dia [informações pessoais], inscrita no CPF sob o nº 864.[informações pessoais]-87, terceiro nome da lista.

3. Pelo exposto, encaminho o assunto a Vossa Excelência, visando à escolha do nome, dentre as candidatas antes nominadas, a ser submetido à prévia aprovação do Senado Federal, conforme dispõe o art. 84, *caput*, inciso XIV, e o art. 111-A, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Respeitosamente,

RICARDO LEWANDOWSKI
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública





Documento assinado com Certificado Digital por **Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 01/12/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 28379455047277904548377607554



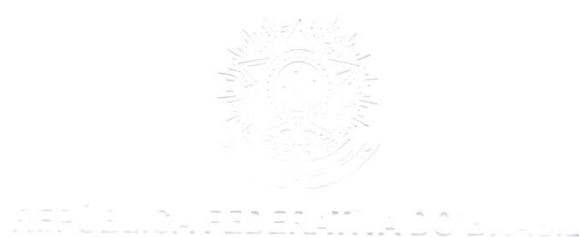
A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7181317** e o código CRC **C925F4C2** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.001249/2025-37

SEI nº 7151062





OFÍCIO Nº 258/2026/CC/PR

Brasília, 31 de MARÇO de 2026.

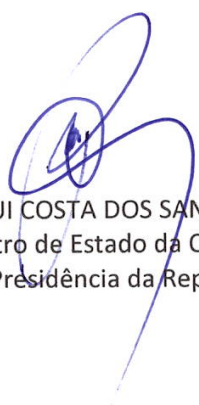
A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARGARETH RODRIGUES COSTA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

Atenciosamente,


RUI COSTA DOS SANTOS
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



MARGARETH RODRIGUES COSTA

Informações Pessoais

Nome em citações bibliográficas: COSTA, Margareth Rodrigues

Data de nascimento: Informações pessoais

Endereço residencial: Informações pessoais
Informações pessoais

Telefone: Informações pessoais

E-mails: Informações pessoais e gab.margarethrodrigues@trt5.jus.br

Formação Acadêmica / Titulação

Extensão universitária em Economia do Trabalho pelo CESIT / UNICAMP – 2019

Pós-graduada em Direito Constitucional do Trabalho pela Universidade Federal da Bahia - 2008

Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA - 1985

Atuação Profissional

Coordenadora do Subcomitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de Discriminação no Primeiro e Segundo Graus do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – desde 29 de setembro de 2025.

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:14:09 -03'00'



Convocada para atuar no Tribunal Superior do Trabalho como Desembargadora Auxiliar e Coordenadora da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho - setembro/2024 a 25 de setembro de 2025.

Convocada para atuar no Tribunal Superior do Trabalho como Desembargadora no Gabinete do Ministro Vieira de Mello Filho - fevereiro/2022 a junho/2024.

Membro da Comissão de Precedentes Qualificados no Tribunal Superior do Trabalho, representando a Região Nordeste – 2024

Membro da Comissão Examinadora da Prova de Sentença no II Concurso Nacional da Magistratura Trabalhista - 2024

Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT – 2017 a 2019.

Diretora da Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 5ª Região - 2017 a 2019.

Membro do Conselho Consultivo do CONEMATRA – Conselho Nacional das Escolas Judiciais da Magistratura do Trabalho – 2017/2018.

Coordenadora da Comissão Interinstitucional de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina para efeito de aplicação da Resolução 255 do Conselho Nacional de Justiça - 2018.

Gestora de Metas Nacionais no TRT5 – 2015/2016.

Gestora do Sistema e-Gestão no TRT5 – junho/2014 a fevereiro/2016.

Gestora do Processo Judicial eletrônico (PJe) no TRT5 – 2015/2016.

Vice-Diretora da Escola Judicial do TRT5 – 2015/2016.

Desembargadora do Tribunal do Trabalho da 5ª Região – junho/2014.

Juíza do Trabalho Titular da Vara de Jacobina (junho/1993), e posteriormente da 1ª e 3ª Varas de Camaçari, 5ª, 13ª, 24ª e 33ª Varas do Trabalho de Salvador.

Juíza do Trabalho Substituta, aprovada em 4º lugar, em concurso público de provas e títulos – maio/1990.

Outras atividades exercidas

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:14:37 -03'00'



Trabalhadora voluntária na Mansão do Caminho - Entidade sem fins lucrativos, que atua no trabalho de educação e assistência social na cidade do Salvador há mais de 70 anos – desde 1996.

Estagiária na Coordenação de Assistência Judiciária (CAJ) da Secretaria de Justiça do Estado da Bahia (atual Defensoria Pública do Estado) – Direito Civil e Direito do Trabalho – 1983/1984

Estagiária no Conselho da Secretaria da Fazenda (CONSEF) – 1982

Produções bibliográficas

O Processo sem cor e as cores do processo. Justiça e diálogos possíveis. Consenso e paz social. *In* Acesso à Justiça no âmbito laboral: uma homenagem ao Professor e Ministro José Roberto Freire Pimenta / Organização de Maurício Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Suelen Moreira Andrade Maia – Leme - SP: Mizuno, 2025.

Regulação do Trabalho em Plataformas X Gamificação. Margareth Rodrigues Costa e Renata Queiroz Dutra. Revista LTr, vol. 87, n.º 12, 87-12/1485/1496, Dezembro de 2023.

Explosão e Esperança: O Direito como único caminho. Reflexões sobre a condenação internacional do Brasil por ineficiência judiciária. Revista CNJ – Edição Especial Mulheres e Justiça - Agosto de 2022.

Monografia: “O Primado da Dignidade Humana sobre a Soberania na Execução Trabalhista contra Estado Estrangeiro”. UFBA, 2010.

Idiomas

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:14:58
-03'00'



Inglês: Compreende, lê, fala e escreve bem.

Espanhol: Compreende, lê, fala e escreve bem.

Participação em eventos e congressos

Como palestrante:

- 4º Fórum Nacional das Corregedorias Regionais da Justiça do Trabalho – “Equalização da carga de Trabalho entre magistrados e servidores” - Brasília-DF - 7 de agosto de 2025 – 40 minutos.
- 13º Congresso Brasileiro de Direito Comercial – “A Pejotização como matéria de Repercussão Geral no STF” – São Paulo – SP – 15 e 16 de maio de 2025 - 1 hora.
- Evento “Advocacia Trabalhista nos Tribunais Superiores”, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) - “Agravo Interno no TST” - São Paulo – SP - 23 de agosto de 2024 – 1 hora.
- XII Jornada Institucional dos Magistrados do Trabalho – JOMATRA, promovida pela EJUD 11 – “Novo Modelo de Formação de Magistrados”, Manaus – AM – 14 de outubro de 2019 – 1 hora.
- 2ª Semana Jurídica 2019 da EJUD 23 – “Cultura, Direito, Gênero, Raça e Religião” - Cuiabá – MS – 25 de setembro de 2019 – 2 horas.
- Congresso Trabalho, Justiça e Humanidade – Faculdade de Direito da Universidade Brasília (UNB) – “Empatia e Alteridade enquanto Instrumentos de Transformação Social” - Brasília – DF - 21 de maio de 2019 – 1 hora.
- I Seminário sobre Trabalho Infantil e Contrato de Aprendizagem - Escola Judicial do TRT da 16ª Região – “Trabalho Infantil: Ultrapassando a Violência. Prioridade dentro e fora do Sistema de Garantias. Roteiro de Libertação.” - São Luís – MA – 5 de dezembro de 2018 - 1 hora.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:15:17
-03'00'



- 4º Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, promovido pelo CSJT – “Entender para combater: A formação de Juízes, Procuradores, Advogados e integrantes do Sistema de Garantias como ferramenta contra o trabalho infantil.” – Brasília – DF – 25 e 26 de outubro de 2018 – 1 hora.
- Seminário Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) - “A Reforma Trabalhista de 2017” - Brasília - DF - 22 de novembro de 2017 – 4 horas.
- Ciclo de minipalestras sobre temas socioambientais para alunos do 8º ano do ensino fundamental no Colégio Bernoulli Salvador – abril de 2015 e maio de 2014.

Como ouvinte:

- XXXIII COMAT – Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia – “O Direito do Trabalho Contemporâneo”, realizado pela AMATRA 5, Salvador - BA – 27 de setembro de 2024 – 6 horas.
- 21º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – CONAMAT, realizado pela ANAMATRA e AMATRA 9, Foz do Iguaçu-PR – 1º a 4 de maio de 2024 – 23 horas.
- Seminário “Diálogos sobre Ação Rescisória” / 1º Encontro, realizado pela ENAMAT, Brasília – DF – 27 de setembro de 2023 – 2 horas.
- Seminário “Capacitismo e Interseccionalidade: experiências específicas, desafios coletivos”, realizado pelo TST e ENAMAT, Brasília – DF – 19 e 20 de setembro de 2023 – 1 hora.
- Seminário “Combate ao Assédio Eleitoral”, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, Brasília – DF – 17 e 18 de agosto de 2023 – 6 horas.
- Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista, realizado pela ENAMAT e Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET), Brasília – DF – 30 e 31 de maio de 2023 – 1h30min.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:15:40
-03'00"



- Seminário Internacional Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social, realizado pelo STF, TST e ENAMAT, Brasília – DF – 2 e 3 de março de 2023 - 16 horas.
- Congresso de Processo Civil – XI FPPC, realizado pela Escola de Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal, na plataforma YouTube – março de 2022 - 11 horas.
- Live “Correção Monetária e Juros – Consequências do julgamento da ADC 58 pelo STF”, promovida pela EMATRA 10 e AMATRA 10 – 5 de março de 2021 – 2 horas.
- Webinário Trabalho Infantil em Pandemia, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – 13 de novembro de 2020 – 2 horas.
- Seminário Telepresencial da Semana da Memória da Justiça do Trabalho “Trabalho e Justiça do Trabalho: Memória e História”, promovido pela Comissão de Documentação do TST e pelo CEFAS – 22 de setembro de 2020 – 8 horas.
- IX Congresso Internacional de Direito do Trabalho da Academia Brasileira de Direito do Trabalho – “O Futuro das Relações de Trabalho no Centenário da Organização Internacional do Trabalho”, São Paulo – SP – 3 e 4 de outubro de 2019 – 16 horas de atividades complementares.
- Encontro Internacional de Juizes de Cortes Trabalhistas – promovido pelo COLEPRECOR em parceria com o TST e ENAMAT – 21 e 23 de agosto de 2019, Brasília – DF -
- 1º Curso “A Mulher Juíza: Desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero”, realizado pela ENFAM – 15 a 17 de maio de 2019, Brasília – DF.
- 62ª Assembleia Extraordinária e Reunião de Trabalho do CONEMATRA – 25 e 26 de abril de 2019, Cuiabá – MS – 6,5 horas.
- Seminário “Os Juizes e as Mídias Sociais”, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça – 1º a 3 de abril de 2019, Brasília – DF.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:15:57 -03'00'



- 61ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do CONEMATRA – 15 e 16 de janeiro de 2019, Natal - RN – 4 horas.
- 60ª Assembleia Extraordinária e Reunião de Trabalho do CONEMATRA – 22 e 23 de novembro de 2018 – 8 horas.
- Seminário Ética e Magistratura – ENAMAT em parceria com o TRT10 e a EJUD10 – Brasília-DF - 20 e 21 de setembro de 2018.
- 58º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho – 18, 19 e 20 de junho de 2018, São Paulo – SP – 16 horas.
- Seminário Hermenêutica Constitucional e Direito Social – ENAMAT em parceria com o CEFASST e o CSJT – Brasília- DF- 24 e 25 de maio de 2018.
- Congresso Luso-Brasileiro de Direito do Trabalho – TRT da 7ª Região em parceria com a AMATRA 7 – Fortaleza - CE -10 e 11 de maio de 2018 – 16 horas.
- 57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do CONEMATRA - São Paulo – SP - 1º e 2 de março de 2018 - 7 horas.
- Seminário sobre Reforma Trabalhista – ENAMAT em parceria com a ENM e o CEFASST – Brasília-DF - 27 e 28 de novembro de 2017.
- 56ª Encontro e Assembleia do CONEMATRA - 23 e 24 de novembro de 2017 - Porto Alegre – RS - 7,5 horas.
- 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho - 9 e 10 de outubro de 2017, Brasília – DF -13 horas de programação científica.
- IV Fórum Permanente de Processualistas do Trabalho - São Paulo – SP - 19 e 20 de maio de 2017 -16 horas de programação.
- 57º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, LTr, São Paulo - SP - 20, 21 e 22 de junho de 2016 - 16 horas de programação.
- 18º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho -CONAMAT, Salvador - BA, 27 a 30 de abril de 2016 - 5 horas de programação científica.
- 2º Fórum Permanente de Direito Processual do Trabalho - 26 e 27 de fevereiro de 2016 - Salvador – BA - 16 horas.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:16:13
-03'00'



- 7th International Conference on Training of the Judiciary – promovida por The International Organization for Judicial Training - 8 a 15 de novembro de 2015 - Porto de Galinhas - PE.
- 56º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, LTr - São Paulo - SP, -- 20, 21 e 22 de junho de 2015 - 16 horas de programação.
- I Seminário Nacional sobre Efetividade da Execução Trabalhista – promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Escola Nacional de Formação de Magistrados Trabalhistas - 7 e 8 de maio de 2015, Brasília – DF – 11 horas.
- Seminário sobre Terceirização e Administração Pública – promovido pelo Ministério Público do Trabalho da Bahia - 9 e 10 de outubro de 2014, Salvador – BA - 12 horas de programação.
- XXIV COMAT - Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia - 4 a 5 de setembro de 2014, Salvador - BA, carga horária de 10 horas.
- XVII CONAMAT – Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - 29 de abril a 2 de maio de 2014 – Gramado – RS - 10 horas.
- Curso de Gestão Estratégica para a Justiça do Trabalho – modalidade EAD – 16 de setembro de 2013 a 30 de outubro de 2013 - 30 horas.
- XXIII COMAT – Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia - 5 a 6 de setembro de 2013 – Salvador – BA - 8 horas.
- XXII COMAT – Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia - 20 a 21 de setembro de 2012 – Salvador – BA - 8 horas.
- XXI COMAT – Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia - 1º a 2 de setembro de 2011 – Salvador – BA - 14 horas.
- Seminário Direitos Fundamentais e Relações de Trabalho, em homenagem aos Desembargadores Roberto Pessoa e Delza Karr, no TRT da 5ª Região – 17 de setembro de 2010 – Salvador – BA - 4 horas.
- XX COMAT – Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia - 26 a 28 de agosto de 2010 – Salvador – BA - 15 horas.
- Café Cultural – “Aspectos práticos das ações coletivas na Justiça do Trabalho” – 6 de março de 2010 – Salvador – BA - 4 horas.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:16:36 -03'00'



- 19º CONAMATRA - Congresso de Magistrados do Trabalho da 5ª Região - 18 e 19 de setembro de 2009 – Salvador – BA - 15 horas.
- Seminário Nacional sobre Acidente do Trabalho e Saúde Ocupacional - 13 a 15 de agosto de 2008 - São Paulo SP - 18 horas.
- 18º EMAT - Encontro Anual de Magistrados da Justiça do Trabalho - 7 a 9 de agosto de 2008 – Salvador – BA - 14 horas.
- 17º EMAT - Encontro de Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - 27 e 28 de abril de 2007 – Salvador – BA - 14 horas.
- IV Colóquio Brasileiro de Direito do Trabalho, realizado pela Academia Nacional de Direito do Trabalho - 17 e 18 de novembro de 2006 – Salvador – BA - 16 horas.
- 16º EMAT - Encontro de Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região - 24 e 25 de agosto de 2006 – Salvador – BA - 14 horas.
- 15º EMAT - Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direito Social - 25 a 27 de agosto de 2005 – Salvador – BA - 18 horas.
- I Seminário Nacional Sobre a Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho - 16 a 18 de março de 2005 - São Paulo - SP - 20 horas.
- 14º EMAT - Encontro Anual de Magistrados do Trabalho - 17 a 19 de junho de 2004 – Salvador – BA - 13h e 10 minutos.
- XVIII Congresso Brasileiro de Magistrados, 22 a 25 de outubro de 2003 – Salvador -BA.
- IV Seminário Sul Baiano de Direito - 19 a 20 de setembro de 2002 - Porto Seguro – BA - 5 horas.
- 9º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho - 27 e 28 de março de 2001 - São Paulo - SP.
- I Seminário O Direito do Trabalho e o Novo Tempo - 7 a 9 de dezembro de 1998 – Salvador – BA - 6 horas.
- V Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho - 26, 27 e 28 de julho de 1993 - São Paulo - SP.
- Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho - 29 a 30 de março de 1993 - São Paulo – SP.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital
por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:16:58
+03'00'



- XI Encontro de Juízes do Trabalho da 5ª Região - 17 a 20 de outubro de 1983 – Salvador - BA.
- 3º Ciclo de Conferências de Alto Nível sobre Ciência Penal e Penitenciário - 27 a 30 de setembro de 1983 – Salvador - BA.
- I Congresso Estadual de Advogados da Bahia - 27 a 30 de outubro de 1982 - Feira de Santana - BA.
- Seminário sobre a Reforma da Legislação Penal e Processual - 29 de março a 2 de abril de 1982 – Salvador - BA.
- Seminário de Direito Tributário - 22 a 24 de março de 1982 – Salvador - BA.
- Seminário de Atualização dos Profissionais do Direito sobre o Anteprojeto do Código de Processo Penal, em comemoração ao 90º aniversário de Fundação da Faculdade de Direito da Bahia - 21 a 23 de dezembro de 1981 – Salvador – BA.
- Seminário de Direito Civil em torno do anteprojeto Prof. Orlando Gomes, em comemoração do 90º aniversário de Fundação da Faculdade de Direito da Bahia - 14 a 18 de dezembro de 1981 - Salvador - BA.
- Seminário sobre a Nova Legislação Penal - 4 a 6 de maio de 1981 – Salvador - BA.

Salvador/BA, 18 de novembro de 2025.

MARGARETH RODRIGUES COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:17:18 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

OFÍCIO Nº 001/2025

Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 1º, alínea b, item 1, da Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Exª que **posso parente** que exerceu atividade pública, vinculada à estrutura do Poder Judiciário, conforme abaixo discriminado:

Nome: **ROSALINA NASCIMENTO RODRIGUES**

Grau de parentesco: **Genitora**

Cargo: **Juíza do Trabalho**

Período: **de 15/02/1964 a 14/08/1990**

Lotação: **Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região**

CPF: **004. [informações pessoais] -72**

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:17:56 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

OFÍCIO n° 002/2025

Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução n° 41, de 2013**, informo a V. Exª que **não ocupei**, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:18:57 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

OFÍCIO n° 003/2025

Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3 e § 3º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução n° 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa.**

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:19:50 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARGARETH RODRIGUES COSTA
CPF: 347. [informação pessoal] -04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:56:39 do dia 13/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/05/2026.

Código de controle da certidão: **E91B.7D7F.01C6.E6CA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:21:08 -03'00'



**Prefeitura Municipal do Salvador - PMS**

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Nome: MARGARETH RODRIGUES COSTA
CPF: 347 [REDACTED] -04
Número da Certidão: 3363025

É certificado que:

Constam débitos administrados pela SEFAZ com exigibilidade suspensa nos termos do art. 8º, da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006 - Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (CTRMS), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos;

e/ou

Constam nos sistemas da PGMS débitos inscritos em Dívida Ativa do Município com exigibilidade suspensa nos termos do art. 8º, da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006 - Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador (CTRMS), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral de inscrição municipal de atividades como pessoa física, quando houver, ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Conforme disposto no art. 279, do CTRMS, este documento tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.gov.br>

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 10:52:30 horas do dia 13/11/2025.
Válida até dia 13/12/2025.

Código de controle da certidão: **6CE2.2039.2138.8EBA.F661.EB5B.0C22.39AF**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:23:02
-03'00'

Avulso da MSF 8/2026 [20 de 31]

31 / pg
13/11/2025, 10:52





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

OFÍCIO nº004/2025

Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, informo a V. Exª a **inexistência** de ações judiciais em que figure como parte, seja como autor ou réu, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:23:57 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

OFÍCIO nº 005/2025

Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Exª que atuo como Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desde junho de 2014, tendo atuado como Desembargadora Convocada no Tribunal Superior do Trabalho, nos períodos de fevereiro/2022 a junho/2024 e setembro/2024 a setembro/2025.

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:25:22 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

OFÍCIO nº 006/2025

Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a que **não atuei**, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 12:51:28 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

OFÍCIO nº 007/2025

Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea c**, do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES COSTA:25463 Assinado de forma digital por MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 12:52:42 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



Salvador/BA, 17 de novembro de 2025.

**Indicação - Membro do Tribunal Superior do Trabalho.
ARGUMENTAÇÃO ESCRITA - ART. 383, ALÍNEA "C", RISF**

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Senador(a),

Apresento, a seguir, a argumentação escrita exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, demonstrando minha experiência profissional, formação técnica, afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de **Ministra do Tribunal Superior do Trabalho**, para o qual fui indicada.

Nasci na Cidade do Salvador, na Bahia, tendo cursado Direito na Universidade Federal da Bahia - UFBA, graduada em janeiro de 1985, pós-graduada em Direito Constitucional do Trabalho (2008/2009), na mesma universidade, com Extensão universitária em Economia do Trabalho pelo CESIT/UNICAMP no ano de 2019.

Dedico-me há mais de trinta e cinco anos à Justiça do Trabalho, carreira que iniciei em 1990, após aprovação em 4º lugar em concurso público de provas e títulos. Atuei como Juíza do Trabalho Substituta e, posteriormente, como Juíza Titular em diversas Varas da 5ª Região, tanto na capital quanto no interior, o que me permitiu compreender profundamente as diferentes realidades sociais e econômicas que permeiam os conflitos

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:11:40 -03'00'

Avulso da MSF 8/2026 [25 de 31]



trabalhistas.

Em 2014 fui promovida por merecimento ao cargo de Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, consolidando minha experiência colegiada na análise de matérias complexas de direito material e processual do trabalho.

Minha atuação no **Tribunal Superior do Trabalho** é marcada por duas convocações relevantes. Entre 2022 e 2024 assumi o gabinete do Ministro Vieira de Mello Filho, participando da elaboração de votos, da análise de controvérsias jurídicas de repercussão nacional e do desenvolvimento de teses relevantes para a uniformização jurisprudencial. De setembro de 2024 a setembro de 2025 fui convocada para atuar como **Desembargadora Auxiliar e Coordenadora da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho**, função na qual pude atuar com responsabilidades de natureza estratégica na condução de procedimentos correicionais, na supervisão de atos judiciais e na formulação de diretrizes nacionais voltadas à eficiência, à equalização da carga de trabalho e ao aprimoramento da governança judiciária em todo o âmbito da justiça trabalhista do país. Essa experiência ampliou minha visão sistêmica da Justiça do Trabalho e fortaleceu minha capacidade de liderança e tomada de decisões em âmbito nacional.

Aliás, tenho sempre contribuído com a estrutura institucional da Justiça do Trabalho. Fui indicada e atuei como representante da Região Nordeste na **Comissão de Precedentes Qualificados do TST**, colaborando para a estabilidade da jurisprudência e o fortalecimento da segurança jurídica, tendo ainda participado como membro integrante da **Comissão Examinadora da Prova de Sentença no II Concurso Nacional da Magistratura Trabalhista**.

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA-25463

Assinado de forma digital
por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17
10:28:07 AM

Aviso da MSF 8/2026 [26 de 31]



Atuei como Vice-Diretora e Diretora da Escola Judicial do TRT da 5ª Região, integrando também nesse último período o Conselho Consultivo da Escola Nacional da Magistratura Trabalhista (ENAMAT), em vaga destinada a Desembargador(a), bem como o Conselho Nacional de Escolas da Magistratura do Trabalho - CONEMATRA, atenta à formação integral da magistratura trabalhista e seus quatro eixos à época fixados - Eticidade, Alteridade, Resolução de Conflitos, Direito e Sociedade.

Exerci ainda a gestão de sistemas estruturantes na Justiça do Trabalho, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o Sistema e-Gestão e as Metas Nacionais, nesse caso junto ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Todas essas atividades demonstram o meu comprometimento com a formação, a inovação, o planejamento estratégico e a melhoria contínua não só da prestação jurisdicional, como os que dela fazem parte e dela dependem, na condição de jurisdicionados.

Tenho dedicado especial atenção à promoção da **inclusão, diversidade e equidade** no serviço público. Coordenei junto ao Conselho Nacional de Justiça a Comissão Interinstitucional destinada a incentivar a participação feminina no Poder Judiciário, nos termos da Resolução 255 do CNJ, e atualmente estou à frente do **Subcomitê de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de Discriminação** no TRT da 5ª Região, compromissada com pautas que envolvem ações voltadas à igualdade de gênero no Poder Judiciário, como a prevenção a todo tipo de violência no ambiente laboral. Nesse sentido, participo igualmente de debates, seminários e ações institucionais voltados ao combate do trabalho infantil, à proteção de grupos vulneráveis e ao



fortalecimento de práticas inclusivas no Judiciário.

Além disso, acreditando na formação humanística dos magistrados, tenho trabalhado como voluntária há cerca de três décadas na Mansão do Caminho, entidade sem fins lucrativos que atua na periferia de Salvador nas áreas de educação e assistência social há mais de 70 (setenta) anos, voltada ao atendimento de cerca de duas mil crianças e adolescentes por dia, além de adultos e idosos carentes e em condição de vulnerabilidade social, o que reforça o meu vínculo com valores que permitam a promoção do ser humano e o bem-estar coletivo.

Minha produção jurídica reflete minha afinidade com os princípios constitucionais que orientam a Justiça do Trabalho, especialmente os valores da **proteção social**, da **dignidade da pessoa**, da **equidade nas relações de trabalho** e da **efetividade dos direitos fundamentais**. Escrevi sobre temas contemporâneos como plataformas digitais e gamificação, execução trabalhista envolvendo Estado estrangeiro, igualdade de gênero, empatia e alteridade como instrumentos de transformação social e os desafios da eficiência judicial sob a ótica dos direitos humanos e da paz nas relações de trabalho.

Minha conduta moral e ética é pautada pelo compromisso com a integridade e o respeito à dignidade humana. Ao longo de minha carreira tenho mantido reputação ilibada e postura institucional compatível com os deveres e responsabilidades dos cargos que venho exercendo.

Em razão de minha trajetória jurídica e institucional, de minha atuação no TST e na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de minha formação técnica, de minha produção intelectual e do meu compromisso com a

MARGARETH
RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital
por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Data: 2025.11.17 09:13:00
+03'00'

Avulso da MSF 8/2026 [28 de 31]



proteção social, a dignidade da pessoa humana e as políticas de inclusão, mantendo princípios e valores inalienáveis, considero que reúno plenamente os requisitos exigidos pelo Senado Federal para o exercício do cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Respeitosamente,

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por MARGARETH
RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:13:19 -03'00'

MARGARETH RODRIGUES COSTA

Desembargadora do TRT da 5ª Região





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 13/11/2025 10:39

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20255804670

NOME MARGARETH RODRIGUES COSTA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CPF 347 [informações pessoais] 04

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 13/11/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

MARGARETH RODRIGUES
COSTA:25463

Assinado de forma digital por
MARGARETH RODRIGUES COSTA:25463
Dados: 2025.11.17 09:22:14 -03'00'





Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ

Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Nome: MARGARETH RODRIGUES COSTA

CPF: 347.04

Número da Certidão: 3753357

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral de inscrição municipal de atividades como pessoa física, quando houver, ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 16:32:52 horas do dia 28/01/2026.

Válida até dia 28/04/2026.

Código de controle da certidão: **5FDD.6C24.B1AB.D45F.57B9.6C18.CDCB.52B2**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.



Projetos de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2026

Susta a Resolução nº 286, de 20 de março de 2026, do Conselho Federal de Odontologia, que reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 175/2026 [1 de 5]



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta a Resolução nº 286, de 20 de março de 2026, do Conselho Federal de Odontologia, que *reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências*.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Resolução nº 286, de 20 de março de 2026, do Conselho Federal de Odontologia, que *reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências*.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Federal de Odontologia (CFO) é uma autarquia especial, que possui atribuições de fiscalização e normatização da prática odontológica, nos termos da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964. A natureza jurídica dessa entidade decorre do fato de exercer atividades típicas de Estado.

Por pertencer à Administração Pública indireta, aplicam-se ao CFO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por sua vez, decorre do Princípio da Legalidade que, na Administração Pública, só é permitido fazer o que a lei explicitamente autorizar. Assim, a autoridade, o gestor ou o conselheiro não podem praticar



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran
Para verificação

Avulso do PDL 175/2026 [2 de 5]



atos fora da sua competência legal e tampouco deixar de atender ao interesse público.

Cabe ressaltar, contudo, que a competência em matéria de controle de legalidade é, primordialmente, do Poder Judiciário. No entanto, há exceções a essa regra geral, como a contida no inciso V do art. 49 da Constituição, que atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa*.

Por esses motivos, compete ao Congresso Nacional examinar a recém-publicada Resolução nº 286, de 20 de março de 2026, do Conselho Federal de Odontologia, que *reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências*.

Entre outras disposições, a nova Resolução do CFO autoriza a realização de procedimentos como lipoaspiração facial, platismoplastia e rinoplastia por profissionais não médicos, invadindo o campo de atuação legalmente reservado à medicina, conflitando, pois, com a legislação vigente.

Com efeito, a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013 (Lei do Ato Médico), estabelece, em seu art. 4º, que constituem atividades privativas do médico a indicação e execução de intervenção cirúrgica e de procedimentos invasivos, sejam eles diagnósticos, terapêuticos ou estéticos.

Além disso, a natureza invasiva dos procedimentos autorizados pela Resolução do CFO eleva significativamente os riscos à saúde dos pacientes, dada a possibilidade de ocorrência de hemorragias, lesões de nervos faciais, infecções graves e reações adversas a anestésicos, como choques anafiláticos.

Destaca-se, ainda, que a norma permite a realização de tais procedimentos em ambientes odontológicos, os quais, em regra, não dispõem de infraestrutura adequada, como o apoio de unidades de terapia intensiva, tampouco contam com a presença obrigatória de médico anestesilogista, o que agrava sobremaneira o risco assistencial.

De fato, as competências atribuídas ao profissional odontólogo por meio da Resolução nº 286, de 2026, do CFO, são inovadoras, extrapolando as disposições da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o exercício da



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran
Para verifica

Avulso do PDL 175/2026 [3 de 5]



odontologia. A criação de obrigações e a ampliação do escopo de atuação profissional por meio de resolução infralegal configuram afronta ao princípio da legalidade, uma vez que tais matérias devem ser disciplinadas por lei em sentido formal, resguardadas as competências próprias das profissões da área da Saúde.

Resta claro, portanto, que a resolução do CFO exorbita o poder regulamentar, ao inovar no ordenamento jurídico e invadir competência privativa de outra categoria profissional, impondo-se, portanto, a sua sustação pelo Congresso Nacional.

Por fim, em face da relevância e da urgência da matéria, solicitamos às Senadoras e aos Senadores o necessário apoio para a aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões,

Senador DR. HIRAN



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verifica

Avulso do PDL 175/2026 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- Lei nº 4.324, de 14 de Abril de 1964 - LEI-4324-1964-04-14 - 4324/64

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1964;4324>

- Lei nº 5.081, de 24 de Agosto de 1966 - LEI-5081-1966-08-24 - 5081/66

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1966;5081>

- Lei nº 12.842, de 10 de Julho de 2013 - Lei do Ato Médico - 12842/13

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12842>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2026

Susta dispositivos das Resoluções nº 5.268 de 18 de dezembro de 2025 e nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional, que tratam de condicionantes ambientais para concessão de crédito rural.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 176/2026 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

SF/26912.90317-03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta dispositivos das Resoluções nº 5.268 de 18 de dezembro de 2025 e nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional, que tratam de condicionantes ambientais para concessão de crédito rural.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do art. 49, V e X, da Constituição Federal, os efeitos dos dispositivos constantes dos itens 17 da Resolução CMN nº 5.268 de dezembro de 2025 e dos itens 17 e 18 da Resolução CMN nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional, que alteram normas da Seção 9 (Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As Resoluções nº 5.268 e nº 5.193, editadas pelo Conselho Monetário Nacional, introduziram novas exigências para a concessão de crédito rural ao determinar que as instituições financeiras verifiquem, com base em dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), a ocorrência de supressão de vegetação nativa após 31 de julho de 2019 nos imóveis rurais objeto de financiamento.

A partir de 1º de abril de 2026, essa verificação passará a ser obrigatória para imóveis com área superior a quatro módulos fiscais. Entretanto, o PRODES apresenta limitações relevantes para esse tipo de aplicação, como apontamentos equivocados, dificuldades para distinguir desmatamento legal de ilegal e imprecisões de georreferenciamento, o que pode resultar em restrições indevidas inclusive para produtores que estejam em situação ambiental regular.



Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verifica

Avulso do PDL 176/2026 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Além das limitações técnicas, a medida transfere ao sistema financeiro responsabilidades que não lhe são próprias, ao exigir que as instituições realizem verificações ambientais complexas para fins de concessão de crédito. Na prática, isso tende a ampliar a insegurança jurídica das operações e elevar custos operacionais, sem garantir maior efetividade na política de controle ambiental.

No atual cenário de margens pressionadas na agropecuária, a criação de novos entraves ao crédito rural representa um fator adicional de dificuldade ao produtor, podendo comprometer sua capacidade de financiamento e produção. A exigência também pode repercutir no acesso ao seguro rural e em outras ferramentas de gestão de risco, ampliando os impactos sobre a atividade produtiva.

Diante desse contexto, entende-se adequado sustar os dispositivos mencionados até que sejam disponibilizados mecanismos mais precisos e confiáveis de verificação ambiental ou que sejam estabelecidos procedimentos simplificados que permitam ao próprio produtor comprovar a regularidade ambiental de sua área, sem custos adicionais e sem prejuízo ao adequado funcionamento do crédito rural.

Diante do exposto, conclamo os ilustres pares a aprovarem esta proposta.

Sala das Sessões, de abril de 2026

JAIME BAGATTOLI
Senador da República



Senado Federal –Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli -Telefone: +55 (61) 3303-2714
Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verificação

Avulso do PDL 176/2026 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

Avulso do PDL 176/2026 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 2026

Susta as Resoluções do Conselho Federal de Odontologia (CFO) nº 283, de 19 de março de 2026, que revoga a Resolução CFO n. 100/2010 e os artigos 43, 44, 45, 47 e 48 da Resolução CFO n. 63/2005; nº 284, de 19 de março de 2026, que reconhece a área anatômica de atuação do cirurgião-dentista, estabelece vedação quanto a neoplasias malignas e revoga a Resolução CFO n. 176/2016; nº 285, de 19 de março de 2026, que altera o artigo 1º e revoga o artigo 3º da Resolução CFO n. 230/2020; e nº 286, de 20 de março de 2026, que reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta as Resoluções do Conselho Federal de Odontologia (CFO) nº 283, de 19 de março de 2026, que *revoga a Resolução CFO n. 100/2010 e os artigos 43, 44, 45, 47 e 48 da Resolução CFO n. 63/2005*; nº 284, de 19 de março de 2026, que *reconhece a área anatômica de atuação do cirurgião-dentista, estabelece vedação quanto a neoplasias malignas e revoga a Resolução CFO n. 176/2016*; nº 285, de 19 de março de 2026, que *altera o artigo 1º e revoga o artigo 3º da Resolução CFO n. 230/2020*; e nº 286, de 20 de março de 2026, que *reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências*.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustadas, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, as Resoluções do Conselho Federal de Odontologia (CFO) nº 283, de 19 de março de 2026, que *revoga a Resolução CFO n. 100/2010 e os artigos 43, 44, 45, 47 e 48 da Resolução CFO n. 63/2005*; nº 284, de 19 de março de 2026, que *reconhece a área anatômica de atuação do cirurgião-dentista, estabelece vedação quanto a neoplasias malignas e revoga a Resolução CFO n. 176/2016*; nº 285, de 19 de março de 2026, que *altera o artigo 1º e revoga o artigo 3º da Resolução CFO n. 230/2020*; e nº 286, de 20 de março de 2026, que *reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências*.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran
Para verifica

Avulso do PDL 177/2026 [2 de 6]



JUSTIFICAÇÃO

O Conselho Federal de Odontologia (CFO) é uma autarquia especial, que possui atribuições de fiscalização e normatização da prática odontológica, nos termos da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964. A natureza jurídica dessa entidade decorre do fato de exercer atividades típicas de Estado.

Por pertencer à Administração Pública indireta, aplicam-se ao CFO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por sua vez, decorre do Princípio da Legalidade que, na Administração Pública, só é permitido fazer o que a lei explicitamente autorizar. Assim, a autoridade, o gestor ou o conselheiro não podem praticar atos fora da sua competência legal e tampouco deixar de atender ao interesse público.

Cabe ressaltar, contudo, que a competência em matéria de controle de legalidade é, primordialmente, do Poder Judiciário. No entanto, há exceções a essa regra geral, como a contida no inciso V do art. 49 da Constituição, que atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa*.

Por esses motivos, compete ao Congresso Nacional examinar a recém-publicada Resolução nº 286, de 20 de março de 2026, do Conselho Federal de Odontologia, que *reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências*.

Entre outras disposições, a Resolução do CFO nº 286 autoriza a realização de procedimentos como lipoaspiração facial, platismoplastia e rinoplastia por profissionais não médicos, invadindo o campo de atuação legalmente reservado à medicina, conflitando, pois, com a legislação vigente.

Com efeito, a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013 (Lei do Ato Médico), estabelece, em seu art. 4º, que constituem atividades privativas do médico a indicação e execução de intervenção cirúrgica e de procedimentos invasivos, sejam eles diagnósticos, terapêuticos ou estéticos.

Além disso, a natureza invasiva dos procedimentos autorizados pela Resolução CFO nº 286, de 2026, eleva significativamente os riscos à saúde dos pacientes, dada a possibilidade de ocorrência de hemorragias, lesões de



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verifica

Avulso do PDL 177/2026 [3 de 6]



nervos faciais, infecções graves e reações adversas a anestésicos, como choques anafiláticos.

Destaca-se, ainda, que essa norma permite a realização de tais procedimentos em ambientes odontológicos, os quais, em regra, não dispõem de infraestrutura adequada, como o apoio de unidades de terapia intensiva, tampouco contam com a presença obrigatória de médico anestesiológico, o que agrava sobremaneira o risco assistencial.

Guardando relação muito próxima com a instituição da chamada especialidade odontológica em Cirurgia Estética Orofacial (CEOF), o CFO editou outras resoluções, a fim de possibilitar seu exercício profissional. São elas: a Resolução nº 283, de 19 de março de 2026, que *revoga a Resolução CFO n. 100/2010 e os artigos 43, 44, 45, 47 e 48 da Resolução CFO n. 63/2005*; a Resolução nº 284, de 19 de março de 2026, que *reconhece a área anatômica de atuação do cirurgião-dentista, estabelece vedação quanto a neoplasias malignas e revoga a Resolução CFO n. 176/2016*; e a Resolução nº 285, de 19 de março de 2026, que *altera o artigo 1º e revoga o artigo 3º da Resolução CFO n. 230/2020*. Todas essas normas se sujeitam, igualmente, ao exame de seu conteúdo pelo Congresso Nacional.

A Resolução CFO nº 283, de 2026, ao revogar a Resolução CFO nº 100, de 18 de março de 2010, exclui do ordenamento jurídico, dispositivo normativo que reconhecia, em seu art. 2º, competência exclusiva do médico a prática de cirurgia estética, ressalvadas as estéticas funcionais do aparelho mastigatório.

A Resolução CFO nº 284, de 2026, por sua vez, permite que todos os atos pertinentes à odontologia sejam praticados em áreas para além da região da cabeça e pescoço, incluindo suas estruturas contíguas, anexas e afins.

Já a Resolução CFO nº 285, de 2026, revoga o art. 3º da Resolução CFO nº 230, de 14 de agosto de 2020, que veda ao cirurgião-dentista a realização de procedimentos em áreas anatômicas diversas de cabeça e pescoço.

Assim, de maneira coordenada, essas resoluções do CFO ampliam a área de atuação do cirurgião-dentista para além da região da cabeça e pescoço, sem a devida base legal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verifica

Avulso do PDL 177/2026 [4 de 6]



De fato, a Resolução CFO nº 286, de 2026, em conexão com as disposições das Resoluções nºs 283, 284 e 285, de 2026, da mesma entidade, atribui ao profissional odontólogo competências inovadoras, extrapolando as disposições da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o exercício da odontologia. A criação de obrigações e a ampliação do escopo de atuação profissional por meio de resolução infralegal configuram afronta ao princípio da legalidade, uma vez que tais matérias devem ser disciplinadas por lei em sentido formal, resguardadas as competências próprias das profissões da área da Saúde.

Resta claro, portanto, que as Resolução CFO nºs 283, 284, 285 e 286, de 2026, exorbitam o poder regulamentar, ao inovar no ordenamento jurídico e invadir competência privativa de outra categoria profissional, impondo-se, portanto, a sua sustação pelo Congresso Nacional.

Por fim, em face da relevância e da urgência da matéria, solicitamos às Senadoras e aos Senadores o necessário apoio para a aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões,

Senador DR. HIRAN



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificação

Avulso do PDL 177/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- Lei nº 4.324, de 14 de Abril de 1964 - LEI-4324-1964-04-14 - 4324/64

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1964;4324>

- Lei nº 5.081, de 24 de Agosto de 1966 - LEI-5081-1966-08-24 - 5081/66

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1966;5081>

- Lei nº 12.842, de 10 de Julho de 2013 - Lei do Ato Médico - 12842/13

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12842>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1576, DE 2026

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 ("Lei dos Crimes Hediondos"), para vedar a progressão de regime e estabelecer a inafiançabilidade e a imprescritibilidade de crimes graves cometidos contra mulheres.

AUTORIA: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1576/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (“Lei dos Crimes Hediondos”), para vedar a progressão de regime e estabelecer a inafiançabilidade e a imprescritibilidade de crimes graves cometidos contra mulheres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (“Lei dos Crimes Hediondos”), para vedar a progressão de regime e estabelecer a inafiançabilidade e a imprescritibilidade de crimes graves cometidos contra mulheres.

Art. 2º O art. 107 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 107.**

.....

Parágrafo único. São imprescritíveis os crimes de:

I – racismo;

II – ação de grupo armado, civil ou militar, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; e

III – feminicídio, estupro, estupro contra vulnerável e lesão corporal dolosa, cometido contra mulher, de natureza grave ou gravíssima, ou seguida de morte.” (NR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato
Para verifica

Avulso do PL 1576/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/26703.24901-97

Art. 3º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 111–A:

“**Art. 111–A.** É vedada a progressão de regime em caso de condenação pelo crime de:

I – feminicídio;

II – estupro;

III – estupro de vulnerável; ou

IV – lesão corporal dolosa, cometido contra mulher, de natureza grave ou gravíssima, ou seguida de morte.”

Art. 4º O *caput* do art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 112.** Ressalvado o disposto no art. 111-A desta Lei, a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

.....” (NR)

Art. 5º O inciso I–A do *caput* do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *d*:

“**Art. 1º**

.....

I–A –

.....

d) contra mulher.

.....” (NR)

Art. 6º Fica revogada a alínea *d* do inciso VI do *caput* do art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato
Para verifica

Avulso do PL 1576/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei propõe o endurecimento das penas aplicáveis a crimes graves cometidos majoritariamente ou exclusivamente contra mulheres, com o objetivo de assegurar maior proteção à dignidade, integridade física e psicológica da mulher.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registra, anualmente, milhares de casos de feminicídio, além de índices elevados de estupro e violência doméstica.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública indica que ocorre, em média, um feminicídio a cada poucas horas no País; que mais de 70% das vítimas de feminicídio são mortas por parceiros ou ex-parceiros; e que os casos de estupro ultrapassam 70 mil registros anuais, com forte subnotificação.

Esse cenário evidencia a necessidade de aprimoramento legislativo.

Precisamos fortalecer a proteção penal das mulheres diante do significativo número de crimes violentos baseados em gênero, notadamente o feminicídio, o estupro e outras formas graves de violência.

A gravidade dessas condutas, que atentam contra a dignidade da pessoa humana e revelam padrões estruturais de violência, justifica tratamento penal mais rigoroso, incluindo: a imprescritibilidade, em razão da extrema relevância dos bens jurídicos tutelados; a inafiançabilidade, como medida de garantia da ordem pública; e a vedação de progressão de regime, como forma de reforçar o caráter dissuasório da pena.

A proposta busca, assim, alinhar o ordenamento jurídico à necessidade de resposta estatal mais firme diante da violência de gênero, contribuindo para a redução da impunidade e a proteção das vítimas.

O projeto está em conformidade com a Lei Maria da Penha e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção de



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato
Para verificação

Avulso do PL 1576/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

SF/26703.24901-97

Belém do Pará, que impõe ao Estado o dever de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Em face do exposto, contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para discutir, aperfeiçoar e aprovar este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senadora ANA PAULA LOBATO



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato

Para verifica

Avulso do PL 1576/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
 - art107
- Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - Lei de Execução Penal (1984) - 7210/84
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1984;7210>
 - art112_cpt
 - art112_cpt_inc6_alii4
- Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos (1990) - 8072/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8072>
 - art1_cpt





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1585, DE 2026

Dispõe sobre a validação cadastral e biométrica de titulares de linhas telefônicas móveis no Brasil, estabelece mecanismos de prevenção a fraudes e ao uso indevido de números de telefone para a prática de crimes e dá outras providências.

AUTORIA: Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1585/2026 [1 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

SF/26464.85632-96

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Dispõe sobre a validação cadastral e biométrica de titulares de linhas telefônicas móveis no Brasil, estabelece mecanismos de prevenção a fraudes e ao uso indevido de números de telefone para a prática de crimes e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece regras para o cadastramento, a validação e a manutenção de linhas telefônicas móveis no território nacional, com o objetivo de prevenir fraudes, golpes digitais, disseminação de desinformação e outros crimes praticados por meio de números de telefone registrados com dados falsos ou irregulares.

Art. 2º A ativação e manutenção de linhas telefônicas móveis no Brasil dependerão do cadastro válido do titular, mediante a apresentação de:

I – número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), quando se tratar de pessoa natural;

II – número de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), quando se tratar de pessoa jurídica.

§1º As prestadoras de serviços de telecomunicações deverão verificar a regularidade do CPF ou do CNPJ junto às bases de dados oficiais da Receita Federal do Brasil.

§2º As linhas telefônicas somente poderão ser ativadas após a validação das informações cadastrais do titular.

Art. 3º O cadastramento de linhas telefônicas deverá incluir verificação biométrica do titular, a ser realizada pelas prestadoras de serviços de telecomunicações ou por meio de sistemas eletrônicos por elas autorizados.



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly
Para verifica

Avulso do PL 1585/2026 [2 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

SF/26464.85632-96

§1º A verificação biométrica poderá ser realizada por meio de reconhecimento facial, digital ou outro método tecnologicamente seguro que permita a identificação inequívoca do titular.

§2º A biometria coletada deverá ser utilizada exclusivamente para fins de validação da titularidade da linha telefônica, observadas as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Art. 4º No caso de linhas registradas em nome de pessoa jurídica, o cadastro deverá conter:

- I – o número do CNPJ da empresa titular da linha;
- II – a identificação de um representante legal responsável pelo cadastro.

§1º A validação biométrica deverá ser realizada por:

- I – sócio majoritário da empresa; ou
- II – administrador legalmente designado nos atos constitutivos da pessoa jurídica.

§2º A prestadora deverá registrar e manter atualizados os dados do representante responsável pela validação biométrica.

Art. 5º As prestadoras de serviços de telecomunicações deverão realizar verificação periódica da regularidade cadastral das linhas ativas, nos termos do regulamento.

§1º A verificação incluirá consulta automática às bases de dados oficiais para identificar:

- I – CPFs suspensos, cancelados ou pertencentes a pessoas falecidas;
- II – CNPJs baixados, suspensos ou declarados inaptos.

§2º Constatada irregularidade, a prestadora deverá:

- I – notificar o titular cadastrado;



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly
Para verificação

Avulso do PL 1585/2026 [3 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

SF/26464.85632-96

II – suspender a linha caso a irregularidade não seja regularizada no prazo de até 10 dias após a notificação.

Art. 6º Os sistemas das prestadoras de serviços de telecomunicações deverão ser integrados, na forma de regulamento, com bases de dados públicas que permitam identificar registros de óbito, a fim de evitar a manutenção de linhas telefônicas vinculadas a pessoas falecidas.

§1º Identificado o falecimento do titular da linha, a prestadora deverá suspender o serviço até que seja realizada a transferência da titularidade ou o cancelamento da linha.

§2º A transferência de titularidade deverá observar os procedimentos de validação previstos nesta Lei.

Art. 7º O regulamento desta Lei deverá dispor, no mínimo, sobre:

I – os procedimentos técnicos de validação cadastral;

II – os padrões de verificação biométrica;

III – os prazos de verificação periódica da regularidade cadastral das linhas ativas de que trata o art. 5º;

IV – os mecanismos de integração com bases de dados públicas;

V – os limites de linhas telefônicas por titular, quando necessário para fins de prevenção e combate a fraudes.

Art. 8º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará as prestadoras às sanções previstas na legislação de telecomunicações, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O crescimento dos crimes digitais no Brasil tem revelado um problema recorrente: a utilização de linhas telefônicas cadastradas com dados falsos, irregulares ou vinculadas a pessoas falecidas.



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly
Para verificação

Avulso do PL 1585/2026 [4 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

SF/26464.85632-96

Esses números são frequentemente utilizados para a aplicação de golpes, fraudes eletrônicas e disseminação massiva de desinformação por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens.

Embora existam normas regulatórias que exigem o cadastro de usuários de telefonia móvel, ainda persistem lacunas na verificação efetiva da titularidade das linhas, especialmente no que se refere à validação biométrica dos titulares e à atualização automática dos cadastros diante de alterações em registros públicos.

A presente proposição busca enfrentar esse problema por meio de três medidas estruturais.

A primeira consiste na obrigatoriedade de validação biométrica para a ativação e manutenção de linhas telefônicas, garantindo maior segurança na identificação do titular.

A segunda estabelece mecanismos de verificação periódica da regularidade de CPFs e CNPJs junto às bases de dados oficiais.

Por fim, a terceira prevê a integração dos sistemas das operadoras com registros de óbito, evitando que números de telefone permaneçam ativos em nome de pessoas falecidas.

Adicionalmente, o projeto disciplina a possibilidade de registro de linhas por pessoas jurídicas, assegurando que a validação biométrica seja realizada por sócios majoritários ou administradores da empresa, de modo a preservar a responsabilidade e a rastreabilidade do uso dessas linhas.

Trata-se, portanto, de medida que fortalece a segurança digital, contribui para o combate a fraudes e reforça a proteção da sociedade no ambiente digital, sem prejuízo da observância às garantias previstas na legislação de proteção de dados pessoais.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei, visando a proteção de todos; mas, em especial, dos mais vulneráveis, que costumam ser vítimas de golpes digitais.



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly
Para verifica

Avulso do PL 1585/2026 [5 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

SF/26464.85632-96

Sala das Sessões,

Senadora Roberta Acioly
(REPUBLICANOS/RR)



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly

Para verifica

Avulso do PL 1585/2026 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (2018) - 13709/18

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>

Avulso do PL 1585/2026 [7 de 7]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1586, DE 2026

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para vedar a limitação do número de sessões de terapias multidisciplinares prescritas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da saúde suplementar.

AUTORIA: Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1586/2026 [1 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROBERTA ACIOLY

SF/26844.01004-80

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026.

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para vedar a limitação do número de sessões de terapias multidisciplinares prescritas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da saúde suplementar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para assegurar a continuidade terapêutica das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), vedando a limitação administrativa ou contratual do número de sessões terapêuticas prescritas por profissional de saúde habilitado.

Art. 2º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art.12º-A É vedada às operadoras de planos privados de assistência à saúde a imposição de limite quantitativo ao número de sessões de terapias multidisciplinares prescritas por profissional de



Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioy

Para verifica

Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Avulso do PL 1586/2026 [2 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROBERTA ACIOLY

SF/26844.01004-80

saúde habilitado para o tratamento de beneficiários diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

§1º Para fins desta Lei, consideram-se terapias multidisciplinares aquelas necessárias ao desenvolvimento funcional da pessoa com TEA, incluindo, entre outras:

I – psicologia;

II – fonoaudiologia;

III – terapia ocupacional;

IV – fisioterapia;

V – psicopedagogia;

VI – outras terapias indicadas clinicamente.

§2º A cobertura deverá observar exclusivamente a prescrição do profissional de saúde responsável pelo tratamento, vedada a imposição de limites administrativos, contratuais ou protocolares que restrinjam a continuidade terapêutica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Aciole

Para verifica

Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Avulso do PL 1586/2026 [3 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROBERTA ACIOLY

SF/26844.01004-80

§3º A negativa de cobertura com fundamento em limite de sessões será considerada prática abusiva, sujeitando a operadora às sanções previstas nesta Lei e na legislação de defesa do consumidor.

§4º O disposto neste artigo não impede a avaliação técnica da pertinência do tratamento, desde que fundamentada em critérios médicos e científicos.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 5º-A. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista tem direito à continuidade terapêutica conforme prescrição médica ou multiprofissional, sendo vedada a limitação quantitativa de terapias essenciais ao seu desenvolvimento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se tanto ao Sistema Único de Saúde quanto à saúde suplementar.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo assegurar maior proteção jurídica às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e às suas



Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly
Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Para verifica

Avulso do PL 1586/2026 [4 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROBERTA ACIOLY

SF/26844.01004-80

famílias, mediante a vedação expressa da limitação do número de sessões de terapias multidisciplinares no âmbito da saúde suplementar, quando tais terapias forem devidamente prescritas por profissionais de saúde habilitados.

A proposta surge em um contexto de crescente judicialização da saúde, especialmente envolvendo famílias de crianças e adolescentes diagnosticados com TEA, que frequentemente precisam recorrer ao Poder Judiciário para garantir a continuidade de tratamentos essenciais ao desenvolvimento de seus filhos. Trata-se de uma realidade que revela significativa insegurança jurídica e demonstra a necessidade de atuação legislativa clara e objetiva.

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que a limitação administrativa ou contratual do número de sessões terapêuticas para pessoas com autismo configura prática abusiva quando contraria a prescrição médica. Contudo, mesmo diante da evolução jurisprudencial, milhares de famílias brasileiras ainda enfrentam obstáculos impostos por operadoras de planos de saúde que insistem em restringir tratamentos fundamentais, obrigando pais e responsáveis a ingressar com ações judiciais para garantir direitos básicos de saúde e dignidade.

Esse cenário evidencia uma lacuna normativa que precisa ser enfrentada pelo Poder Legislativo. Quando a proteção de um direito fundamental depende reiteradamente de decisões judiciais individuais, torna-se evidente a



Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly

Para verifica

Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Avulso do PL 1586/2026 [5 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROBERTA ACIOLY

SF/26844.01004-80

necessidade de consolidação legislativa do entendimento já amadurecido no sistema de justiça, de modo a reduzir a litigiosidade e garantir previsibilidade jurídica.

A ausência de regra legal clara gera insegurança não apenas para as famílias, mas também para o próprio sistema de saúde suplementar, que permanece submetido a decisões judiciais muitas vezes divergentes. A intervenção legislativa, nesse contexto, representa instrumento de racionalização do sistema jurídico e de fortalecimento da segurança jurídica.

Importa destacar que o tratamento adequado do Transtorno do Espectro Autista depende, em grande medida, da continuidade e intensidade das terapias multidisciplinares, especialmente nos primeiros anos de desenvolvimento. Limitar artificialmente o número de sessões pode comprometer a evolução cognitiva, social e comportamental da pessoa com TEA, gerando prejuízos muitas vezes irreversíveis.

Trata-se, portanto, não apenas de uma questão contratual ou regulatória, mas de uma medida diretamente relacionada à proteção da dignidade da pessoa humana, à efetividade do direito fundamental à saúde e à proteção integral da criança e do adolescente, princípios consagrados na Constituição Federal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Aciole

Para verificação

Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Avulso do PL 1586/2026 [6 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROBERTA ACIOLY

SF/26844.01004-80

A realidade vivenciada por milhares de famílias brasileiras demonstra que o cuidado com pessoas com autismo envolve desafios diários, emocionais, sociais e financeiros. Essas famílias já enfrentam inúmeras dificuldades relacionadas ao diagnóstico, à adaptação escolar, à inclusão social e à própria organização da rotina familiar. Não é razoável que também tenham que enfrentar barreiras administrativas para garantir tratamentos reconhecidamente essenciais.

O Congresso Nacional tem o dever de responder a essa demanda social legítima, transformando em lei uma proteção que hoje depende frequentemente de decisões judiciais. Trata-se de uma pauta que ultrapassa divergências ideológicas, representando verdadeira bandeira da sociedade brasileira em defesa da inclusão, da dignidade e da proteção das pessoas com deficiência.

Ao vedar a limitação arbitrária de sessões terapêuticas, o presente projeto contribui para reduzir a judicialização da saúde, fortalecer a previsibilidade regulatória e assegurar que as famílias tenham segurança jurídica para focar no que realmente importa: o desenvolvimento e a qualidade de vida de seus filhos.

A iniciativa também se alinha aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão e às diretrizes internacionais de proteção às pessoas com deficiência, reforçando o compromisso do Brasil com a promoção da igualdade material e da inclusão social.



Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Aciole

Para verifica

Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02

Avulso do PL 1586/2026 [7 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROBERTA ACIOLY

SF/26844.01004-80

O Estado brasileiro deve atuar como aliado dessas famílias, e não como um obstáculo adicional em uma jornada já marcada por desafios significativos. Garantir a continuidade terapêutica adequada não representa apenas uma medida de política de saúde, mas um compromisso civilizatório com a proteção das pessoas mais vulneráveis.

Diante desse contexto, o presente Projeto de Lei representa medida necessária, justa e socialmente relevante, destinada a garantir maior segurança jurídica, reduzir conflitos judiciais e assegurar proteção efetiva às famílias brasileiras que convivem com o Transtorno do Espectro Autista.

Ante o exposto, exortamos os nobres Pares à aprovação desta importante proposição.

Sala das Sessões,

Senadora ROBERTA ACIOLY
(REPUBLICANOS-RR)



Praca dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta AcioLy

Para verifica

Avulso do PL 1586/2026 [8 de 9]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde (1998) - 9656/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9656>
- Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana (2012) - 12764/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12764>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 255, DE 2026

Requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 80 anos do Tribunal Superior do Trabalho.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Laércio Oliveira (PP/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 255/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de celebrar os 80 anos da instalação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

- o Exmo. Sr. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego - MTE;
- o Exmo. Sr. Paulo Gustavo Gonet, Procurador-Geral da República -

PGR;

- o Doutor Mauro Menezes, Advogado;
- o Senhor Vinícius Carvalho Pinheiro, Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho – OIT no Brasil;
- o Senhor Eduardo Moreira, Presidente do Instituto Conhecimento Liberta – ICL.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 9 de setembro deste ano, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) completará 80 anos de existência. Sua criação, por meio do Decreto 9.797, de 9 de setembro de 1946, com a extinção do Conselho Nacional do Trabalho, foi um marco histórico de para a Justiça do Trabalho e para a sociedade brasileira.

A celebração desta data será um reconhecimento ao papel fundamental que vem desempenhando o Tribunal Superior do Trabalho, desde a



sua criação, para a construção de um país mais justo, com foco na pacificação de conflitos trabalhistas, na promoção da igualdade e na proteção aos direitos sociais.

Ao longo dessas oito décadas de atuação, o TST consolidou-se como a mais alta Corte da Justiça Trabalhista, sendo o principal responsável pela pacificação social no âmbito das relações laborais. Por meio de seus julgamentos, decisões e programas, o TST tem atuado na resolução de conflitos trabalhistas, na mediação de interesses antagônicos entre capital e trabalho e na garantia da aplicação da legislação trabalhista em todo o território nacional, sempre valorizando o labor humano, a inclusão social e o combate ao trabalho infantil.

Ademais, o TST desempenha papel crucial como uniformizador da jurisprudência trabalhista, reforçando a segurança jurídica, a aplicação uniforme do direito em todo o país e a eficiência do sistema da justiça. Essa atuação é fundamental para evitar decisões díspares e garantir tratamento igualitário a todos os trabalhadores e empregadores.

Diante da magnitude histórica e institucional do Tribunal Superior do Trabalho, que adotou o lema “O Tribunal da Justiça Social”, a realização de uma Sessão Especial para homenagear seus 80 anos de instalação é medida que se impõe, como forma de celebrar sua longa trajetória de sucesso, reconhecer sua contribuição para a sociedade e reafirmar o compromisso com a defesa dos direitos trabalhistas e a promoção da justiça social.

Ante o exposto, requeiro a realização da Sessão Especial em epígrafe em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo Tribunal Superior do Trabalho ao longo de seus 80 anos de existência que tão bem dignifica o Poder Judiciário brasileiro.

Sala das Sessões, 19 de março de 2026.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

Avulso do RQS 255/2026 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2026

Requer a retirada definitiva do Projeto de Decreto Legislativo nº 175/2026.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 256/2026 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PDL 175/2026, que “susta a Resolução nº 286, de 20 de março de 2026, do Conselho Federal de Odontologia, que reconhece a Cirurgia Estética Orofacial (CEOF) como especialidade odontológica, define a área de atuação, as competências, os parâmetros formativos e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2026.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)



Foi apresentado o Requerimento nº 256, de 2026, do Senador Dr. Hiran, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2026.

A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2026, ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 257, DE 2026

Requer voto de aplauso ao Sr. Roberto da Cunha, pelo evento de lançamento da Agenda Legislativa dos Corretores de Imóveis.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 257/2026 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/26519.79058-90 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao sr. Roberto da Cunha, presidente da CRECI-MS, pelo evento de lançamento da Agenda Legislativa dos Corretores de Imóveis ocorrido no dia 18 de março em Brasília/DF.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

Sala das Sessões, 24 de março de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

Avulso do RQS 257/2026 [2 de 2]



Apresentado o Requerimento nº 257, de 2026, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Roberto da Cunha, pelo evento de lançamento da Agenda Legislativa dos Corretores de Imóveis.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 258, DE 2026

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hans Prayon.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 258/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de **Hans Prayon**, bem como a apresentação de condolências a seus filhos Jean Prayon e Gil Prayon.

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo pesar que venho a esta tribuna para registrar, em nome do povo de Santa Catarina, o falecimento do empresário **Hans Prayon**, ocorrido no dia 29 de março de 2026, na cidade de **Blumenau**, aos 93 anos.

Falo não apenas como Senador da República, mas como cidadão que reconhece, com respeito e gratidão, a grandeza de uma trajetória que se confunde com a própria história do desenvolvimento industrial do nosso Estado. Bisneto de **Hermann Hering**, fundador da tradicional **Companhia Hering**, Hans Prayon honrou suas origens e projetou esse legado ainda mais longe, dedicando mais de quatro décadas de sua vida à consolidação e ao fortalecimento de uma das mais importantes indústrias têxteis do Brasil.

Sua atuação foi marcada por visão estratégica, espírito empreendedor e compromisso com a excelência. Como vice-presidente do conselho da Companhia Hering, exerceu papel determinante na modernização e expansão da empresa, contribuindo diretamente para a geração de empregos, renda e oportunidades para milhares de famílias catarinenses.



Mas sua grandeza não se limitou ao mundo empresarial. Hans Prayon foi também um verdadeiro homem público, no mais nobre sentido da palavra. Ao atuar como cônsul honorário da República Federal da Alemanha em Blumenau e ao presidir a Associação Empresarial de Blumenau, demonstrou profundo compromisso com o fortalecimento das instituições, com a integração internacional e com o desenvolvimento sustentável da região.

Sua vida foi um exemplo de dedicação, trabalho e valores sólidos. Um líder que compreendia que o sucesso empresarial deve caminhar lado a lado com a responsabilidade social e com o compromisso com a comunidade. Um visionário que ajudou a construir não apenas uma empresa, mas um legado duradouro para Santa Catarina e para o Brasil.

Neste momento de dor, solidarizo-me com seus familiares, especialmente seus filhos, noras e netos, a quem deixo minha mais sincera manifestação de respeito e condolência. Que encontrem conforto na certeza de que o legado de Hans Prayon permanecerá vivo na história, na economia e, sobretudo, na memória de todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Diante disso, requeiro que este Voto de Pesar seja registrado nos anais desta Casa e encaminhado à família enlutada, como expressão do reconhecimento do Senado Federal a um dos grandes nomes do empresariado catarinense.

Muito obrigado.

Sala das Sessões, de de .

Senador Jorge Seif
(PL - SC)



Apresentado o Requerimento:

- nº 258, de 2026, do Senador Jorge Seif, *solicitando o envio de voto de pesar a Hans Prayon;*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 259, DE 2026

Requer voto de aplauso ao Dr. Wolnei Zeviani, neurocirurgião do Hospital Militar de Campo Grande, pela aplicação da polilaminina em pacientes com lesão medular no Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente aos profissionais que conduziram os procedimentos neurocirúrgicos realizados em Campo Grande.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 259/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/26951.30884-07 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Dr. Wolnei Zeviani, Neurocirurgião do Hospital Militar de Campo Grande, pela aplicação da polilaminina em pacientes com lesão medular no Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente aos profissionais que conduziram os procedimentos neurocirúrgicos realizados em Campo Grande.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa evidencia elevado grau de qualificação técnica, compromisso com a inovação em saúde e protagonismo regional na implementação de tratamento experimental de alta complexidade, voltado à reabilitação de pacientes com lesões graves na medula espinhal. Trata-se de intervenção ainda em fase de estudos, com potencial promissor para a recuperação de movimentos, aplicada mediante rigoroso acompanhamento científico e observância dos protocolos de pesquisa vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Destaca-se, ainda, a atuação coordenada entre profissionais locais, instituições hospitalares e centros de pesquisa, permitindo que procedimentos de elevada complexidade fossem realizados integralmente por equipe regional, o



que demonstra amadurecimento técnico, autonomia científica e fortalecimento da capacidade instalada no sistema de saúde do Estado.

A condução dos procedimentos, inclusive em contexto de uso compassivo autorizado judicialmente, revela não apenas excelência técnica, mas também sensibilidade social e compromisso com a dignidade da pessoa humana, ao viabilizar alternativas terapêuticas a pacientes em condições clínicas severas e sem opções convencionais eficazes.

Ademais, cumpre ressaltar a relevância do trabalho desenvolvido pelos profissionais envolvidos, como o neurocirurgião responsável pela aplicação do procedimento e a equipe multidisciplinar que viabilizou a estrutura hospitalar necessária, contribuindo para o avanço científico e para a ampliação do acesso a tratamentos inovadores no âmbito regional.

Diante do exposto, manifesta-se o reconhecimento público e institucional à equipe médica envolvida, pelo elevado padrão técnico, espírito inovador e relevante contribuição ao desenvolvimento da medicina e à promoção da saúde no Estado de Mato Grosso do Sul, propondo-se a consignação do presente voto de aplauso como forma de valorização e incentivo às boas práticas no setor.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 260, DE 2026

Requer voto de aplauso ao Sr. Samer Nasser, pela celebração de parceria estratégica inédita com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), voltada à promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 260/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/26822.00209-78 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao sr. Samer Nasser, diretor de Relações Institucionais da XBRI Pneus, pela celebração de parceria estratégica inédita com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), voltada à promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa, estruturada com horizonte de cinco anos e aporte financeiro da ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), evidencia atuação empresarial alinhada às melhores práticas de responsabilidade social corporativa, com impacto direto em áreas estruturantes como educação, saúde, acesso à água, saneamento e proteção contra violências.

Destaca-se que o investimento anunciado contribuirá para o fortalecimento de políticas públicas e ações do UNICEF em mais de 2.200 municípios, com potencial de alcançar milhões de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, promovendo inclusão social, equidade e desenvolvimento humano sustentável em escala nacional.

Avulso do RQS 260/2026 [2 de 3]



A atuação da XBRI Pneus revela aderência a uma agenda contemporânea de governança e sustentabilidade, ao integrar o setor privado a iniciativas de alto impacto social, em cooperação com organismo internacional de reconhecida credibilidade, reforçando o papel das empresas como agentes catalisadores de transformação social positiva.

Cumprе ressaltar, ainda, que a iniciativa dialoga diretamente com os princípios constitucionais da proteção integral à criança e ao adolescente, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consolidando-se como prática exemplar de investimento social privado orientado a resultados estruturantes e de longo prazo.

Diante do exposto, manifesta-se o reconhecimento público e institucional à empresa XBRI Pneus, pelo compromisso demonstrado com a promoção de direitos fundamentais, pela contribuição relevante ao desenvolvimento social do País e pela adoção de práticas empresariais responsáveis e transformadoras, propondo-se a consignação do presente voto de aplauso como forma de valorização e incentivo à continuidade de iniciativas dessa natureza.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)



Apresentados os Requerimentos:

- nº 259, de 2026, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Dr. Wolnei Zeviani, Neurocirurgião do Hospital Militar de Campo Grande, pela aplicação da polilaminina em pacientes com lesão medular no Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente aos profissionais que conduziram os procedimentos neurocirúrgicos realizados em Campo Grande; e*

- nº 260, de 2026, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Sr. Samer Nasser, pela celebração de parceria estratégica inédita com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), voltada à promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.*

Serão encaminhadas cópias dos votos nos termos solicitados.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 261, DE 2026

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Moreira da Costa.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 261/2026 [1 de 3]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Sebastião Moreira da Costa, figura de notável relevância para a sociedade de Campo Grande/MS, cuja trajetória se destacou tanto no setor empresarial quanto no meio esportivo, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Marlene da Silva Costa e seus seis filhos.

JUSTIFICAÇÃO

Empreendedor visionário, foi responsável por consolidar o tradicional estabelecimento “King’s Barber”, fundado em 1978, que, ao longo de mais de quatro décadas, se tornou referência na capital sul-mato-grossense, atendendo diferentes gerações e se firmando como espaço de convivência e identidade social. Sua atuação contribuiu significativamente para o fortalecimento do comércio local e para a valorização da profissão de barbeiro.

Paralelamente, exerceu relevante papel no esporte, tendo atuado como dirigente do Esporte Clube Comercial entre os anos de 1985 e 1987, colaborando para o desenvolvimento do futebol regional e ampliando seu legado também nos gramados.

Reconhecido em vida por sua contribuição à comunidade, inclusive com o título de cidadão campo-grandense, Sebastião Moreira da Costa deixa



como marca uma trajetória pautada pelo trabalho, dedicação e construção de vínculos sociais duradouros, valores que permanecem como ativo intangível de sua memória.

Neste momento de consternação, manifesta-se solidariedade aos familiares e amigos, com o reconhecimento público de que sua história representa um importante legado humano, profissional e comunitário.

Diante do exposto, propõe-se o registro do presente voto de pesar, com o encaminhamento de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 262, DE 2026

Requer voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Gomes.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 262/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/265556.06436-99 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Nelson Gomes, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Elenir Fabiana de Melo Barbosa Gomes seus sete filhos.

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo pesar que se registra o falecimento de Nelson Gomes.

Sua partida representa significativa perda não apenas para seus familiares e amigos, mas também para todos aqueles que tiveram a oportunidade de conviver com sua presença e compartilhar de sua experiência, valores e ensinamentos.

Neste momento de consternação, manifesta-se solidariedade à família enlutada, com votos de conforto e serenidade para que encontrem amparo diante da irreparável perda.



Diante do exposto, propõe-se o registro do presente voto de pesar, com o encaminhamento de condolências aos familiares.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

SF/26556.06436-99 (LexEdit)



Apresentados os Requerimentos:

- nº 261, de 2026, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de pesar a Sebastião Moreira da Costa*; e
- nº 262, de 2026, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de pesar a Nelson Gomes*.

Serão encaminhadas cópias dos votos nos termos solicitados.



ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E ENERGIA





Senado Federal
Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia - FPRNE

1ª REUNIÃO DE 2026

**25 DE FEVEREIRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30, NO
PLENÁRIO Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO.**

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2026 da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia – FPRNE**, realizada em 25 de fevereiro de 2026, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Item Único: Apresentação da Agenda Prioritária da Frente Parlamentar para o ano de 2026.

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Deputado **RODRIGO ROLLEMBERG**
Membro da FPRNE





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 25 de fevereiro de 2026

(quarta-feira)

às 14h30

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR DE RECURSOS NATURAIS E
ENERGIA - FPRNE

PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo

PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO: Deputado Arnaldo Jardim

Vice-Presid. de Meio Ambiente e Sustentabilidade: Senador Fabiano Contarato

Vice-Presidente de Assuntos Sociais: Deputado Carlos Veras

Vice-Presidente de Assuntos Tributários: Deputado Reginaldo Lopes

Vice-Presidente de Combustíveis e Biocombustíveis: Senador Efraim Filho

Vice-Presidente de Descarbonização e Economia Verde: Deputado Pedro Campos

Vice-Presidente de Eficiência Energética: Deputado Bandeira de Mello

Vice-Presidente de Fontes Renováveis: Senador Fernando Dueire

Vice-Presidente de Gás Natural: Senador Laércio Oliveira

Vice-Presidente de Infraestrutura Energética: Deputado Zé Vitor

Vice-Presidente de Minerais Energéticos: Senador Esperidião Amin

Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento: Deputado Benes Leocádio

Vice-Presidente de Petróleo: Deputado Julio Lopes

Vice-Presidente de Política Industrial: Deputado Bohn Gass

Vice-Presidente de Segurança Energética: Deputado Hugo Leal

Vice-Presidente de Transição Energética: Senador Carlos Portinho

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO: Deputada Marussa Boldrin

Vice-Presidente pela Câmara dos Deputados: Deputado Diego Andrade

Endereço na Internet: <http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/default.asp?origem=SF>
Informações: Secretaria-Geral da Mesa - Secretaria de Comissões

Documento gerado em 01/04/2026 às 16:24.



Vice-Presidente pelo Senado Federal: Senadora Ana Paula Lobato

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2



Resultado da 1ª Reunião da FPRNE, em 25 de fevereiro de 2026

2

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

ITEM ÚNICO - Discutir agenda prioritária para 2026.

Participantes:**Sr. Telmo Ghiorzi**

Presidente-Executivo da Abespetro

Sr. Mozart Rodrigues Filho

Diretor-Executivo do Sindicom

Sra. Gabriele Olivi

Gerente-Executiva da Brasilcom

Sr. Artur Watt Neto

Diretor-Geral da ANP

Sra. Ludimila Lima da Silva

Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica - ANEEL

Sr. Alexandre Ramos

Presidente do Conselho de Administração da CCEE

Sr. Sérgio Araujo

Presidente-Executivo da ABICOM

Sr. Marcelo Pimentel

Gerente-Executivo da ABIQUIM

Sr. Mário Antônio Pereira Borba

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (FAEPA-PB)

Sr. Marcelo Mendonça

Presidente da ABEGAS

Sra. Roberta Cox

Diretora de Políticas para o Brasil da Global Wind Energy Council - GWEC

Resultado: Item Único: Apresentação da Agenda Prioritária da Frente Parlamentar para o ano de 2026.





Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****1ª, Reunião****Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia**

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	
CARLOS PORTINHO		
CARLOS VIANA	PRESENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	
FERNANDO DUEIRE	PRESENTE	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	
JAQUES WAGNER		
JAYME CAMPOS	PRESENTE	
PAULO PAIM	PRESENTE	
DAVI ALCOLUMBRE		
RODRIGO PACHECO		
ROGÉRIO CARVALHO		
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	
ZENAIDE MAIA		
EFRAIM FILHO	PRESENTE	
SÉRGIO PETECÃO		
FERNANDO FARIAS		
MARCELO CASTRO	PRESENTE	
LAÉRCIO OLIVEIRA		
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	
CLEITINHO		
GIORDANO		
CID GOMES		
RANDOLFE RODRIGUES		
ANA PAULA LOBATO		
MARGARETH BUZETTI	PRESENTE	
MARCOS ROGÉRIO		
LEILA BARROS	PRESENTE	
ALAN RICK	PRESENTE	
TERESA LEITÃO		
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	
HAMILTON MOURÃO		
OTTO ALENCAR		





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
ARNALDO JARDIM	
BANDEIRA DE MELLO	PRESENTE
BENES LEOCÁDIO	
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	
CARLOS ZARATTINI	
CLAUDIO CAJADO	
CLEBER VERDE	
COVATTI FILHO	
DANILO FORTE	
EDUARDO BISMARCK	
FELIPE CARRERAS	
FELIPE FRANCISCHINI	
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	
FERNANDO COELHO FILHO	
GERALDO MENDES	
JOÃO CARLOS BACELAR	
JOSÉ GUIMARÃES	
JOSEILDO RAMOS	
JULIO LOPES	PRESENTE
LAFAYETTE DE ANDRADA	
LEBRÃO	
LUCIO MOSQUINI	
LUIZ FERNANDO FARIA	
MARCIO ALVINO	
PAULINHO FREIRE	
NATÁLIA BONAVIDES	
PAULO FOLLETO	
PEDRO CAMPOS	PRESENTE
REGINALDO LOPES	
RODRIGO DE CASTRO	
ROSANA VALLE	
RUBENS OTONI	
SIDNEY LEITE	
VICENTINHO JÚNIOR	
VINICIUS CARVALHO	
ZÉ VITOR	
ZECA DIRCEU	
CARLOS VERAS	
BOHN GASS	PRESENTE
WASHINGTON QUAQUÁ	
DOMINGOS SÁVIO	
ALCEU MOREIRA	
PEDRO WESTPHALEN	
RICARDO GUIDI	
PAULO LITRO	

Página 2 de 4

02/03/2026 17:21:25





Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****1ª, Reunião**

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
JOAQUIM PASSARINHO	
MAX LEMOS	
LEÔNIDAS CRISTINO	
JULIO ARCOVERDE	
EDUARDO DA FONTE	
WELTER	
ENFERMEIRA ANA PAULA	
ORLANDO SILVA	
ANDREIA SIQUEIRA	
TIÃO MEDEIROS	
HUGO LEAL	PRESENTE
GABRIEL NUNES	
MÁRCIO MARINHO	
ZÉ SILVA	
PAULO GUEDES	
SILVIA WAIÁPI	
PAULÃO	
ICARO DE VALMIR	
MARX BELTRÃO	
JORGE BRAZ	
AIRTON FALEIRO	
ANTONIO BRITO	
FERNANDO MINEIRO	
ODAIR CUNHA	
SÂMIA BOMFIM	
ALEX SANTANA	
RUBENS PEREIRA JÚNIOR	
GENERAL PAZUELLO	
CHARLES FERNANDES	
PADRE JOÃO	
LUCIANO AZEVEDO	
GABRIEL MOTA	
GERVÁSIO MAIA	
LEONARDO MONTEIRO	
ALENCAR SANTANA	
JADYEL ALENCAR	
DIEGO ANDRADE	
ALEXANDRE LINDENMEYER	
LUIZ CARLOS HAULY	
JOÃO MAIA	
JÚNIOR FERRARI	
RICARDO AYRES	
TÚLIO GADÊLHA	

Página 3 de 4

02/03/2026 17:21:25





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTE
LUIZ GASTÃO	
CLODOALDO MAGALHÃES	
AUREO RIBEIRO	
ALIEL MACHADO	
CORONEL FERNANDA	
KIM KATAGUIRI	
MARUSSA BOLDRIN	PRESENTE
OTTO ALENCAR FILHO	
RODRIGO ROLLEMBERG	PRESENTE

Não Membros Presentes

LAURA CARNEIRO
PROFESSORA DORINHA SEABRA
AUGUSTA BRITO
MARCOS DO VAL



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
25/02/2026 - 1ª - Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB. Fala da Presidência.) - Minhas senhoras, meus senhores, os nossos cumprimentos.

Sejam todas e todos muito bem-vindos à reinstalação da nossa Frente de Energia, agradecendo penhoradamente a todos os presentes que atenderam ao nosso convite para retomada.

Creiamos nós em mais um semestre produtivo de trabalhos, de reuniões, de audiências, de bons debates, de boas sugestões, o que tem sido o signo, a marca desta frente parlamentar, que eu tenho tido, nos últimos dois anos, a grande e merecida honra de poder presidi-la, com a ajuda fundamental dos Srs. e Sras. Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Inclusive, declarando já aberta a primeira reunião da nossa frente de 2026, eu quero convidar para compor a mesa dois queridos amigos: Deputado Hugo Leal e Deputado Bandeira de Mello. Nossas saudações a esses dois queridos fluminenses...

(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Ou seja, nessa tríade aqui, o sofrido sou eu, né? Que sou vascaíno. Então, você imagina...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Mas sejam bem-vindos!

Querido Deputado Hugo Leal, grande amigo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - E é? Ah, bacana, nosso tricolor. Que bom...

Eu tenho muito carinho e quero dizer aos senhores e senhoras que o tratamento menos formal se dá por razões de que nós cultivamos, além das relações pessoais, além do bom trato ao longo desses últimos anos, tendo tido eu a honra de poder estar lado a lado com meus dois queridos colegas Deputados Federais em mandato que exerci também na Casa tão importante que é a Câmara dos Deputados.

Então nós estamos e já fizemos declaração de estar aberta a reinstalação da nossa frente a discutir a agenda prioritária para 2026. *(Pausa.)*

João, nós deixamos aqui... Você acha melhor entregar logo agora a agenda ou *a posteriori*?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Não, não, eu aqui só sou um...

(Intervenção fora do microfone.)

1/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Então vamos receber aqui, das mãos do nosso querido João Paulo Madruga, o conjunto de propostas da agenda, para que nós discutamos neste primeiro semestre. *(Pausa.)*

Agradeço, mais uma vez, o inestimável companheirismo e a capacidade produtiva de João Paulo e da equipe do Inté, que é o nosso instituto responsável maior para que nós mantenhamos ricamente ativo o instituto e ricamente também ativo o debate em relação às temáticas que são...

Querido Deputado Bohn Gass, por gentileza, de já, eu queria convidá-lo a compor a mesa ao lado dos seus companheiros, Deputado Bandeira de Mello e Deputado Hugo Leal.

Pois bem, informamos aos Srs. Parlamentares: nós temos 40 Senadores e 96 Deputados Federais que compõem o nosso grupo de trabalho, informando aos mesmos e às mesmas que desejarem compor a nossa Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia que a adesão é feita exclusivamente por meio digital. Nossa Secretaria está à disposição para auxiliá-los e auxiliá-las no processo de adesão. *(Pausa.)*

Eu gostaria, pedindo permissão aos senhores - comprometo-me a ser uma leitura breve -, de fazer alguns comentários, para que nós possamos, de imediato, ouvir os integrantes, os parceiros da nossa frente, além dos nossos Parlamentares, os parceiros filiados ao Inté.

Senhoras e senhores, colegas Parlamentares, autoridades aqui presentes, representantes do setor empresarial, da academia, dos trabalhadores e da sociedade civil, a energia é, antes de tudo, por óbvio, a capacidade de transformar a realidade. Não se trata de um assunto periférico ou técnico, distante do cidadão. Antes, pelo contrário, é essencialidade pura.

Quando a energia falta, falta a segurança, falta o bem-estar, faltam oportunidades. Quando ela existe, com qualidade e custo adequado, ela emancipa, ela integra o território, ela multiplica a produtividade e, acima de tudo, amplia a dignidade da nossa população.

Há um ponto central de precisamos ter clareza: que energia é inseparável dos recursos naturais. Toda forma de gerar energia implica inevitavelmente o uso do território, da água, dos minerais, do vento, do sol, do petróleo ou do gás. Toda essa atividade produz algum impacto. Não existe energia sem chão, não existe energia sem ambiente, nem sem escolhas. E escolhas, numa democracia como a nossa, exigem boa governança.

Por isso, reinstalar a frente parlamentar hoje não é um gesto meramente formal, creio; é um compromisso profundo com um setor que é, ao mesmo tempo, técnico e civilizatório. É técnico pela complexidade operacional e regulatória que o envolve; e é civilizatório, porque, através dele, definimos qual é o modelo de desenvolvimento que nós queremos para o nosso país.

Nesse contexto, o papel do poder público é indeclinável. Energia é infraestrutura essencial, marcada por três características fundamentais: exige investimento intensivo e de longo prazo; opera em redes interdependentes, que precisam de equilíbrio em tempo real; e produz externalidades que demandam decisão pública sobre mitigação, compensação e distribuição justa dos custos.

No Brasil, essa responsabilidade se agrava devido à nossa dimensão continental e às profundas desigualdades regionais. A agenda energética é, portanto, também uma agenda de integração nacional e de redução de assimetrias. Muitas das vezes, o mercado, sozinho, não conseguirá chegar aonde é necessário chegar. Por isso, políticas públicas bem desenhadas tornam-se condições de executabilidade.

Isso nos conduz ao tema central do nosso trabalho: a governança. Governança significa, como bem sabem os senhores e as senhoras, clareza de competências, planejamento de longo prazo, transparência, previsibilidade regulatória e responsabilização dos agentes.

O Congresso Nacional é imprescindível nesse processo, mas nosso papel mais nobre é o de escrever diretrizes, marcos e princípios. É preciso que tenhamos a exata noção da grandeza econômica desse setor. O setor energético sustenta milhões de empregos diretos e indiretos em todo o país. Investimento em pesquisa e desenvolvimento soma bilhões de reais, impulsionando a inovação e a tecnologia nacional.

O Congresso Nacional tem atuado de forma protagonista nos últimos anos. Aprovamos o Marco Legal do Crédito de Carbono, a Lei 15.042; aprovamos a monofasia do ICMS sobre os combustíveis, através da Lei Complementar 192; combatemos o dever contumaz, com o PLP 125; enfrentamos a pobreza energética, por meio das Medidas Provisórias 1.300, 1.304, 1.313.

Temos legitimidade para atuar, mas exatamente por serem temas tão sensíveis, voltamos a repetir nosso papel mais nobre: é o de produzir diretrizes e princípios que tragam estabilidade, que tragam tração ao investimento e que garantam coerência ao planejamento de longo prazo.

2/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

No entanto, precisamos aprender com as lições do passado. Mesmo quando o Congresso cumpre integralmente o rito legislativo, as leis podem ficar anos sob indefinição judicial. É o caso, por exemplo, da Lei 12.734, do ano de 2012, que alterou regras de distribuições dos *royalties* do petróleo. Exemplos atuais reforçam essa mesma lição. O RenovaBio, tão importante para nossa matriz de biocombustíveis, recebeu críticas do Tribunal de Contas quanto à integridade do mercado dos certificados. A expansão de geração distribuída, por sua vez, gerou os chamados *curtailments*, que já acumulam perdas da ordem de R\$6 bilhões, apenas no ano de 2025, para os geradores eólicos e solares. Mercados regulados dependem de confiança.

Senhoras e senhores, por essas razões, para que nós orientemos os nossos trabalhos, recebemos com muita atenção a agenda legislativa proposta pelo Inté (Instituto Brasileiro de Transição Energética) - recebendo-a das mãos de nosso querido companheiro João Paulo Madruga -, que nós apresentamos aqui como compromissos que são orientadores desta gestão.

Precisamos atuar em cinco eixos fundamentais: o primeiro deles é o de indústria, emprego e desenvolvimento, tratando a energia como plataforma para adensar as cadeias produtivas e qualificar nossa mão de obra; o segundo, de fortalecimento regulatório, com marcos claros e agências técnicas respeitadas para reduzir a litigiosidade; o terceiro, de meio ambiente e transição energética, reduzindo emissões com licenciamento rigoroso, mas previsível; o quarto, da integridade do mercado de combustíveis, garantindo concorrência leal, combate às fraudes e credibilidade ao RenovaBio; o quinto, e último, da segurança energética e infraestrutura, assegurando confiabilidade operativa e uma expansão compatível com a transmissão e a logística.

Ao reinstalar - já finalizando - esta frente parlamentar, nosso compromisso é ser uma ponte, nunca um fator de instabilidade. Propusemos, desde já, a realização de um ciclo de debates na nossa Comissão, a Comissão de Infraestrutura, sobre esses cinco eixos já mencionados. O debate respeitoso, feito com informação técnica e espírito público, é salutar e necessário para que nós construamos os consensos de que o Brasil tanto precisa, porque, no setor energético, quando a política desorganiza a técnica, o sistema cobra um preço muito alto: cobra em tarifa, cobra em investimento perdido, cobra em insegurança jurídica e em aumento das desigualdades.

A energia é a base invisível do nosso cotidiano e o fundamento mais visível do desenvolvimento. É o recurso natural que precisamos transformar em vida, em trabalho, em indústria e em futuro. Que esta frente seja, de fato, um espaço de elevação do debate, e que possamos transformar esta agenda proposta em um roteiro concreto de diálogos e de entregas, com ambição, com responsabilidade e com profundo respeito à técnica, para que o nosso país avance, sem solavancos, rumo a uma energia mais segura, mais íntegra, mais competitiva e, acima de tudo, mais justa para todos os brasileiros.

Em nome de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, enquanto Presidente desta frente, nós agradecemos. (*Palmas.*)

Eu quero registrar a chegada, a presença entre nós, do meu querido Deputado Pedro Campos. Seja muito bem-vindo, meu irmão, plenamente restabelecido da folia pernambucana! Querido amigo, parabéns, mais uma vez, pelo sucesso do carnaval pernambucano! Queria convidá-lo para que pudesse entre nós estar.

Quero saudar o meu sempre corretíssimo, competentíssimo - eu sempre haverei de tê-lo e tratá-lo na condição de Parlamentar também -, meu querido ex-Vice-Presidente Marcelo Ramos, uma figura muito distinta, muito querida e, repito, de grandes valores intelectuais. Digo isso porque acompanhei de perto sua passagem na Câmara dos Deputados, que, em breve, o espera mais uma vez. Tomara! No Parlamento, seja em qualquer das opções. Penso que é o sentimento de todos os colegas seus.

Enfim, feito isso, eu quero abrir para que nós ouçamos os nossos companheiros, que são responsáveis por que nós tenhamos tido - eu creio que sem exageros - uma frente parlamentar muito produtiva, muito eficiente, colaborativa.

Acho que bons textos que foram produzidos nesses últimos dois, três anos pelas duas Casas tiveram a colaboração da frente. Honra-me muito poder estar... Eu sempre repito: muito menos pelos merecimentos que eu tenha e muito mais pela confiança a nós reservada, honra-me poder estar sequenciando o trabalho que foi iniciado pelo nosso querido amigo ex-Presidente Jean Paul Prates, que foi e é uma cabeça pensante diferenciada, que conhece rica e profundamente as temáticas que envolvem a energia. Fico muito honrado e também repito-me aqui na grata atenção dos senhores e senhoras que integram, representando as diversas entidades e agências reguladoras junto a nós, a Frente Parlamentar de Energia.

Então vamos passar aqui. Pediu-me a palavra o Deputado Hugo Leal e, em sequência, nós teremos o Deputado Bandeira de Mello; o Deputado Bohn Gass; o Deputado Pedro Campos; outros Parlamentares que porventura venham a chegar, que terão também a mesma oportunidade; e, em seguida, os nossos convidados.

Deputado Hugo Leal.

Muito grato mais uma vez, amigo.

3/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) - Obrigado, Senador Veneziano. É uma satisfação poder estar aqui sendo presidido por V. Exa. novamente, esperando que... Ainda mais este ano, que é um ano em que nós teremos muita energia, vamos gastar muita energia no cenário atual, exatamente porque nós temos um ano eleitoral e é um ano que tem muita demanda, muita coisa, mas é muito oportuno também que nós possamos estar aqui hoje fazendo a reinstalação da frente, exatamente pelo perfil não só técnico, mas também político que esta frente estabelece aqui no Congresso Nacional. Fico feliz de aqui estar sendo presidido por V. Exa.

Registro aqui a grata presença do nosso Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, o Artur Watt - muito obrigado pela presença -; da Ludimila, que representa a Aneel. Muito obrigado.

Daqui a pouco eu vou ter que sair, porque a gente tem um evento, um compromisso lá na Aneel exatamente, porque é um dos temas que nós buscamos. Quando fui Secretário... Tive a oportunidade de ser Secretário de Energia e petróleo do meu estado, o que a gente chama de Economia do Mar. Nós tivemos um trabalho intenso para que a nossa agência reguladora, a Agerensa, pudesse estabelecer um convênio com a Aneel, exatamente para atuar na avaliação, na fiscalização, em colaboração com a Aneel, das distribuidoras de energia.

Então, é uma satisfação que a gente vai assinar isso hoje; também é bom que esta Frente de Energia possa ser um local onde a gente vai repercutir esse tema.

Quero dizer da alegria também de dividir a mesa com o nosso querido amigo, Deputado e colega de bancada do Rio de Janeiro, Bandeira de Mello; com Pedro Campos; também com Bohn Gass; e com este queridíssimo amigo, Senador Esperidião Amin.

Bom, Presidente, aqui a minha fala é só para reafirmar o nosso compromisso com o tema; reafirmar o nosso compromisso aqui, a importância que esse setor, energia, tem no país todo, em todos os segmentos - posso dizer vários aqui. V. Exa. citou alguns dos temas que nós aprovamos no último ano, e foram temas para os quais a frente parlamentar foi fundamental, no papel dela, para a discussão, seja no Senado, seja na Câmara. A gente tem muito orgulho de ombrear esse trabalho.

Eu destaco aqui alguns temas que já estavam há anos parados nesta Casa, às vezes por dificuldade de entendimento entre Governo, entre situação... Aqui também nós avançamos nisso. Veja só a questão do devedor contumaz. Eu acho que foi um grande avanço que esta Casa fez, uma contribuição. Essa discussão da própria reforma tributária, toda a contribuição, toda a discussão que o setor de energia teve também na questão da reforma tributária, e agora no desdobramento também dos vetos.

E eu quero reforçar aqui, parabenizar o Madrugada mais uma vez pela agenda, a entrega da agenda legislativa nossa. E essa agenda é tão democrática, e o nosso trabalho aqui também é tão democrático, que na agenda você tem vários projetos que eles apoiam e alguns projetos que não apoiam. Entre os projetos que não apoiam, inclusive, um é de minha autoria, porque eu não tenho nenhum problema com relação a isso. O pessoal do setor de petróleo sabe muito bem qual é o projeto, não preciso nem falar aqui, quem conhece o segmento sabe que o PL 50, que está lá na Comissão de Minas e Energia, uma discussão sobre reavaliação do setor de *royalty*, é um tema que é um tema delicado, mas eu nunca me afastarei dos princípios e valores que me nortearam ao chegar a esta Casa Legislativa pelo quinto mandato consecutivo.

Então, eu fico feliz quando eu me deparo com uma circunstância dessa, exatamente porque esta é a Casa do debate, não é, Pedro? Esta Casa, se é um local em que você pode divergir, você não precisa agredir ninguém, pelo contrário, não precisa ser estúpido com ninguém, mas aqui é um local em que você vai divergir, você vai discutir, você vai ampliar. Aqui, sim, eu me sinto muito à vontade para a gente poder avançar nesses temas. Muitos desses temas que estão aqui na agenda legislativa são temas que nós já discutimos na Comissão de Minas e Energia, hoje presidida lá pelo Deputado Joaquim Passarinho, um excepcional companheiro, uma pessoa que conhece do tema, faz parte da nossa frente aqui também.

Então, acho que nós só temos que avançar. Nós temos prioridades para poder estabelecer também nesse espaço, neste ano legislativo, que é um ano um pouco mais curto, que vai até o mês de junho. E depois, a partir de junho, nós teremos eleições e é natural que isso se acirre mais, mas nós temos ainda um bom ambiente para nós discutirmos isso. E eu fico aqui na responsabilidade de discutir esse tema da segurança energética, que, para mim, é a espinha dorsal de um debate dessa natureza, exatamente porque estabelece a questão da soberania do país, o tipo de matriz energética que nós temos, em que nós damos exemplo para o mundo.

Então, o nosso papel aqui é exatamente fazer o papel do equilíbrio. Eu acho que essa é uma grande responsabilidade que nós temos sobre a questão da segurança energética com a sustentabilidade. Como é que nós vamos buscá-la? A questão do gás natural, de que eu sou um dos defensores, dos árdios defensores, dessa matriz como matriz energética de transição. Ela é uma matriz energética de transição. Nós precisamos desmistificar alguns temas e avançar nessa linha.

Essa questão, agora, em que o Governo vai fazer também a renovação ou a assinatura da renovação de algumas distribuidoras de energia, essa nova fase vai representar novos contratos, novo ambiente de negócio. Podemos gostar ou

4/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

não gostar das concessionárias, mas teremos então um novo contrato com novas bases, com novo apelo, com revisão quinquenal, com possibilidade de fazer avanços e cobranças que são importantes, que vão chegar a isso, tanto no setor de energia, na produção de energia, seja na área industrial, comercial ou residencial.

E, para encerrar aqui a minha fala, quero dizer da minha alegria de também ter sido Relator e ter aprovado por unanimidade, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, a Medida Provisória 1.313 - viu, Bohn Gass? Não por acaso, a Medida Provisória 1.313 -, que foi a medida Gás do Povo. Nós avançamos.

E eu quero registrar aqui toda a colaboração que recebi do sindicato, das pessoas que atuam nesse segmento, e dizer da complexidade hoje do funcionamento, a lógica do funcionamento dessa matriz, do GLP, da entrega, do enchimento dos botijões, a sistemática que foi criada com a Caixa Econômica, com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o Ministério da Fazenda, com o Ministério de Minas e Energia. E o programa tem sido um sucesso, exatamente porque você retirou ali... Antigamente o auxílio-gás era um benefício pecuniário, e aí agora você passa a ter a carga do gás, do que efetivamente interessa. E aí você não fica ou as pessoas que recebem o auxílio não ficam adstritas à questão da chamada oscilação de preço de mercado. Então, a pessoa vai ter o gás, que é o ativo que mais interessa a ela.

Então, são essas soluções... Essas soluções foram geradas no Executivo, mas foram aprimoradas aqui nesta Casa Legislativa, tanto na Câmara quanto no Senado. Então, eu acho que isso é o principal papel de contribuição que nós temos aqui enquanto frente parlamentar, e sermos presididos por V. Exa. facilita muito mais pelas relações e pela diplomacia que V. Exa. tem.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Querido irmão, muito obrigado, mais uma vez. Sei dos seus - como todos nós bem sabemos, às terças, às quartas e às quintas também, nessa retomada dos nossos trabalhos legislativos - compromissos que são em maior número. Desde já, agradeço a sua presença e compreensíveis estamos em relação à sua ausência. Mas muito obrigado mesmo, mais uma vez!

E queria, de imediato, acusar aqui a chegada do nosso estimado Professor - sem absolutamente qualquer exagero -, nosso querido Senador Esperidião Amin, que sempre... *(Pausa.)*

Deputada Marussa, eu não tinha visto a sua entrada, um beijo afetuoso. Muito grato pela sua presença. E, se puder também estar entre nós, gostaríamos.

Desde já, passo a palavra ao meu querido Deputado Bohn Gass, que a mim me parece também que já tem compromisso logo em seguida, e, em sequência, aos demais outros companheiros.

Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Senador Veneziano, nosso coordenador de longa data que renova agora a sua condução nesse trabalho da nossa Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, Marcelo. Acho que é talvez uma das frentes parlamentares aqui que tem o maior diálogo com a nossa ideia de soberania, de sustentabilidade, de pensarmos - é a minha tarefa aqui como Vice-Presidente da política industrial do país - sobre a produção de conteúdo nacional de reindustrialização do país.

E, quando se fala de reindustrialização do país, eu volto ao tema de que eu fui Relator do PPA, do Plano Plurianual 2024-2027. E, um dos eixos do plano plurianual que ao Governo Lula foi apresentado à época, tinha a reindustrialização. E, como o nosso Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, Senador Esperidião Amin, é também o nosso Ministro da indústria e comércio, e ele trabalhava muito a ideia da neoindustrialização, eu perguntei para ele: "Alckmin, explique, o que é exatamente a neoindustrialização?". E nós o trouxemos para um debate; uma das audiências públicas que fizemos foi a partir da palestra do nosso querido Geraldo Alckmin.

E ele dizia que a neoindustrialização, Pedro Campos, é exatamente o conceito de nós termos uma indústria mais verde, uma indústria mais brasileira, com empregos mais qualificados, a produção a partir dos recursos naturais brasileiros na transformação com sustentabilidade, e que isso passou a ser um dos pontos principais no programa da Nova Indústria nacional.

E, a Nova Indústria nacional, os números mostram claramente o que foi do ponto de vista de ciência e tecnologia, de aportes financeiros, de financiamentos do BNDES, de políticas orçamentadas e de financiamentos que os órgãos passaram a fazer para as nossas indústrias, para que a gente pudesse chegar no momento e retomar com mais força o reposicionamento, Veneziano, do Brasil na política internacional frente à geopolítica mundial, que tem mudado, inclusive com tarifas recentes ou com novos acordos em nível mundial, e nós estamos procurando superar o tema dos tarifas e procurar novos mercados. O Brasil tem que se relacionar com o mundo - com o mundo! - em todas as suas relações, para poder se

5/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

desenvolver com soberania. Nesse sentido, a Nova Indústria nacional passou a ter uma presença forte do ponto de vista da política nacional.

E nós temos, por exemplo, agora, recente... Ontem nós votamos o Redata: *data centers*, armazenamento, manipulação de dados, novas oportunidades, conhecimento, saber e poder. É disso que se trata. E mais de 63% dos dados de todas as instituições governamentais brasileiras estão fora do país, ou estão quase na sua totalidade nos Estados Unidos. E nós precisamos trabalhar *data centers* - é isso que nós estamos antecipando, um outro aspecto do que nós votamos aqui no Congresso Nacional, Deputados e Senadores, Veneziano, que é a reforma tributária que nós votamos, que passa a entrar em vigor, mas se consolidando a partir de 2027. E nós, no caso do Redata, antecipamos uma política para permitir que empresas já passem a produzir armazenamento de dados no Brasil, com respeito ambiental e imaginando já ter um retorno desses empreendimentos com políticas que estimulem a ciência e a tecnologia brasileira.

Alguém pode dizer: "Tá, mas nós temos os dados armazenados do Brasil fora do Brasil sem ter o domínio completo deles faz pouca diferença". Faz diferença. O ideal seria que nós tivéssemos o controle total, soberano sobre nossas empresas, o domínio de todos os dados, mas nós estamos longe disso. E, infelizmente, tem os processos que aconteceram historicamente no Brasil. Então, nós agora iniciamos um processo de *data centers* potentes no Brasil faz parte de uma nova política industrial brasileira, que vai numa retomada de uma industrialização nova para o Brasil.

Então, eu quero destacar isso como um aspecto importante. Votamos ontem à noite, e hoje o Senado vai votar. Então, isso é um aspecto importante com certeza de se fazer referência aqui.

Poucos dias atrás, eu estive com o Presidente Lula em Rio Grande. Nós tínhamos um estaleiro, nossos navios sempre vinham de Singapura, os cascos de navio, e nós não tínhamos nenhuma produção do Brasil. Isso eram milhares de empregos, milhares de técnicos, milhares de engenheiros que estavam fora do Brasil, sem oportunidade de trabalho no Brasil. E nós passamos a trabalhar aqui, e agora nós os retomamos para a fabricação de navios no Brasil. Isso dá outro padrão frente à nossa produção aqui. Então, quando eu falo de política industrial, nós temos que pensar exatamente no emprego, na tecnologia aqui que acompanha isso, e com uma área tão importante que nós estamos fazendo, que está sendo retomada com muita força.

Nós vamos votar hoje... Já aprovamos... Acho que foi nesta sala ou na sala ao lado, acho que foi na 6, que nós votamos, ontem de manhã, o Acordo Mercosul-União Europeia. Nós votamos na Comissão; daqui a instantes, nós votaremos no Plenário da Câmara; já está acordado também no Senado, para passar pela Comissão de Relações Exteriores e imediatamente ir para o Plenário; já está acertado com o Senador Alcolumbre, como acertamos com o Motta também, para isso ir direto à votação.

Isto é um outro reposicionamento na geopolítica mundial: o Brasil, junto ao Mercosul, como bloco, negociando atividades que vão nos colocar mais no mercado, mas com aspectos, nesses acordos internacionais - obviamente que isso são construções que são feitas -, que permitirão também nós estimularmos mais a nossa produção, e, para isso, nós temos que colocar criatividade e participar de conteúdos nacionais. Enfim, todos vocês acompanharam isso nesse aspecto desse acordo.

Eu estou dando esses exemplos - e eu concluo com isso, para não me estender -, para dizer que esta nossa frente parlamentar, em todos esses aspectos que talvez foram, nesse período, os mais destacados do ponto de vista de afirmação de Brasil, teve, direta ou indiretamente, participação. Então, a frente parlamentar, com a contribuição das entidades que aqui estão presentes... Deputada Marussa, elas são fundamentais, e acho que essa interação que o Congresso precisa fazer com a sociedade é fundamental.

Então, eu quero me colocar à disposição para continuar participando disso. Eu agradeço, Senador Veneziano, o convite para participar do Colegiado, da coordenação dos trabalhos. Contem 100% com a nossa atuação aqui.

E, quando a gente fala muito da sustentabilidade e da valorização dos recursos naturais, é bom que a gente faça uma menção ao que a gente está sofrendo nos últimos dias: desta vez, foi em Juiz de Fora a grande consequência climática que nós sofremos nesses dias. Isso é bom também a gente lembrar - né, Bandeira de Mello? -, porque nós passamos por isso no Rio Grande do Sul, e o Rio Grande do Sul é grato ao que o país fez pelo Rio Grande do Sul, pelo que nós sofremos; agora, há poucos dias, foi no Paraná, que teve um desastre grandíssimo, passou por vários municípios; Santa Catarina também foi vitimada - vários estados -; e, agora, em Minas Gerais, esse desastre que foi, inclusive com vítimas, em Juiz de Fora.

Então, a preocupação da sustentabilidade, o respeito científico em relação ao meio ambiente e ao clima também devem fazer parte sempre das nossas preocupações aqui.

Muito obrigado.

Eu só peço licença, nós temos debate no Plenário...

6/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Perfeito, compreensível.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - ... mas contem com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Nós é que agradecemos. E eu faço um registro de reconhecimento muito justo a toda a sua participação, meu querido Deputado Bohn Gass. Nunca se omitiu: não se omitiu de aceitar os nossos convites e, ao aceitá-los, sempre presente, participativo, colaborativo e com mensagens muito precisas. Temos a compreensão exata de que V. Exa. ausenta-se para o dever a cumprir em Plenário da Câmara dos Deputados. Um grande abraço para V. Exa.

Senador Esperidião Amin, nós vamos convidar e ouvir o Deputado Bandeira de Mello; em seguida, V. Exa.; em seguida, o Deputado Pedro Campos, a Deputada Marussa, se também assim desejar. Nós queremos muito tê-lo entre nós a trazer a sua mensagem.

Deputado Bandeira de Mello.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (Bloco/PSB - RJ) - Boa tarde a todos. É um prazer enorme estar aqui, mais uma vez, na abertura dos trabalhos desta frente parlamentar, comandado com a eficiência, a competência do nosso Presidente, o Senador Veneziano.

Queria dizer que eu estou aqui participando da frente graças à sensibilidade e à generosidade do Senador Veneziano, que me convidou para cuidar de um assunto que eu entendo e que - sou suspeito para falar, é claro - eu diria que fala mais fundo em mim com relação à questão da energia, que é a questão da eficiência energética, que é um assunto que eu já trazia lá do BNDES, que eu trouxe aqui para a Câmara, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Minas e Energia. O Senador Veneziano resolveu me convidar para trazer esse assunto aqui para a frente parlamentar, e, nesses dois anos em que a gente vem trabalhando aqui, já fizemos várias audiências públicas trazendo assuntos relacionados à eficiência energética. Eu diria que é alguma coisa que ainda está longe de terminar. Faltam vários pontos para a gente tratar aqui com relação à eficiência energética.

Eu costumo dizer que a fonte de energia mais limpa, mais barata, aquela que a gente mais deve incentivar não é a solar, não é a eólica, não é o gás, não é nenhuma outra, não é a hídrica; é a energia negativa, é aquela energia que a gente não usa. Usando a energia de maneira eficiente, nós estamos produzindo efeitos provavelmente muito maiores do que usando uma fonte renovável e alternativa.

Então, nesse sentido, eu queria dizer que o ano de 2026 já começa com a Vice-Presidência de Eficiência Energética da frente parlamentar trazendo a primeira audiência pública - vou fazer um comercial aqui -, que já é na semana que vem. Semana que vem nós vamos fazer uma audiência pública sobre o uso eficiente do etanol. Entre vários atrativos dessa audiência pública tem o fato de ela ser no Rio de Janeiro. Então vai ser na próxima sexta-feira, dia 6, às 14h, na sede do BNDES.

Nós vamos tratar, nessa audiência, basicamente sobre o uso eficiente do etanol, que é esse biocombustível que às vezes é negligenciado, que às vezes não é levado tanto a sério, mas que eu diria que talvez seja uma das grandes oportunidades ou traga grandes oportunidades que nós temos aqui sobre vários aspectos, inclusive de competitividade, de transição energética, de inovação tecnológica.

Eu queria dizer basicamente para vocês o que nós vamos tratar de maneira resumida nessa audiência pública que vai acontecer semana que vem, sexta-feira, no BNDES. Nós estamos tratando de vantagens com relação à distribuição consolidada de combustível; estamos tratando de relação com agroindústrias; estamos tratando de soberania energética; de competitividade industrial; de inovação tecnológica, que eu já falei; e de descarbonização da nossa economia.

Nessa audiência nós vamos cuidar basicamente de propor três caminhos para ampliar o uso do etanol hidratado no Brasil. O primeiro deles diz respeito ao desenvolvimento de veículos otimizados por etanol, com tecnologia capaz de garantir autonomia equivalente e menor custo operacional. Não sei se todos sabem que a nossa indústria já está começando a produzir carros totalmente movidos a etanol, com eficiência superior aos a gasolina; em relação ao flex, então, não tem nem comparação. Nós vamos tratar da utilização do etanol em motores ciclo Diesel, sobretudo em máquinas e equipamentos de grande porte, e vamos tratar também, na audiência, de hibridação de veículos de carga e urbanos, tendo o etanol como fonte primária de energia.

Quero falar aqui, rapidamente, sobre as entidades que vão comparecer.

Nós vamos ter lá a Argus Media; vamos ter a Tupi; a ADS; a Ares - soluções alternativas na área de energética -; vamos ter o Inee (Instituto Nacional de Eficiência Energética), do qual eu sou conselheiro, inclusive... Nós vamos ter a Eletro Industrial; vamos ter o Prof. Otávio, da Universidade de Itajubá; vamos ter o Jayme Buarque, que é o nosso decano do

7/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Inee; o Marcelo Poppe, do CGEE; a Marcia Valeria, Coordenadora-Geral de Etanol e Biometano do Ministério de Minas e Energia; vamos ter o Professor do ITA, o Pedro Lacava; a Marcopolo, representada pelo Renato Florence; e o Renato Romio, Professor do Instituto Mauá.

Então, encerrando meu comercial aqui, aguardo todos que puderem ir ao Rio de Janeiro, que é sempre um programa excelente, na próxima sexta-feira, dia 6, 14h.

Não queria encerrar sem elogiar aqui o Inté pelo trabalho de coordenação e de planejamento das atividades no nosso ano, que, eu tenho certeza, será um ano muito produtivo, principalmente por termos a coordenação e a liderança do Senador Veneziano.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Obrigado, querido Deputado Bandeira de Mello. Bom êxito no encontro onde debatida será a eficiência energética.

E a razão que nos levou - a todos nós, enquanto integrantes da frente - a poder fazer o convite - e, venturosamente, V. Exa. tê-lo aceito - foi pela sua versatilidade, pela sua disposição, pela sua combatividade e pela sua vontade de poder colaborar. O chamar, simplesmente, para fazer uma composição formal não daria sentido absolutamente algum à constituição dessa frente.

O bom é porque nós temos uma frente onde há um engajamento, uma energia, onde há uma presença e onde há uma confiança de que aquilo que nós dizemos, aquilo que nós debatemos e aquilo que nós propusemos terminam dando vazão, de forma objetiva e consumativa, a fatos que são desfrutados, em seguida, pela nossa população. Por isso nós fizemos o convite.

Sou muito grato pela acolhida, pela presença e pela sua capacidade versátil de poder estar a fazer esses melhores debates.

Meu querido Senador Esperidião Amin; em seguida, Deputado Pedro Campos e Deputada Marussa Boldrin, para que nós também ouçamos os nossos convidados.

Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) - Eu serei o mais objetivo possível e gostaria até de pedir que o Deputado Bandeira de Mello ouvisse pelo menos a parte inicial, porque ela vem absolutamente ao encontro do que o senhor falou, e eu quero acrescentar, especialmente a quem é ligado a regatas e ao mar, por tradição do hino, não só da camisa... Quem é que sabe aqui sobre combustível marítimo? (*Pausa.*)

Nós realizamos quatro sessões na Comissão de Serviços de Infraestrutura, e eu vou disponibilizá-las ao nosso Presidente, diante da expectativa e da decisão do IMO, não do IME, o International Maritime Organization, em que o Brasil tem assento - nem sempre ocupado, nem sempre todos os assentos ocupados -, que debateu a substituição do *bunker*, o combustível marítimo mais utilizado. A Europa defendia o hidrogênio verde, e nós defendemos o combustível orgânico, porque, sendo etanol de milho ou de cana, três regiões se aliarão: a África, nós e os Estados Unidos. Você vê que não teremos nenhuma oposição por perto. São esses os espaços em que você pode dinamizar a produção do combustível renovável, orgânico, portanto, menos poluente.

Eu só estou falando do marítimo por uma razão: chegou-se a cogitar em multar os navios que trafegassem com o combustível que hoje é atual, findo o prazo de transição, que seria de quatro anos. A maior parte da nossa frota tem mais de dez; quer dizer, a reposição natural nos levaria às multas. E o Brasil, no comércio internacional, tem as rotas mais longas; ou seja, se houvesse algum encargo, nós seríamos VIPs, nós pagaríamos os maiores. Para onde nós exportamos? Para o Hemisfério Norte. E de onde nós importamos, como regra? Do Hemisfério Norte?

Portanto, as rotas marítimas mais longas, até porque nós não exportamos satélite, que tem naturalmente o maior preço por quilo... Nós exportamos produtos com valor agregado, mas com uma relação de peso/valor não tão sofisticada quanto um satélite artificial, seja qual for a sua destinação, que tem o maior valor agregado possível por peso, sem falar em *chips* e *superchips*, que, como diria o nosso saudoso Governador Brizola, em um câmbio de preços, você troca um navio de 300 mil toneladas por meio contêiner, não é assim? E, geralmente, nesse contêiner, a matéria-prima foi nossa.

Então, o combustível marítimo tem que ser orgânico, porque essa foi a última decisão, em agosto, setembro do ano passado, do IMO - é uma norma, mas isso vai se propagar - e nos livrou de sermos o fornecedor de energia para fazer o hidrogênio verde existir. Projetos existiram, foram debatidos aqui com fortes ressonâncias, confere? Não precisamos entrar em detalhe.

No ano passado, o Presidente Trump teria cogitado utilizar a energia de Itaipu que o Paraguai não usa e que nós temos comprado quase que cativamente. Para quê? Para botar um *data center* deles. Ou seja, nós ainda temos essa supremacia competitiva e a supremacia de suprimento de energia. E eu queria introduzir essa questão do combustível marítimo até

8/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

para que ele faça parte. Ele preenche completamente, é um recurso natural e é energia. Então eu queria focalizar. Daqui a pouco podemos discutir a questão do combustível de aviação aqui também.

E, finalmente, eu queria fazer uma proposta. Eu não poderia acompanhar, na semana que vem, este debate do BNDES, mas eu sou do Sul do Brasil. Nós temos chagas ainda abertas da exploração do carvão. Quando o Brasil não tinha dinheiro para pagar o dólar do petróleo, o Governo nos pediu para produzir muito carvão. Eu participei de reuniões em que isso era um clamor: "Nós não temos dinheiro para pagar o petróleo". Hoje somos autossuficientes, graças a Deus, e até exportamos.

E, na transição energética que nós aprovamos, especialmente para os estados do Sul, nós temos nos dedicado, temos instituições dedicadas a saber se ficaram só cinzas e se ficaram só, digamos, fluidos decorrentes do carvão que poluiu a nossa paisagem. E uma descoberta interessante está sendo feita agora: na cinza do carvão queimado, tem 600ppm, ou seja, 600 porções por milhão de terras-raras. E também, isso na cinza, no fluido, entre 300ppm e 600ppm. Ou seja, é uma pesquisa incipiente, ninguém vai começar a arrecadar, mas isso interessa aos Estados Unidos, que têm pesquisas nesse sentido, especialmente na Pensilvânia e na West Virginia, que foram e são estados onde a exploração do carvão está sendo dinamizada. Uma das razões pelas quais o Biden e depois a Kamala perderam a eleição na Pensilvânia foi o destrato que fizeram com o carvão. Eu assisti a alguns depoimentos, nesse sentido eleitoral, censurando o Governo democrata por desprezar o carvão e colocar para eles o fraqueamento na porta do que era antes uma mina de carvão, que foi a técnica que os Estados Unidos utilizaram para serem autossuficientes no petróleo, que eles não tinham.

Então, esse balanço, a pegada de carbono, só para terminar, reserva algumas surpresas. Qual é o veículo que deixa mais pegada de carbono? É o motor a bateria ou o a motor de combustão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) - O senhor tem certeza?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) - E, depois, tem que ser destinada a não viajar de navio sem saber onde descarregá-la.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (Bloco/PSB - RJ. *Fora do microfone.*) - Etanol não tem esses problemas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) - Pois é! Mas tudo isso vem a favor, e, se for o motor de combustão com etanol, melhor ainda, menos pegada ainda.

Então, o que eu quero dizer é que nós temos sido conduzidos, muitas vezes, a axiomas: "Olha, isso aí não se discute, isso aqui é cláusula pétrea". Ainda não é cláusula pétrea, pode vir a ser, é uma tendência, é uma exploração, mas do outro lado também está havendo exploração, e é bom que haja essa competição para que a gente não sinta que "olha, aquele lá é o eleito, o restante é o súdito".

Eu deixo isso aqui, mas a principal colocação que eu queria não detalhar, mas trazer a lume, é essa questão do combustível marítimo. Isso é para valer, isso já está... Eu vou disponibilizar as audiências, inclusive com a presença da representante do Itamaraty que tem acompanhado todas as sessões da IMO do ano passado, porque o legado é: o combustível será etanol, ou seja, natural e renovável - e, portanto, vem ao encontro do que o nosso Deputado Bandeira de Mello muito claramente abordou.

Muito obrigado, Presidente. Quero ainda louvar aqui a atuação não apenas agora, nesse reinício, mas desde o advento da frente parlamentar, do nosso querido amigo Veneziano Vital do Rêgo, que me fez humildemente aceitar a sua exposição de abundância, de generosidade capilar, apesar de eu não ser concorrente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Querido irmão, obrigado mais uma vez, gratíssimo pela sua presença entre nós.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Vai, eu sei, eu sei. Perfeito.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Deputado Pedro Campos, por gentileza.

Obrigado, meu Senador.

O SR. PEDRO CAMPOS (Bloco/PSB - PE) - Boa tarde, boa tarde a todas e todos aqui presentes.

9/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Quero parabenizar o Senador Veneziano Vital do Rêgo pela condução dessa frente, uma frente que tem sido protagonista de um debate muito importante para o desenvolvimento econômico e social do país e para a garantia da nossa soberania através da discussão dos nossos recursos naturais e da energia.

Acredito que uma das grandes virtudes dessa frente é exatamente o equilíbrio. É uma frente em que nós vemos aqui Parlamentares de diversos partidos diferentes, de campos políticos diferentes, que têm correlação e atuam com outras frentes que muitas vezes se colocam em posições diferentes. Eu vou dar aqui o exemplo da Deputada Marussa, que é da Frente da Agropecuária, da FPA, e eu e o Bandeira somos da Frente Ambientalista, então aqui a gente consegue ter muito equilíbrio, e acredito que isso seja uma das grandes virtudes e que temos conseguido avançar nesse trabalho.

Se vocês virem até essa mesa, até o equilíbrio capilar acontece aqui, dos recursos capilares. *(Risos.)* Eu estou mais ou menos na média aqui, mas parte são recursos não naturais, foram recursos providenciados depois. *(Risos.)*

Mas quero parabenizar o Senador Veneziano e essa frente por ter feito tanto bem ao Brasil.

Quero aqui tratar rapidamente do assunto do qual eu tenho a alegria de ser Vice-Presidente, que é Descarbonização e Economia Verde, que poderia ser apenas uma grife ou um debate vazio, mas eu acredito que é um imperativo civilizatório, que é colocado não só para o povo brasileiro, mas para a humanidade como um todo, discutir as emissões de CO₂ e de gases de efeito estufa e também encontrar uma economia que seja sustentável, que seja viável e que seja também ao longo do tempo sustentável.

Nós temos visto que este debate da descarbonização tem avançado não só aqui no Brasil, mas no mundo todo; o Acordo de Paris foi algo muito importante. É lógico que ainda existe um desafio enorme do cumprimento das NDCs, do comprometimento de todos em relação a isso e do equilíbrio nesse cumprimento, até porque nós sabemos que os países que se desenvolveram primeiro e se industrializaram primeiro acabaram fazendo grande parte das suas emissões muito antes de o Brasil estar avançando nas emissões de gás de efeito estufa e que é justo que essa compensação do ponto de vista internacional seja feita, seja cobrada e seja demandada.

Acredito que o grande desafio da descarbonização, como nos provocou o Papa Francisco em uma das suas encíclicas, é o cuidado da casa comum. E, como a casa comum, a gente cai na tragédia dos comuns, em que muitas vezes o interesse individual acaba prejudicando o interesse comum de todos nós seres humanos de fazer a contenção dessas emissões. E essa tragédia dos comuns nós temos visto ser superada a partir de dois vetores: um regulatório, em que o papel do Congresso Nacional e o papel desses organismos internacionais são muito importantes para que você reequilibre esses interesses individuais, a partir de uma regulação que incentive a descarbonização; e também através de um outro vetor que eu acho talvez até mais exitoso quando nós investimos em pesquisa, em desenvolvimento de novas tecnologias com esse viés da descarbonização, porque, com o tempo isso faz com que a gente consiga alinhar os dois verdes aqui da economia verde, o verde do meio ambiente e o verde também do real, do recurso. Ao longo do tempo, com o investimento em pesquisa e desenvolvimento, nós vimos várias alternativas que lá atrás eram menos viáveis, precisavam de mais incentivos e precisavam de mais subsídios terem ao longo do tempo uma diminuição desses subsídios. A gente pode citar aqui a questão da energia eólica, da energia elétrica e do desafio que nós estamos enfrentando - inclusive, essa frente foi importante nessa discussão - de retirar alguns desses subsídios que tinham sido dados lá atrás quando não existia a viabilidade da implantação disso. A gente viveu este debate na GD, a gente vive este debate também em relação a outros subsídios que existem na CDE. E eu acredito que a frente tem sido muito equilibrada no sentido de dizer que foi importante, em determinado momento, a gente incentivar, subsidiar e ver que agora muitas vezes alguns desses subsídios oneram mais as pessoas de maneira geral do que garantem o desenvolvimento dessa economia verde. Então, eu acho que esse é um ponto central.

Nós temos ainda muito que avançar. Tivemos vitórias importantes, como a aprovação do Paten, do Combustível do Futuro, e, também dentro dessa questão do setor elétrico, essa visão para a diminuição das desigualdades sociais, com a construção da nova Tarifa Social de Energia e do Gás do Povo, que foi fundamental também para combater a pobreza energética.

Esperamos que, no futuro, possamos debater também a descarbonização no transporte. Existe uma grande discussão em relação a tarifa zero e subsídios a mais no transporte. Que essa discussão possa vir junto também com o vetor de descarbonização. Aqui esse é um dos pontos que foi trazido inclusive como sugestão do Inté. É lógico que ainda deve ser feita uma discussão mais aprofundada se o caminho disso é por meio da eletrificação ou é por meio dos biocombustíveis, mas que nós possamos ter também esse desafio da descarbonização do transporte. E esta frente, com certeza, vai continuar sendo muito importante nessa discussão.

Nós estaremos aqui para sempre lembrar e puxar também para a importância da descarbonização, da economia verde e desse cuidado com a casa comum. Que a gente consiga ter energia em abundância e que essa energia em abundância seja sustentável ao longo do tempo.

10/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

É essa a nossa luta.

E, mais uma vez, quero parabenizar o Senador Veneziano e todos que fazem parte desta frente parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Querido Deputado, mais uma vez, o nosso agradecimento pela sua honrosa presença entre nós - jovem, combativo e muito competente, de formação intelectual que nos chama a atenção. Nosso agradecimento pela sua presença e também pelas suas contribuições ao longo destes dois últimos anos.

Minha querida Deputada Marussa, por gentileza. Muito grato pela sua presença entre nós.

A SRA. MARUSSA BOLDRIN (Bloco/MDB - GO) - Obrigada, Presidente, Senador Veneziano. Uma honra estar aqui com vocês.

Como Relatora do Paten, nós desenvolvemos um texto muito equilibrado, trazendo... O Pedro teve sua contribuição lá - não é, Pedro? - pela técnica, não pelo cansaço (*Risos.*), mas para a gente poder construir um texto que...

Nós precisamos avançar, é óbvio. A sustentabilidade é uma palavra que a gente vê usualmente, ela está na boca de todos. E cabe a nós aqui, nesta Casa, no Congresso, poder dar condição do consenso técnico e político para as ações que nós fazemos no nosso trabalho.

Tudo o que vai ser falado e já foi discutido aqui nesta frente... Também eu estou lá na FPA, e foi criada uma coalizão das frentes dos biocombustíveis, que também é um assunto que está cada vez mais avançando. E é não tirar ninguém do seu espaço. O que a gente quer é avançar com tecnologia, através da pesquisa, em tudo que a gente puder construir, principalmente defendendo o que a gente está produzindo no nosso país, o que a gente já vem construindo há tanto tempo e, com tudo se inovando, passando por esta Casa sempre - tudo começa aqui, com esse diálogo -, o que a gente vai construir. Como eu disse, nessa parte técnica e na política, a gente precisa trazer a maior segurança energética possível para que o nosso país seja uma referência. Que a gente tenha estrutura de educação, educação financeira, estrutural, de desenvolvimento, com a pesquisa sempre junto para que a gente possa continuar desenvolvendo, trazendo o diálogo, levando-o para o âmbito internacional, e sempre dizer o que a gente consegue elaborar e ser usual. Não adianta a gente fazer uma programação que não seja viável economicamente, que não tenha o espaço sustentável para a gente poder desenvolver tudo isso. E, aqui, eu tenho certeza...

E agradeço o convite de estar aí, como Vice-Presidente do Conselho Consultivo, para a gente poder desenvolver esse trabalho junto.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Estimada Deputada, mais uma vez, em nome da Presidência, dos demais colegas e integrantes e das entidades que fazem parte do Inté, o nosso agradecimento.

Eu aqui registro a chegada... E, pedindo a compreensão dos convidados, por força de ser um dos grandes partícipes dos debates, inclusive os mais acalorados, os mais firmes, sendo um dos mais contundentes expositores aqui, eu queria ouvir já, na chegada, o nosso Deputado Julio Lopes. Nosso agradecimento pela sua presença. E, muito provavelmente, V. Exa. gostará de fazer uso da palavra em seguida, já me despedindo do Senador Esperidião, que vai tomar assento já para o início dos trabalhos lá no Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) - Eu não sei o que o Julio vai falar, mas provavelmente eu concordo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Um abraço, meu professor.

Deputado Julio, V. Exa...

Nós estamos reinstalando...

Deputada Marussa, muito grato pela honrosa presença entre nós.

Deputado Julio.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ) - Presidente, querido, e todos do Plenário, muito boa tarde. Uma honra enorme estar entre todos.

Na realidade, quero apenas endereçar que possamos fazer este ano um debate nesta importante frente de trabalho sobre a questão dos combustíveis no Brasil.

Tenho um projeto que é o Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONSC), mas não tenho nenhuma obsessão nem nenhuma paixão por ele. Na realidade, minha obsessão e minha paixão é que nós façamos pelo menos uma diminuição

11/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

importante da sonegação, da contrafação e da pirataria no setor de combustíveis do Brasil, que atinge a marca de R\$70 bilhões, Presidente.

Então, queria aqui suscitar a todos e pedir a todos que possamos fazer este debate de forma saudável nas nossas entidades, mas, sobretudo, aqui, na Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, que presido. Tenho tentado muito trabalhar nessa direção, Presidente, e acho que é um tema muito relevante para o Brasil digitalizarmos esses setores todos. Aliás, digitalizarmos o Brasil todo e seu controle energético é da maior importância.

Então, vou deixar, para não me alongar e ouvir os demais, esse endereçamento aqui, para que V. Exa., com a competência que tem, possa conduzir esse importante debate ao longo deste ano eleitoral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Ao seu dispor. Eu fico muito honrado quando V. Exa. dirige a sua confiança aos condutores que somos todos nós da frente e quero aqui fazer esse registro como fiz à sua chegada, porque me recordo muito bem, e esta frente foi uma das responsáveis para que o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. *Fora do microfone.*) - Devedor contumaz.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Exatamente. E me recordo muito bem que foi a sua fluência no assunto e a sua força e convicção que puderam trazer mais, literalmente, energias para que todos nós pudéssemos mostrar o quão necessário seria, definitivamente, envolver a Casa, as duas Casas, com um tema tão delicado, que foi o devedor contumaz. Claro, sem esquecer que alguns assuntos de fora para dentro terminaram sendo fundamentais para que nós, assim, assumíssemos a postura que já deveria ter sido adotada anteriormente.

Mas o fato é que nós entregamos uma proposta legislativa a mostrar que não seria mais aceitável as indecências identificadas no setor.

Muito grato, Deputado Julio.

Eu passo, de imediato, já me despedindo do Deputado Bandeira de Mello, que também vai assumir outras atribuições.

Gratíssimo, meu irmão.

Eu não sei se vou poder estar a prestigiá-lo no dia 6, mas, se puder, no Rio de Janeiro, haverei de visitá-lo.

O SR. BANDEIRA DE MELLO (Bloco/PSB - RJ. *Fora do microfone.*) - Vai ser uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Muito grato, Bandeira. Obrigado mais uma vez.

Eu queria convidar para a fala nosso querido Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nosso Artur Neto.

Obrigado, Artur, pela sua presença.

O SR. ARTUR WATT NETO - Obrigado, Senador Veneziano.

Cumprimento todos que estão aqui, os Parlamentares e todos os convidados que vieram prestigiar a abertura do ano desta frente. Esta frente, que é tão relevante para o setor e tem sido parceira da ANP, tem sido um fio condutor para a aprovação de projetos muito relevantes para o setor e também projetos em andamento em que a gente busca fortalecer a atuação da agência.

Temos aí, não posso deixar de falar, já pleiteando o apoio dos Deputados, do PLP 109, de 2025, que trata do acesso às notas fiscais para fiscalização da ANP.

São notas fiscais; não é o sigilo fiscal, que às vezes se coloca contra o acesso às operações de nota fiscal, independentemente de toda a estratégia, que pode sempre melhorar, do combate às ilegalidades no setor, mas hoje a gente verifica muito a importância de a agência reguladora ter acesso às operações de comercialização de combustíveis no Brasil. Isso aí vai ser um passo gigantesco no combate a essas todas...

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP - RJ. *Fora do microfone.*) - Mas isso já está deliberado.

O SR. ARTUR WATT NETO - Ainda não votou, não. Agora está com o Relator, acho que já passou em Comissão, mas está para ir para o Plenário com o Relator Deputado Neto Carletto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ARTUR WATT NETO - Isso aí é um apoio muito grande que a gente busca.

12/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

As outras iniciativas estamos sempre debatendo com o setor, e vemos espaço para o crescimento, a melhoria das atividades. Temos sido apoiados pelo setor de energia, por esta frente, pelos que estão aqui, também pela Frente da Agropecuária - queria até agradecer à Deputada Marussa.

Tem colaborado muito com a ANP que hoje o nosso grande foco de crescimento no país, em termos de consumo, são os biocombustíveis. A gente está avançando com programas que já foram aprovados nesta Casa, com o RenovaBio em plena expansão e sucesso. Estaremos ainda, esta semana ou na próxima, deliberando lá na ANP sobre o irmão do RenovaBio, que são os CGOBs (certificados de biometano), que também foram criados e aprovados no âmbito do combustível do futuro.

Temos tido uma interlocução muito grande com o setor, com a FPA, no âmbito dos biocombustíveis e com a frente FPRNE. Nessa colaboração, a gente precisa aproveitar os meses que faltam aí, nesse período pré-eleitoral, para buscar avançar com mais algumas pautas. Eu chamo a atenção também, pedindo o apoio dos Deputados e Senadores aqui presentes, Parlamentares, para os projetos que buscam dar uma certa autonomia financeira para as agências reguladoras. Falo pela ANP, mas existem projetos aqui no Senado, como o do Senador Laércio, para buscar blindar o orçamento das agências; existe um projeto aqui na Câmara que, entre outras coisas, cria as taxas de fiscalização da ANP, que nunca foram criadas - tem 25 anos já a agência, e foi a única das grandes agências que não teve, junto com a sua criação, a criação de taxas, e isso é importantíssimo para a fiscalização.

Então, peço apoio geral a todos os projetos que busquem fortalecer as agências reguladoras, para cada setor ter sua importância. Aqui na Energia temos duas, a ANP e a Aneel. No setor de Minas e Energia, ainda, a ENM ...

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR WATT NETO - ... e, nos outros setores, as outras agências coirmãs, que estão todas sofrendo muito com os cortes. A gente tem sensibilidade do cenário orçamentário, mas tentar direcionar, pelo menos, os recursos arrecadados pelas agências, para que possam ser aplicados na sua estrutura de fiscalização... Obviamente, a gente sabe que é despesa, mas é uma despesa que gera arrecadação também e gera crescimento econômico, mais que arrecadação, quando você tem um setor com equilíbrio, com uma competitividade adequada, com redução das irregularidades - essa é a batalha do Deputado Julio Lopes.

Então, a gente chama atenção também para esses projetos e a gente se coloca aí como parceiro da frente para ajudar no que for possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco/MDB - PB) - Obrigado, Artur, em nosso nome e em nome de todos que fazem essa frente.

Você, inclusive, tocou num assunto que é muito delicado e nevrálgico, exatamente porque não haveríamos de pretender agências fortes se elas estiverem debilitadas orçamentariamente. Isso precisa ser, Julio, por nós, Câmara e Senado, definitivamente atacado, porque é visível e constatável o empobrecimento das condições objetivas de trabalho. E a expectativa nossa de podermos ter as agências que regulem, que acompanhem, que, portanto, respondam aos nossos interesses enquanto cidadãos, deixam de ser possíveis. Eles vão estar sendo levados à completa falência. Então, a sua abordagem, o seu apelo, que é o apelo de todos os outros que integram as diversas agências reguladoras, faz-se ecoar nesse ambiente congressional. De mim, dos demais outros, haveremos de poder tocar adiante essa reivindicação.

Eu passo, de imediato, a palavra à minha querida Dra. Ludimila e, pedindo desculpas - eu só vou aqui fazer a leitura de um relatório na Comissão de Educação, voltarei -, mas o Deputado Rollemberg se compromete em tocar adiante a Presidência desta sessão. Mas ouviremos a minha querida, repito, Dra. Ludimila, Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Seja muito bem-vinda, muito grato e honrado com sua presença.

A SRA. LUDIMILA LIMA DA SILVA (Para expor.) - Obrigada, Senador Veneziano, a quem cumprimento, e aos demais Deputados. Quero agradecer em nome do Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa Neto, pelo convite para que a agência esteja aqui participando desta sessão solene. Quero reforçar a importância do Legislativo na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do país, dessa frente, principalmente, dessas discussões sobre segurança e transição energética, e colocar a agência à disposição para contribuir nas discussões desta agenda para este ano de 2026.

A agência tem conduzido importantes discussões muito afeitas às discussões desta frente. A gente pode colaborar com temas que são relevantes nesse cenário de transição energética, mobilidade energética, expansão da nossa matriz com fontes limpas e renováveis. Quero agradecer e reforçar o apelo do Diretor-Geral da ANP pelo fortalecimento das agências reguladoras e, mais uma vez, colocar a agência à disposição para contribuir com o trabalho e as discussões da frente parlamentar.

13/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Muito obrigada, Deputado Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Bom, boa tarde a todas e a todos. Eu que agradeço a sua contribuição. Tenho a honra de assumir a Presidência temporariamente, já que o Senador Veneziano foi relatar um projeto na Comissão de Educação. Hoje é um dia de muito movimento também na Câmara dos Deputados, está tendo um seminário, aliás, muito disputado também, da Comissão Especial de Transição Energética.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Alexandre Ramos, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O SR. ALEXANDRE RAMOS - Estimado e querido Deputado Rollemberg, muito nos honra a condução da reinstalação da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia por V. Exa.

Mesmo na ausência do nosso estimado Senador Veneziano, primeiro, gostaríamos de agradecer o honroso convite de estarmos aqui presentes, participando desse marco, por assim dizer, da instalação da Frente Parlamentar e, obviamente, nos colocando, colocando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica total e integralmente à disposição da frente parlamentar para o que se fizer necessário.

A CCEE, além da contabilização, liquidação do mercado de curto prazo, gestão das contas setoriais, realização dos leilões de energia - junto com a Aneel, são mais de cem leilões já realizados... Em março agora, 18 e 20 de março, temos a previsão de realização do leilão do LRCap, muito esperado pelo setor.

Além de todas essas ações, Deputado, nós temos um viés, como meta, a abertura do mercado, abertura integral do mercado de energia elétrica para todos os consumidores brasileiros, em todo o Brasil. Lógico, motivados, obviamente, para que esses consumidores possam escolher de quem comprar energia, que energia comprar, obviamente, incentivando o uso de energias renováveis, a que custo essa energia a ser adquirida e as condições contratuais.

Nesse mote, e tendo o consumidor como centro, como pilar desse nosso movimento, nós entendemos que será importante uma atuação efetiva da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, no sentido de avançarmos, darmos celeridade, obviamente, respeitando o disposto na Lei 15.269...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE RAMOS - ... que coloca como meta a abertura integral desse mercado. São dois anos para os consumidores conectados em baixa tensão das classes industriais e comercial; e, finalmente, três anos, ao final de 2028, para todos os consumidores, consumidores residenciais e rurais conectados em baixa tensão.

Então, nesse sentido, volto, reitero aqui a nossa disponibilidade de colocarmos toda a inteligência, toda a competência técnica da Câmara de Comercialização à disposição de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Alexandre.

Passo agora a palavra ao Sr. Mário Antônio Pereira Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA (Para expor.) - Em primeiro lugar, um boa-tarde a todos.

Eu quero aqui cumprimentar, na qualidade de Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, e também nesse ato representando o nosso Presidente da CNA, Dr. João Martins...

Quero aqui parabenizar, mesmo na sua ausência, o Senador Vital do Rêgo, amigo nosso paraibano. Todos nós somos muito gratos por tê-lo como Senador da República, e pelo trabalho que ele tem feito, não só no Senado, mas também em defesa da Paraíba.

E quando a gente fala aqui na reinstalação desta Comissão, da Comissão de Recursos Hídricos e Energia, a gente fala em desenvolvimento, a gente fala em infraestrutura, fala na questão ambiental. Por isso, quero parabenizar por essa reabertura, por esse reinício dessa frente, no sentido de que a gente possa fazer algum trabalho nesse sentido.

Quero também colocar à disposição o nosso corpo técnico da CNA, para que, na hora que for necessário, a gente possa também contribuir e ajudar esta frente.

Quando a gente fala também na parte energética, na parte de energia, a gente fica olhando que, no passado, se instalou muita rede elétrica neste país e se instalou rede monofásica.

O pequeno produtor, o médio produtor que está lá no interior deste Brasil, e eu conheço uma parte dele, passa momentos difíceis hoje, sem poder fazer alguns investimentos porque não tem energia trifásica. Então, é importante que isso seja debatido também no futuro, nessa frente, para que se possam instalar algumas empresas lá no interior desse município,

14/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

neste Brasil continental, para que a gente possa também desenvolver essas regiões de acesso mais difícil. Então, queremos colocar o departamento técnico da CNA à disposição desta Comissão.

O meu muito-obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado. Agradeço a sua contribuição e convido o Sr. Sérgio Araujo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Prazer em revê-lo.

O SR. SÉRGIO ARAUJO - É um prazer, Deputado Rollemberg, e eu queria fazer um agradecimento à frente parlamentar e ao Inté pelo convite para a participação da Abicom. A Abicom tem como sua missão contribuir para a garantia do abastecimento nacional, uma vez que nós não temos, infelizmente, o país não tem a capacidade de produzir os combustíveis necessários para rodar a nossa economia. No exercício anterior, só como exemplo e para demonstrar a relevância da atividade de importação de combustíveis, nós precisamos importar 30% do diesel consumido, mais de 10% da gasolina que foi consumida.

E eu participo hoje dessa reinstalação da frente parlamentar com entusiasmo. Esse entusiasmo é motivado pelos resultados que foram obtidos no exercício anterior, quando a gente teve aí, sob a liderança do Senador Veneziano e com a participação da frente parlamentar, avanços muito importantes como, por exemplo, a aprovação do devedor contumaz, a monofasia da nafta, que está caminhando e é realmente um marco interessante na regularização do nosso mercado, uma participação bastante ativa também na reforma tributária.

Dentro da agenda legislativa que foi preparada e distribuída pelo Madrugá, do Inté, nós destacamos e apoiamos todos os itens colocados, uma vez que nós fazemos parte do instituto, mas destacamos aí os itens do *downstream*, onde os associados da Abicom atuam, principalmente no PL 109, para liberação de acesso às informações fiscais para a ANP. O não apoio também ao ONS, uma pena que o Deputado Júlio Lopes...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO - ... teve que se afastar, mas considerando que a gente precisa reforçar a atuação da agência, recuperando o seu orçamento, como já foi colocado pelo Presidente Artur, mas com outros apoios e outros recursos que são necessários para a agência.

Então, mais uma vez, agradeço aí pelo convite, parabenizo pelo desempenho em 2025, e confiante de que a gente vai avançar bastante em 2026.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Sérgio.

Em seguida, vamos ouvir o Sr. Telmo Ghiorzi, Secretário-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (ABESPetro).

O SR. TELMO GHIORZI - Boa tarde, Deputado Rollemberg, na pessoa de quem congratulo os demais Parlamentares que estavam aqui e que compõem a Frente Parlamentar de Energia. Nós queremos congratular a frente por ter conseguido colocar 18 pautas prioritárias, são 18 projetos de lei neste momento, que, de alguma maneira, conversam um com o outro, são convergentes em muitos aspectos.

Um deles que eu quero destacar é a questão dos empregos e do crescimento da economia brasileira. A produção de petróleo é condição necessária, mas, obviamente, não é suficiente. Nós precisamos, como o Deputado Bohn Gass falou, transformar esse potencial nosso de energia em empregos e crescimento da nossa economia.

Para citar só um exemplo, quando a gente fala da produção de petróleo bruto, nós estamos falando de 700 mil empregos diretos e indiretos; desses, 50 mil mais ou menos estão nas petroleiras. A Petrobras tem 45 mil empregos, mas nem todas as pessoas estão atuando na área de produção de petróleo; uma parte está em refino, uma parte está nas atividades administrativas. Nós estamos falando de mais ou menos 50 mil pessoas nas petroleiras atuando na produção de petróleo, mas tem outras 650 mil pessoas na cadeia produtiva, que são as empresas que constroem as plataformas, que constroem, fabricam os equipamentos, que operam os equipamentos *offshore*. E o número hoje de 700 mil poderia ser, quem sabe, o dobro ou o triplo disso, se o Brasil avançasse também nas demais pautas prioritárias da frente parlamentar, por exemplo, campos marginais serem explorados por outras empresas que não apenas a Petrobras...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMO GHIORZI - ... por exemplo, que o *fracking* avançasse no Brasil, como tem avançado em todos os outros países do mundo, várias outras pautas que estão aqui, por exemplo, a pauta do descomissionamento, desta vez convergente com o Deputado Hugo Leal, que é uma pauta apoiada pela frente parlamentar. Então, tem várias pautas que

15/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

são convergentes e todas elas convergem para um grande efeito brasileiro, um grande efeito para a economia brasileira que é a geração de empregos.

Eu acho que a gente... Infelizmente, temos um ano curto, mas temos muitos anos pela frente para conseguir fazer com que essas pautas, todas elas, avancem conjuntamente e convergentemente. É isso.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado. Eu que agradeço.

Sr. Cláudio Oliveira, Presidente do Conselho do Sindicom. *(Pausa.)*

Na sua ausência, nós convidamos o Sr. Mozart Rodrigues Filho, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom).

O SR. MOZART RODRIGUES FILHO - Deputado Rollemberg, primeiro, eu gostaria de agradecer a oportunidade dada pela frente parlamentar para a gente poder estar aqui, hoje, participando desse evento de reabertura da frente, agradecer e pontuar a participação da frente parlamentar nos projetos prioritários do setor, como o devedor contumaz, como bem falou o Sérgio Araujo, há pouco, a nafta monofásica, a gente vê com bons olhos a aprovação desses projetos; para o setor foi um passo muito importante. Este ano vai ser um ano bem curto, sob o aspecto parlamentar. A gente tem eleição; então, a gente tem que tentar aprovar alguns projetos prioritários.

Pontuamos aqui três projetos que devem ser trabalhados pela frente, que é o 309, como já foi falado aqui, que trata da lei de penalidades da ANP; o 109 também é um outro projeto que o setor vê como muito importante, que é o projeto que dá acesso à ANP a notas fiscais; e o da bomba branca, que está na Casa, que está aqui no Senado Federal, que o setor também entende que deveria ser aprovado ainda este ano, dada a importância do projeto para o setor.

Vou ser breve, pelo adiantado da hora, temos mais gente para falar.

Então, eu queria só pontuar esses três projetos, reiterar aqui o agradecimento à frente parlamentar pela atuação dela no ano que passou e garantir aqui a parceria do Sindicom, porque, desde o primeiro momento, desde a criação dessa frente parlamentar, a gente a apoia e vamos permanecer aqui, neste ano, apoiando a frente parlamentar, movimentando, apoiando tecnicamente nos projetos do setor de distribuição de combustível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado pela sua participação.

Passo a palavra agora à Sra. Gabriele Olivi, Gerente-Executiva da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom).

Prazer em revê-la.

A SRA. GABRIELE OLIVI - Boa tarde, Deputado Rollemberg. Primeiro, eu quero agradecer a sua presença aqui, com quem eu já tive o prazer em trabalhar em 2018, o senhor como Governador, um excelente trabalho que foi feito aqui no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Obrigado.

A SRA. GABRIELE OLIVI - E saúdo a todos, principalmente a todas as associações e institutos que estão aqui presentes. Eu falo hoje em nome da Brasilcom, que representa quem faz o Brasil andar - a gente fala de etanol, gasolina, diesel, biodiesel - de um grande centro ao Brasil mais distante. Onde tem posto, tem serviço essencial, e a distribuição é um elo que impede o colapso do abastecimento. Então, é importante colocar que aqui nós, como distribuidores, que representamos hoje 25% do mercado de distribuição de combustível, somos essenciais para não ter o desabastecimento do Brasil.

Nossa agenda aqui é direta, principalmente quando a gente fala em mercado íntegro, segurança jurídica, com uma concorrência de verdade, e uma transição energética séria, com métrica e justiça. E é importante nós colocarmos alguns PLs, porque é de suma importância que tenham continuidade.

Em cima disso, nós também queremos, inclusive, saudar aqui o João Paulo Madruga, do Inté, que faz um trabalho excelente junto à frente parlamentar, com o Senador Veneziano, e agradecer todo o trabalho que é executado dentro do instituto.

Inclusive, nós também vimos colocar que a proposta da Brasilcom tem como objetivo que esta frente seja um fórum permanente de coordenação, neste Congresso, entre órgãos de Estado e principalmente entre o setor.

Então, a gente tem como meta três resultados extremamente...

(Soa a campainha.)

16/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A SRA. GABRIELE OLIVI - ... importantes e claros: combate real ao ilícito, ambiente regulatório estável e concorrência limpa e descarbonização responsável.

Agradeço aqui a todos e deixo aqui a Brasilcom à disposição para qualquer pauta que venhamos a debater.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Gabriele.

Vamos ouvir agora o Sr. Marcelo Pimentel, Gerente-Executivo da Abiquim.

O SR. MARCELO PIMENTEL - Boa tarde, Deputado Rollemberg. É um prazer novamente estar aqui com o senhor.

Gostaria de agradecer ao Inté pelo convite e saudar todos os Parlamentares da Frente de Energia.

O setor químico brasileiro é o sexto maior do mundo. É um setor extremamente importante para a economia brasileira: paga o segundo maior salário médio da indústria de transformação, gera 2 milhões de empregos diretos e indiretos e é o terceiro maior pagador também de tributos em nível federal. No entanto, o setor vive um momento desafiador: tem crescido o número de importados, tem alta ociosidade nas plantas e temos visto alguns fechamentos de plantas recentemente.

Discutir energia é fundamental. Discutir energia é discutir a competitividade da indústria química. Nós somos um dos setores energointensivos, o quarto maior consumidor da indústria de energia elétrica. Somos o maior consumidor de gás da indústria de transformação. Concebemos o gás natural, como posto aqui pelo Deputado Hugo Leal, como um combustível de transição. E a química brasileira tem defendido, então, que energia mais barata é maior competitividade, maior produção nacional, menor entrada de importados e, claro, maior independência produtiva para o país, maior soberania e segurança para a economia brasileira.

Na agenda de gás, a gente tem trabalhado o aumento da oferta, redução de custo, diminuição de reinjeção, especificação do gás natural. E é um orgulho aqui, em meio a esse cenário desafiador que o setor vive, pontuar que a química brasileira é a mais sustentável do mundo. Produzir químicos no Brasil é melhor para o planeta. As emissões de gás de efeito estufa no Brasil para a produção de químicos geram até 35% menos emissões do que nos nossos concorrentes na Europa, até 51% menos do que nos nossos concorrentes na Ásia.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO PIMENTEL - Então, o acréscimo, a melhoria dos nossos aspectos de competitividade, a redução de custo de energia podem impulsionar o Brasil, que já tem uma matriz limpa, e fazer com que a produção nacional beneficie, claro, todo o planeta.

Então, é uma satisfação estar aqui. Foi considerando esses elementos de sustentabilidade e de competitividade que a gente compartilhou com a Frente de Energia, com o Inté um conjunto de propostas e um conjunto de PLs que eu venho aqui reforçar e que foram entregues aos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Marcelo.

Vamos ouvir o Sr. Claudio Nunes, Diretor de Exploração e Produção do IBP.

O SR. CLAUDIO FONTES NUNES - Boa tarde, Deputado Rollemberg e todos os demais presentes.

Eu represento o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

O setor é de importância conhecida para o país. Em termos de arrecadação, são R\$351 bilhões ao ano de arrecadação; os empregos o Telmo já mencionou; somos o oitavo maior exportador do mundo.

Enfim, hoje estamos produzindo 4 milhões de barris de petróleo por dia ou 5 milhões de barris de óleo equivalente, considerando o gás também, e, pela primeira vez na história, estamos com uma sinalização de decréscimo de produção nos próximos anos. A gente fala de decréscimo da produção em cinco anos. Parece que é daqui a muito tempo, só que cinco anos é amanhã na indústria do petróleo. Se eu fizer uma descoberta hoje e desenvolver um campo, esse campo vai estar produzindo e compensando a queda de outros campos daqui a sete anos. Então, é quase que irreversível - senão uma estagnação - provavelmente uma queda na produção. Nos últimos anos, a gente tem perfurado menos de dez postos exploratórios por ano, quando isso já foi na casa dos cem, nesse século. Então, a atividade está num momento complicado, porque nós estamos numa situação geopolítica mundial em que o petróleo, agora, apesar do preço baixo, está sendo disputado até por guerras novamente. E a gente tem um processo de não valorização desse recurso que a gente tem aqui dentro do Brasil.

17/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A coisa da descarbonização é um processo irreversível, ao qual nós nos juntamos e participamos. Estamos fazendo o que for necessário para descarbonizar a indústria também.

Entendemos a necessidade da transição energética e participamos dela: transição justa, com segurança energética, com eficiência energética...

(Soa a campanha.)

O SR. CLAUDIO FONTES NUNES - ... porém, há que se casar a redução da demanda com a redução da oferta.

Hoje em dia, Deputado, a gente está correndo um risco grande, porque hoje se comemora quando não se dá uma licença para perfurar um poço, alguns setores da sociedade comemoram, como se isso fosse representar uma redução das emissões e a resolução do problema do aquecimento global, mas a demanda não está sendo trabalhada, a previsão de demanda do petróleo no Brasil continua firme e até crescendo. E a gente vai reduzir a produção? Sabe o que isso significa? Vamos importar! Vamos importar um petróleo com maior pegada de carbono, vamos pagar mais por esse petróleo, vamos gerar menos empregos, vamos arrecadar menos, é para isso que a gente está caminhando.

Então, o trabalho que a gente tem aqui nessa frente de energia, olhando a energia como um todo, rumando para a transição energética, sem sombra de dúvida, rumando para a descarbonização, tem que ser um trabalho pé no chão, que não signifique um hiato energético para a sociedade brasileira. Considero que essa é uma pauta principalíssima dentro de todos esses outros aspectos que foram abordados aqui nesta sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Claudio.

Convido o Sr. Marcelo Mendonça, Presidente-Executivo da Abegás.

O SR. MARCELO MENDONÇA - Boa tarde, Deputado Rollemberg. Agradeço o convite aqui da frente parlamentar e a importância da reinstalação. É um prazer estar aqui participando.

Parabenizo aqui o Madrugá também pela elaboração da agenda. Acho que vai ser muito produtivo o trabalho da frente parlamentar para este ano.

Foi interessante eu poder falar depois do Claudio, porque o gás natural no Brasil tem a característica de ter uma produção associada à produção do petróleo. E essa característica de redução, essa previsão de redução de exploração e de produção de petróleo e de gás vai impactar o mercado. Quando a gente avalia o nosso ambiente e o gás sendo um combustível da transição energética, que vai permitir redução da pegada de carbono, essa é uma sinalização muito perigosa para o Brasil. Então, são questões que nós vamos ter que observar - e acho que a frente tem uma importância significativa na discussão dessa agenda - para que a gente realmente possa evoluir e tratar a transição energética como deve ser tratada, porque, como foi bem dito aqui, transição energética é mudança de comportamento, não adianta somente você olhar para a produção de combustíveis.

Dentro da pauta que foi colocada, eu destaquei três PLs ou três temas para que a gente possa discutir. Um já foi referendado nessa mesa, que foi a substituição de combustíveis mais poluentes no setor de transporte. O gás natural pode estar colaborando nessa substituição. E, com isso, você traz também o biometano. Então você tem um benefício duplo quando você consegue chegar a...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO MENDONÇA - ... viabilizar também o setor de biometano.

Com isso, só dando um exemplo, no Estado do Ceará, hoje, 15% do gás que é vendido no Estado do Ceará são provenientes de aterro sanitário, então ele já é 15% renovável.

Então, qualquer veículo que se abastece lá, você estaria tendo um benefício na descarbonização.

Um outro tema importante também, que tem a ver com a questão da descarbonização, é a pauta que pode ser votada, agora, do Redata.

Então, são questões nas quais a gente vai ter que estar de olho, porque o gás natural visa a, justamente, dar essa segurança energética, a viabilizar que a gente possa ter uma energia disponível a todo tempo.

E uma outra questão também que está relacionada com o tema e que foi pautada na agenda aqui é a melhor avaliação sobre a questão do *fracking* também. Então, é uma questão importante.

18/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Acho que esse tema tem que ser melhor explorado, porque, no Brasil, mais uma vez a gente perde mais uma oportunidade, porque não explora, por questões, por uma discussão também ambiental, mas importa os combustíveis tanto de líquidos ou de gás natural que são produzidos em *fracking* e em outros países. Então, a gente deixa de gerar os benefícios aqui no país. São esses três temas que eu queria trazer, e agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Marcelo.

Convido agora a amiga Roberta Cox, Diretora de Políticas Públicas para o Brasil da Global Wind Energy Council.

A SRA. ROBERTA COX - Muito obrigada, Governador, Deputado Rollemberg, querido.

É uma satisfação estar aqui na reinstalação da frente. Faço coro aqui a todos, parabeno o Madruga pela organização, pelo trabalho junto ao Inté.

Venho aqui falar sobre a importância da energia eólica e agradecer todo o apoio que a frente vem dando a esse tema.

Não posso deixar de falar da importância de a gente continuar trabalhando e dar toda a atenção para a questão dos *curtailments*, dos cortes de geração. É recurso sendo jogado fora, recurso que a gente não está aproveitando, enquanto país, recurso limpo e que tem um grande reflexo na nossa indústria. A gente tem aí fábricas passando por grande dificuldade, fábricas fechando porta, pessoas sendo demitidas... Então, isso tem um reflexo muito grande para o nosso país.

E outro, um tema importantíssimo, para o qual eu gostaria de pedir ajuda - o senhor conhece bem esse tema -, são as eólicas *offshore*, as eólicas marinhas, nas quais o Brasil tem o melhor recurso do mundo, um vento constante, um vento que traz energia boa para o sistema. As medições que a gente vem fazendo indicam que esse vento entra bem na hora do pico. Então, é uma energia que vem agregar à nossa matriz. E ela, assim como a energia do *curtailment*, é um recurso que não está sendo aproveitado, é um recurso que está passando, o vento está passando aí, e a gente está deixando de aproveitar esse recurso, de gerar energia, gerar renda para o nosso país.

As eólicas *offshore* representam uma oportunidade global: diversos países estão investindo em eólicas *offshore*. Elas nasceram na Dinamarca, elas cresceram na Europa. A China, agora, está liderando a instalação de eólicas *offshore*...

(Soa a campainha.)

A SRA. ROBERTA COX - ... e muitos outros mercados abriram.

A gente tem aí o Canadá, que passou na frente do Brasil, já lançou um leilão para áreas de mar, para instalar suas eólicas *offshore*, Colômbia, Taiwan, Austrália, Vietnã... E o Chile, ontem, anunciou que vai começar os trabalhos com eólicas *offshore*, e o Brasil não avança.

Esta Casa fez o trabalho dela muito bem feito. O nosso querido Senador Jean Paul Prates na época foi o autor, o Portinho relatou, foi para a Câmara, voltou e foi aprovada. Há mais de um ano, ela foi aprovada, fez aniversário agora em janeiro, ainda não foi regulamentada, e a gente não tem as áreas para serem disponibilizadas para atrair esse investimento.

As eólicas *offshore* vão trazer não só geração de energia, mas toda a indústria de *supply chain*: indústria de torres, que vai fomentar aço verde, que vai usar cabos, parafusos, lubrificantes, as pás. Há muita indústria para vir para cá, se instalar no Brasil e gerar energias, fomentar toda a instalação portuária, fomentar a indústria naval. Então, é muito para a gente movimentar.

Ontem, foi aprovada na CI uma audiência pública para a gente comentar mesmo, cobrar e conversar sobre como está andando essa pauta no Executivo, e a gente pede o apoio de vocês para tentar dar uma acelerada porque a gente só vê ganhos para o Brasil em acelerar essa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Muito obrigado, Roberta.

Não há mais nenhum inscrito. Eu quero parabenizar o Senador Veneziano Vital do Rêgo pela condução não apenas desta reunião, mas desta frente parlamentar, e cumprimentar todos os membros que dela fazem parte, Deputadas, Deputados, Senadores e Senadores que fazem parte desta frente parlamentar, que teve conquistas extremamente relevantes nos últimos três anos em relação a projetos que tramitavam nesta Casa. Você deu agora o exemplo, Roberta, das eólicas *offshore*, mas também aprovou o combustível do futuro, o marco legal do hidrogênio, o mercado de carbono, o devedor contumaz... Enfim, tem um conjunto de projetos que foram apreciados e aprovados de interesse do setor energético no nosso país.

Quero cumprimentar o Instituto de Transição Energética pela contribuição que vem dando a esta frente e a esta reunião.

Agradeço a todas e todos que trouxeram as suas contribuições. Agradeço, de forma especial, ao João Paulo Madruga pelo apoio que vem dando.

19/20



Reunião de: 25/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Aqui foram ditas coisas extremamente importantes. Acho que foi o Claudio que levantou a questão de que toda vez que a gente fizer um planejamento energético no nosso país, temos que pensar de forma holística, ou seja, olhar o todo. Isso é muito importante.

Eu sou um grande defensor da transição energética, sou um grande defensor das energias renováveis, mas a gente tem que compatibilizar isso também com a demanda. Eu digo que, se a gente deixar de produzir petróleo, a gente vai deixar de consumir petróleo? Se a gente for consumir um petróleo produzido num outro país que vai emitir mais do que o nosso e não vai gerar empregos, nós estamos fazendo algo que é contra o interesse brasileiro. Mas é claro que nós temos que aproveitar, e eu tenho defendido isso num projeto, inclusive, que apresentei na Câmara dos Deputados, para utilizar uma boa parte dos recursos do petróleo para financiar a transição energética.

Também acho extremamente importante o que aqui foi dito que nós temos um ano curto. É verdade, temos um ano curto e acalorado em função das eleições, mas é muito importante que a gente possa construir um grande consenso em torno do interesse nacional. Nessa pauta, não tem direita, não tem esquerda, aqui tem o interesse nacional. A questão energética é uma questão vital para o desenvolvimento do Brasil, para o futuro, para a soberania brasileira e, portanto, tem que ser tratada com esse olhar.

Esta frente tem cumprido este papel de fazer essa articulação entre Parlamentares de diversos partidos, entre os diversos setores energéticos do país, não apenas de produção de energia, mas setores também da distribuição dessa energia, setores da academia.

Enfim, é extremamente importante que todos os setores estejam envolvidos na construção desse diálogo e na construção desses consensos que são absolutamente imprescindíveis para o desenvolvimento nacional.

Portanto, eu peço até desculpas de ter chegado atrasado aqui, perdi com certeza boa parte, parte valiosa dos debates, mas eu estava num outro. Exatamente no mesmo momento, estava acontecendo na Câmara também um seminário sobre transição energética, promovido pela Comissão Especial sobre Transição Energética, de que eu também faço parte naquela Casa.

Portanto, fiquei muito honrado de poder presidir esse restante da reunião. Parabenizo mais uma vez o Senador Veneziano, e agradeço a cada uma e cada um de vocês pelas valiosas contribuições que trouxeram a este debate.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Cumprida a finalidade, agradeço pela presença de todas e todos, e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.)

20/20



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-UCRÂNIA





SENADO FEDERAL

Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2026

**24 DE FEVEREIRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 3
DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2026 do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia (GPUCRANIA)**, realizada em 24 de fevereiro de 2026, terça-feira, às 14h30, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Item único: realizado debate por ocasião do aniversário de 4 anos da invasão da Federação Russa sobre o território ucraniano.

Conforme documentos anexos. Publique-se.

Senador **FLÁVIO ARNS**
Presidente do GPUCRANIA





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 24 de fevereiro de 2026
(terça-feira)
às 14h30

RESULTADO

1ª Reunião

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - UCRÂNIA - GPUCRANIA

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

VICE-PRESIDENTE: Senador Oriovisto Guimarães

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3



Resultado da 1ª Reunião da GPUCRANIA, em 24 de fevereiro de 2026

2

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

ITEM ÚNICO - Realizar debate por ocasião do aniversário de 4 anos da invasão da Federação Russa sobre o território ucraniano

Participantes:

Sr. Oleg Vlasenko

Encarregado de Negócios da Ucrânia no Brasil

Emb. Rafael de Mello Vidal

Embaixador do Brasil na Ucrânia

Emb. Kjetil Elsebutangen

Embaixador da Noruega

Sr. Morten Christiansen

Primeiro-Secretário da Embaixada da Noruega

Sr. Wolfgang Bindseil

Ministro e Chefe Adjunto da Embaixada da Alemanha

Sr. Vitorio Sorotiuk

Líder da Representação Central Ucraniano-Brasileira

Sr. Ollie O'Loughlin

Primeiro-Secretário da Embaixada do Reino Unido

Sr. Ali Ahmadi

Segundo-Secretário da Embaixada do Reino Unido

Sr. Joseph Wilson

Segundo-Secretário da Embaixada do Reino Unido

Sra. Jill Engel

Encarregada de Negócios de Luxemburgo no Brasil

Emb. Andreas Stadler

Embaixador da Áustria

Emb. Aldrik Gierveld

Embaixador dos Países Baixos

Sr. Nilton Mujovo

Representante da Embaixada de Moçambique

Emb^a. Mateja Kracun

Embaixadora da Eslovênia



Resultado da 1ª Reunião da GPUCRANIA, em 24 de fevereiro de 2026

3

Sr. Leif Thorenfeldt Kokholm

Ministro Conselheiro da Embaixada da Dinamarca

Emb^a. Katarína Tomková

Embaixadora da Eslováquia

Emb^a. Pavla Havlíková

Embaixadora da República Tcheca

Sra. Hind Bidaoui-Ribeiro

Conselheira da Embaixada dos Países Baixos

Sr. Maurice Nolan

Encarregado de Negócios da Irlanda no Brasil

Sr. Simon Cridland

Ministro-Conselheiro da Embaixada do Canadá

Sr. Andrzej Cieszkowski

Embaixador da Polônia no Brasil

Sra. Eleonora Dimitrova

Embaixadora da Bulgária no Brasil

Sr. Chris Hoornaert

Embaixador da Bélgica no Brasil

Sra. Oksana Dramaretska

Embaixadora Diretora da Secretaria da América Latina do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia

Por videoconferência de: Ucrânia*Sr. Paul Grod**

Presidente do Congresso Mundial dos Ucrânios

**Por videoconferência de: Ucrânia*

Resultado: Realizado debate por ocasião do aniversário de 4 anos da invasão da Federação Russa sobre o território ucraniano.





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Grupo Parlamentar Brasil - Ucrânia

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTE
MARA GABRILLI	PRESENTE	
ORIOVISTO GUIMARÃES		
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	
DAMARES ALVES	PRESENTE	
ANGELO CORONEL		
SERGIO MORO	PRESENTE	
MAGNO MALTA		
EDUARDO GIRÃO		
JORGE SEIF	PRESENTE	
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
NELSINHO TRAD
IZALCI LUCAS
EFRAIM FILHO
AUGUSTA BRITO
SÉRGIO PETECÃO
PAULO PAIM



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
24/02/2026 - 1ª - Grupo Parlamentar Brasil - Ucrânia

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR. Fala da Presidência.) - Boa tarde.

Declaro aberta a 1ª Reunião de 2026 do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, cuja pauta destina-se a - item único - realizar debate por ocasião do aniversário de quatro anos da invasão da Federação russa sobre o território ucraniano.

Até o momento este grupo parlamentar conta com adesão de dez Senadores e Senadoras.

Informo também aos Parlamentares que desejarem compor o grupo parlamentar que a adesão é feita de forma digital e que nossa Secretaria se encontra à disposição para orientar os gabinetes de Senadores e Senadoras que queiram se juntar aos esforços desse grupo parlamentar.

Também comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Para ouvir em português, sintonize o aparelho no canal 3; para ouvir em inglês, sintonize o aparelho no canal 5.

Compõe a mesa, aqui ao meu lado, com muita honra e muita alegria, representando todos os desafios enfrentados pela Ucrânia nesses quatro anos... Hoje, exatamente, nesta data, 24 de fevereiro, quatro anos atrás, começou a invasão russa ao território ucraniano, com todos os horrores decorrentes dessa invasão.

Ao meu lado, está o Sr. Oleg Vlasenko, Encarregado de Negócios da Ucrânia no Brasil. Informo, ainda, que participam desta reunião, remotamente, via Zoom, o Sr. Rafael de Mello Vidal, Embaixador do Brasil na Ucrânia; a Embaixadora Oksana Dramaretska, Diretora da Secretaria da América Latina do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia; o Sr. Paul Grod, Presidente do Congresso Mundial dos Ucranianos; e o Sr. Vitorio Sorotiuk, Líder da Representação Central Ucraniano-Brasileira.

Gostaria de anunciar que estão presentes nesta reunião - e sejam muito bem-vindos e bem-vindas, sempre assim, aqui no Congresso Nacional -: o Embaixador da Áustria, Sr. Andreas Stadler; a Embaixadora da Eslováquia, Sra. Katarína Tomková; a Embaixadora da Eslovênia, Sra. Mateja Kracun; o Embaixador da Noruega, Sr. Kjetil Elsebutangen; o Primeiro-Secretário da Embaixada da Noruega, Sr. Morten Christiansen; o Embaixador dos Países Baixos, Sr. Aldrik Gierveld; a Conselheira da Embaixada dos Países Baixos, Sra. Hind Bidaoui-Ribeiro; o Embaixador da Polônia, Sr. Andrzej Cieszkowski; a Embaixadora da República Tcheca, Sra. Pavla Havrliková; o Chefe Adjunto da Embaixada da Alemanha, Sr. Wolfgang Bindseil; o Ministro-Conselheiro da Embaixada do Canadá, Sr. Simon Cridland; o Ministro-Conselheiro da Embaixada da Dinamarca, Sr. Leif Thorenfeldt Kokholm; o Ministro-Conselheiro da Embaixada da Espanha, Sr. Juan José Escobar Stemann; a Conselheira da Embaixada da França, a Sra. Claire Simmons; o Encarregado de Negócios da Irlanda, o Sr. Maurice Nolan; o Primeiro-Secretário da Embaixada da Itália, Sr. Edoardo Berzi; a Encarregada de Negócios de Luxemburgo, Sra. Jill Engell; o representante da Embaixada de Moçambique, Nilton Mujovo; os representantes da Embaixada do Reino Unido, o Sr. Ollie O'Loughlin, o Sr. Ali Ahmadi e o Sr. Joseph Wilson; a Primeira Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Sra. Lina Lietzen. *(Pausa.)*

Também a Embaixadora da Bulgária, a Sra. Eleonora Dimitrova.

Sejam todos muito bem-vindos... *(Pausa.)*

1/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Muito bem. Completando só também, o atual Embaixador da Bélgica no Brasil, até conversei com o Sr. Chris Hoornaert agora há pouco. Sejam todos bem-vindos e bem-vindas. *(Pausa.)* O número é bastante expressivo, e os nomes também bastante expressivos.

A Primeira Secretária da Embaixada da Finlândia, Iris Hjelt; e o Ministro Conselheiro da Embaixada da Suécia, Jonas Montpaz.

Muito bem.

Quero destacar a presença, com muita alegria, do Sr. Senador Sergio Moro, também do Paraná, onde se concentra a maior parte da população de ucranianos em nosso país, particularmente no Município de Prudentópolis. Sergio Moro, seja muito bem-vindo.

Quero dizer novamente a todos: estamos reunidos aqui, eu diria, num momento de solidariedade ao povo ucraniano pelos quatro anos de invasão do seu país, do seu território pela Rússia, quatro anos, e, infelizmente, o Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia realiza sua primeira reunião de trabalho de 2026 ainda à sombra de um conflito que afronta princípios humanitários e que impõe um terrível fardo ao povo ucraniano. Desde 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, o mundo assiste chocado a uma série de transgressões de leis e tratados universais, perpetradas no fronte da guerra e contra civis.

Para que se tenha noção exata de como o arbítrio derivou para uma gigantesca tragédia humana, é importante citar alguns números. Cerca de 2 milhões de pessoas perderam a vida ou foram feridas nesse conflito entre civis e militares. O ano passado foi o mais violento para as tropas, com 415 mil baixas de soldados, uma média de 35 mil mortes por mês.

Em comunicado oficial feito pelo Ministério do Interior da Ucrânia, há cerca de seis meses, o mundo ficou sabendo que mais de 70 mil pessoas, entre soldados e civis, estão desaparecidas. Dessa maneira, enquanto parentes e amigos são submetidos à excruciante dúvida sobre o estado de saúde dos seus entes, o concerto das nações vai tomando ciência das abomináveis táticas de guerra da Rússia, que, como eu disse, não são limitadas às frentes de batalha.

A essa lista deve ser adicionada a quebra do armistício, firmado justamente em função do rigoroso inverno ucraniano. A Rússia tem bombardeado o setor energético da nação ucraniana, numa época em que as temperaturas chegam a 20 ou mais graus negativos. Isso tem deixado milhões de pessoas inocentes sem luz e aquecimento. O que se constata é que a força invasora não respeita qualquer protocolo humanitário.

E, por mais sinistras que sejam tais práticas, nem a matança nem o tratamento dispensado a prisioneiros e cidadãos comuns representam o maior símbolo da barbárie. Tal condição pertence ao sistemático sequestro de crianças ucranianas. De acordo com estimativas atualizadas, em setembro de 2025, cerca de 20 mil crianças ucranianas foram levadas para a Rússia. O número foi compilado pelo projeto governamental Bring Kids Back ou, em português, tragam as crianças de volta.

Em outro estudo trazido à luz em debates na ONU e no Tribunal Penal Internacional, estima-se que entre 20 mil e 30 mil crianças ucranianas tenham sido ilegalmente transferidas para a Rússia. Alguns especialistas dizem se tratar da maior operação de sequestro de crianças na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial. O tema ensejou, inclusive, a votação de uma resolução pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro do ano passado, demandando a imediata devolução dos infantes e jovens às suas famílias ucranianas. Não resta a menor dúvida sobre a existência de um plano ordenado de captura de crianças com o objetivo de destruir a identidade ucraniana desses menores, forçando-os a aceitar a cidadania russa e submetendo-os a programas de propaganda e recrutamento militar.

Um quadro tão angustiante como esse exige que o conjunto dos países livres e democráticos se articule imediatamente para pôr fim a todo tipo de atrocidade. Não podemos nos calar diante desses absurdos. Nossa proposição precisa ser clara. Hoje há um caminho para a paz sendo pavimentado. Cumpra a nós ajudar nessa construção.

Recentemente, o Presidente Zelensky manifestou o desejo de finalizar o conflito até o meio do ano. Além de servir de síntese do sentimento global, a fala de Zelensky deve ser vista como um ato de boa vontade e um compromisso verdadeiro com a paz.

Aliás, é imperioso reconhecer que a Ucrânia, que não iniciou o conflito, tem se esforçado muito para que as armas sejam depostas e a normalidade, restabelecida. A verdade é que o custo deste conflito é extremamente alto para todos, em todos os aspectos. O planeta quer a paz, mas só podemos avançar para uma solução definitiva com a legítima pressão da comunidade internacional pelo diálogo.

Nesse sentido, são muito positivas as conversas multilaterais que estão ocorrendo nos Emirados Árabes Unidos. Esse e outros movimentos nos fazem acreditar que uma convivência pacífica entre as duas nações ainda é possível, desde que o direito das gentes seja respeitado.

2/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Normas e valores que regem as relações internacionais devem ser usados como bússola para que encontremos uma saída. Observando os princípios da dignidade humana e da autonomia dos países, podemos acabar com essa guerra criminosa e injusta.

Contem, Sr. Vlasenko, com o Parlamento Brasileiro nessa concertação. Estamos e estaremos ao lado de vocês, ucranianas e ucranianos, nesse esforço.

Muito obrigado. (*Palmas.*) Passo, em seguida, a palavra ao Senador Sergio Moro - como já mencionei, do Paraná também, assim como eu.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão Brasil-Ucrânia, o Senador Flávio Arns, e felicitá-lo pela realização desse evento de fundamental importância.

Que marquemos essa data, de uma tragédia mundial, que é uma guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e que tem provocado - claro - perdas enormes para ambos os países. Mas, acima de tudo, é uma tragédia humanitária que afeta a todos nós. Nosso sentimento de dignidade e de solidariedade.

Quero cumprimentar o Encarregado de Negócios da Ucrânia, o Sr. Vlasenko, na pessoa de quem também tomo a liberdade de cumprimentar todos os Embaixadores aqui presentes e os Diplomatas da União Europeia.

Eu gostaria apenas de dar um depoimento pessoal. Estive, a convite do Governo ucraniano, em novembro de 2024, em Kiev, num evento realizado com Parlamentares latino-americanos, com o objetivo de prestar solidariedade ao povo ucraniano e manifestar o nosso repúdio a essa guerra. Na ocasião, tivemos também a oportunidade de conhecer o Presidente Zelensky.

O que mais me chamou atenção nessa viagem foi que eu imaginava, Sr. Vlasenko, que ia encontrar um país prostrado, um país amedrontado. Imaginei que Kiev seria uma espécie de cidade-fantasma, com as pessoas recolhidas em suas casas e habitações, temendo os bombardeios, os mísseis e desejosas de uma paz a qualquer custo. E, para minha surpresa, o quadro que encontrei foi absolutamente diferente: uma população ativa que seguia sua vida dentro da normalidade possível no âmbito de uma guerra. E, conversando com todos com os quais encontrei e também presenciando aquela atitude, na verdade, o desafio das agruras daquele tempo, a minha percepção é que essa é uma guerra de independência, e essa independência é irreversível, e que a Ucrânia não pretende então se render, mesmo diante de todas essas dificuldades no enfrentamento de uma potência militar como a Rússia. A Ucrânia faz a parte dela nesse conflito, não iniciou o conflito, mas resiste e resiste bravamente numa guerra que, no início, todos nós imaginávamos que duraria meses. A própria Rússia - e aqui me refiro especificamente ao Presidente Vladimir Putin - acreditava que logo tomaria a capital e Kiev se renderia. Na verdade, nós temos quatro anos de resistência e de bravura, claro que com muito sofrimento humano, claro que uma guerra indesejável, mas a Ucrânia não se dobrou.

E depois, diante desse cenário, a indagação que nós temos que fazer é: o que a comunidade internacional tem feito a esse respeito? Claro que temos muitas manifestações de solidariedade, temos muitas manifestações de apoio, mas os esforços internacionais não têm sido suficientes para pôr fim a esse conflito. As ajudas são importantes, mas também não foram suficientes para dar cabo a essa guerra.

Aqui faço essas reflexões também com o sentimento de autorresponsabilidade, porque o Brasil, que é um país relevante dentro da comunidade internacional, tem adotado uma posição muito tímida em relação a esse conflito. E aqui me refiro especificamente ao atual Governo Federal, que, na prática, fala pelo país e, no entanto, não tem adotado uma linha dura, uma postura dura de questionamento em relação à responsabilidade pela guerra, que é toda da Rússia, que é aquela área que não admite zonas cinzentas. Nós temos que ter juízos claros, e o juízo claro aqui tem que ser de condenação de uma guerra de agressão, algo que não cabe mais - não deveria, pelo menos, caber nos nossos tempos modernos.

Gostaria também de registrar que, apesar dessa posição errada do atual Governo brasileiro nesta matéria, fato é que muita gente aqui dentro do Brasil tem um sentimento contrário, que é solidário ao povo ucraniano. Eu venho, em particular, de um estado - o Estado do Paraná - que tem uma grande comunidade de descendentes de ucranianos. E falo por mim, porque são meus sentimentos verdadeiros em relação a essa condenação da guerra, mas falo também por ele, já que sou representante daquele estado: o repúdio a todo esse cenário que nós vislumbramos hoje.

Gostaria, Sr. Vlasenko, que o meu Governo tivesse uma posição mais clara em relação a esse tema de condenação inequívoca da agressão russa. Não é essa a situação no momento, mas quero deixar evidenciado que não é essa a nossa posição; nem minha, nem do Senador Arns e nem da maioria da população brasileira, que sempre cultivou a paz, sempre entendeu que a soberania de cada país deveria ser preservada e que uma guerra de agressão não é algo compatível com

3/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

uma comunidade internacional que se pretende liberal e democrática. Então, esse é o sentimento da população brasileira, e creio que nós o estamos vocalizando de uma maneira correta, apesar da posição equivocada do nosso Governo.

Gostaria, assim como todos, que esse conflito pudesse ser encerrado em breve e que se pudesse alcançar uma paz a mais justa possível. Não sei se isso irá acontecer dentro do cenário internacional, mas eu tenho certeza de que o povo ucraniano e a Ucrânia estão fazendo a sua parte para alcançar esse resultado.

Registro, por fim, mais uma vez, a minha solidariedade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradeço ao Senador Sergio Moro.

Teremos agora a exposição de algumas pessoas. Solicito que cada convidado a falar possa fazer uso da palavra de cinco a dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida também, eventualmente, a outros inscritos, para fazerem comentários ou alguma pergunta.

Passo agora a palavra aos convidados que participam remotamente da reunião.

Em primeiro lugar, a Sra. Embaixadora Oksana Dramaretska, Diretora da Secretaria da América Latina do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia. Seja muito bem-vinda, Embaixadora.

A SRA. OKSANA DRAMARETSKA *(Por videoconferência. Tradução simultânea.)* - Muito obrigada.

Presidente, senhoras e senhores, hoje, no dia 24, faz quatro anos que nós estamos vivendo com a invasão da Rússia em que nós, os cidadãos, estamos nos sacrificando, e a nossa soberania, a nossa liberdade tem sido atacada.

Nós lembramos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - *Excuse me for interrupting you, Oksana. We just want to see if we can also... We are listening what you are saying, but we cannot see you here. (Pausa.)*

Ah, sim. Vão colocar a imagem. O.k.

So, could we start again?

A SRA. OKSANA DRAMARETSKA *(Por videoconferência. Tradução simultânea.)* - Muito obrigada, Presidente.

Bem, nesta data solene...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - *It's o.k. now. Thank you. Excuse us for interrupting you.*

A SRA. OKSANA DRAMARETSKA *(Por videoconferência. Tradução simultânea.)* - Este é um aniversário solene em que celebramos o nosso compromisso com uma paz justa. E eu gostaria de apresentar a minha gratidão ao Senador, como representante no Senado do Paraná, um estado do Brasil que tem uma grande comunidade de ucranianos.

E é um dia em que também nesta Comissão de amizade do Parlamento do Senado... Este grupo, que existe na Câmara dos Deputados e também no Senado, desde 2023, tem estreitado o nosso diálogo parlamentar. Apesar disso, temos alcançado uma dimensão estratégica do nosso relacionamento. E o Senador Arns me pediu para construirmos um diálogo, uma agenda de diálogos, de debate, para discutir a questão das regiões de Luhansk e Donetsk e todas as questões relacionadas à Ucrânia, à América Latina, ao Brasil, e isso é muito importante neste ambiente de diálogo interparlamentar.

Eu também gostaria de mencionar e agradecer ao Senado do Brasil por demonstrar essa amizade, por nos receber, pela participação da Ucrânia no Brasil em 2024, e trazer as mensagens de solidariedade e de amizade para a Ucrânia neste momento tão difícil da nossa história.

Também gostaria de me congratular aqui ao Senador Sergio Moro pela visita e também por toda essa construção do diálogo que ocorreu aqui, também com a nossa embaixada em Brasília, o que nós apreciamos muito, e todas as questões desse relacionamento entre a Ucrânia e toda essa política internacional para a América Latina. Nessas questões de relações internacionais para a América Latina e o Caribe, nós buscamos diversas embaixadas, como no Panamá e também no Uruguai, e outras embaixadas também na região estão em processo de estabelecimento.

Também gostaria de mencionar aqui a adoção no Senado, em 2025, de uma moção de solidariedade à Ucrânia, que foi patrocinada pelo Senador Arns. E eu agradeço pela sua liderança destacada. Isso tem sido de grande contribuição. A sua dedicação tem sido importante para conseguir a maioria das assinaturas necessárias para a promoção dessas moções.

E a mensagem mais importante dessa resolução permanece válida hoje ainda: o Brasil pode contribuir para o desenvolvimento desse conflito e para a resolução dele para alcançar a paz. E há os esforços do Itamaraty também - eu gostaria de mencionar -, que tem se empenhado para alcançar, trazer o lado russo para a negociação e para a preservação de vidas.

4/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E, como 20 mil crianças ucranianas já estão desaparecidas e têm sido objeto de discussões nesses diálogos relacionados à outra parte... Também, a Rússia tem promovido a captura de famílias e mandado essas famílias para campos de reeducação. Todas essas são questões que ferem a humanidade, ferem os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana...

(Soa a campanha.)

A SRA. OKSANA DRAMARETSKA *(Por videoconferência. Tradução simultânea.)* - ... e hoje todos esses desafios permanecem uma realidade.

Hoje, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução para condenar a invasão de escala completa pela Federação russa e tem condenado toda essa violência perpetrada pelos soldados contra soldados e contra a população civil também.

Hoje, nós estamos não só no momento de lembrança, mas também de reflexão. A Ucrânia não está atrás de uma guerra interminável, ela busca uma paz, mas busca uma paz baseada no direito internacional.

Eu agradeço a vocês pela sua solidariedade e por esse contínuo apoio. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradecemos pela participação, Oksana Dramaretska.

Em seguida, passamos a palavra ao Sr. Embaixador do Brasil na Ucrânia, Rafael de Mello Vidal. Seja também muito bem-vindo a este evento, Sr. Embaixador.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL *(Por videoconferência.)* - Muito obrigado, Senador. Ouvem-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Sim, perfeito.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL *(Por videoconferência.)* - Imagem e som?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Sim, estamos vendo e ouvindo.

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL *(Por videoconferência.)* - Tá, muito obrigado.

Em primeiro lugar, faço uma saudação especial aos Senadores Flávio Arns e Sergio Moro, que prestigiam este ato tão importante, no dia 24 de fevereiro, em tributo aos quatro anos da invasão em grande escala da Ucrânia.

Saúdo também os meus colegas e amigos: Oleg Vlasenko, com quem estive aqui em Kiev antes de sua partida a Brasília; Embaixadora Oksana Dramaretska, com quem mantemos fluido contato; Paul Grod, Presidente do Congresso Mundial dos Ucranianos; e Vitorio Sorotiuk, Presidente da comunidade ucraniana no Brasil, ou do Congresso Mundial de Ucranianos no Brasil.

Saúdo especialmente também meus colegas do corpo diplomático, embaixadores presentes. Eu me furtarei a citar todos, porque o grupo é grande e muito significativo nesta data.

Senador, se me permitir, eu tentarei falar brevemente. É difícil falar brevemente sobre a relação do Brasil com a Ucrânia, mas eu tentarei ser breve, fazendo um apanhado geral da situação das conversas de paz ora em curso, ou seja, da negociação diplomática, da posição do Brasil e da relação bilateral. Tentarei ser o mais breve possível.

O momento atual é de um processo negociador em curso, que vem sendo conduzido, desde maio do ano passado, pela nova administração norte-americana, pelo Presidente Donald Trump. Inicialmente esse processo se deu de forma bilateral, em reuniões que se retomaram em Istambul.

Neste ano, a grande novidade é que o processo negociador passou a ser trilateral, com o envolvimento de Ucrânia, Rússia e Estados Unidos.

Existem grandes expectativas. Evidentemente há versões distintas sobre o que esperar dessas conversas de paz. Na minha forma de ver, observando a realidade da guerra e do processo negociador desde setembro de 2024, nunca se esteve tão perto de uma negociação de paz que leve em consideração as condições da Ucrânia, digamos, as questões territoriais, que são muito sensíveis para a Ucrânia, as questões de garantias. E é possível que a gente possa ter algum resultado ainda neste primeiro semestre.

Agora há pouco, eu examinava as notícias, e aparentemente o Presidente dos Estados Unidos estaria pensando em convocar uma grande reunião em nível de chefes de Estado para as próximas semanas, em que vários acordos que estariam sendo negociados nessa última rodada trilateral, que se iniciou em Abu Dhabi e se deu, mais recentemente, em Genebra, poderiam ser acordados.

Enfim, eu gostaria de fazer um apanhado muito breve sobre a posição do Brasil em relação ao processo negociador. O Brasil, desde o início, vem defendendo uma solução diplomática para a guerra na Ucrânia, o que é condizente com os

5/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

nostros princípios fundamentais de política externa, entre os quais, a defesa do multilateralismo, da arbitragem, do direito internacional, tanto para dirimir contenciosos, quanto para terminar conflitos.

O Brasil condena vivamente o empoderamento do uso da força em quaisquer cenários, tanto na guerra contra a Ucrânia, quanto nos demais conflitos existentes, evidentemente porque essa posição busca levar em conta o precedente perigoso que o empoderamento do uso da força representa para países como a Ucrânia, que advogaram pelo desarmamento, aderiram ao processo de desarmamento e de defesa das instituições multilaterais, em vez de advogar pelo fortalecimento militar e pelo processo de dissuasão militar, em contrapartida ao desarmamento e ao multilateralismo.

Sabemos todos dos acordos de Budapeste, que levaram ao desarmamento da Ucrânia, e o Brasil também aderiu a um processo de desarmamento, assinou e aderiu ao Tratado de Não Proliferação, um país que advoga pela solução pacífica de controvérsias e assim construiu a sua história. Senadores, nós construímos a nossa história com base no tratamento, pelo direito internacional, de todas as questões territoriais do país a ponto de estarmos há 155 anos em paz com os nossos vizinhos e a última guerra da qual participamos foi a Segunda Guerra Mundial, em apoio aos aliados contra o nazismo.

Portanto, o Brasil atua, na sua política externa e na política para a Ucrânia, como atua a nação brasileira, um país que está à frente do sistema multilateral, da defesa do direito internacional.

E, em relação à guerra da Ucrânia, é preciso ter em mente que o Brasil, no quadro moral, condenou a invasão desde o início, advoga pela soberania e integridade territorial ucraniana, aprovou a instalação da Assembleia Geral Extraordinária que tratou, em seguida à invasão de 2024, das várias resoluções que definem os parâmetros legais e o apelo da comunidade internacional pela defesa da integridade e soberania da Ucrânia, pelo fim da guerra e pela solução pacífica desta guerra.

Não vou citar aqui todas, mas as resoluções basicamente advogaram pela defesa da integridade e soberania territorial da Ucrânia, apelaram ao recuo das tropas russas do país, não reconheceram os referendos nos territórios ocupados e advogaram pelo tratamento da questão humanitária e pela defesa do direito internacional. Mais recentemente, também assinamos a resolução sobre Chernobyl, que contém expressões muito claras sobre a soberania e independência da Ucrânia, resoluções na AIEA também, com apelos à defesa da integridade territorial ucraniana e da soberania e da segurança nuclear.

Portanto, no terreno moral, nós adotamos uma postura de condenação da invasão. No terreno militar, somos neutros, mas no terreno moral não.

Em relação à guerra e à solução pacífica de controvérsias, o Brasil foi à frente e apresentou, juntamente com a China, ao abrigo das Nações Unidas, uma engenharia que busca criar as condições de confiança necessárias para se chegar ao fim das hostilidades, ao cessar-fogo. É um entendimento comum de seis passos, conjuntamente com a China, que é aberto a adesões no Grupo de Amigos para Paz e que advoga por princípios no cessar-fogo, na verdade muito semelhantes àqueles que estão sobre a mesa hoje e que são de interesse, digamos, do Governo ucraniano, que seriam, no momento, o fim das hostilidades na linha de contato, a não ampliação do conflito e o tratamento da questão da segurança nuclear em linha com o processo de cessar-fogo, o plano de cessar-fogo, que o Governo da Ucrânia hoje busca fazer valer nas negociações políticas em curso.

O Brasil, nesse sentido, através da proposta do Grupo de Amigos para Paz, busca defender o seu papel como um mediador ou como um facilitador no processo de paz entre os dois países. Isso se deu também com manifestações diretas do Presidente da República ao Presidente Vladimir Putin, em maio do ano passado, quando esteve em Moscou, momento em que o Presidente apelou ao Presidente da Federação da Rússia para que aderisse ao cessar-fogo proposto pelo Governo ucraniano e fez um apelo pela retomada - "retomada" porque se deram inicialmente em Istambul em 2022, não foram adiante - das conversas diretas de paz, o que acabou acontecendo logo em seguida.

Temos que lembrar que o próprio Presidente da Federação da Rússia, quando convocou as primeiras conversas de paz diretas para Istambul, enalteceu o papel da China, do Brasil, dos Estados Unidos nessas gestões pela retomada das conversas diretas entre os dois países.

Neste momento, o Brasil apoia... Apesar de ter uma engenharia que defende o cessar-fogo e o diálogo entre as partes, no Grupo de Amigos para Paz, o Brasil não deixa de apoiar qualquer iniciativa conducente ao fim das hostilidades, tendo em vista que uma solução militar pode prolongar o conflito por muito tempo e o sofrimento da população ucraniana - na verdade, a tragédia humanitária que a guerra representa, também quando nos referimos às perdas, não apenas civis, mas também militares, dos dois lados. Enfim, neste momento, portanto, nós apoiamos as conversas sendo conduzidas por Washington, sem deixar...

(Soa a campanha.)

6/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. RAFAEL DE MELLO VIDAL (*Por videoconferência.*) - ... de estar sempre à disposição de Kiev e de Moscou para qualquer processo de facilitação ou de mediação que possa colocar fim às hostilidades.

Uma palavra rápida sobre a relação bilateral: o Brasil desenvolve eixos importantes - político, humanitário, cidadão e nas áreas de saúde, energia, comércio e investimentos - com a Ucrânia. A nossa parceria estratégica de 2009 prevê o aprofundamento do diálogo de alto nível. Nós temos buscado fomentar esse diálogo, que se retomou mais recentemente com a visita parlamentar que foi mencionada, em novembro de 2024. Saúdo aqui o Senador Sergio Moro, que esteve em Kiev junto com outros colegas Senadores naquele momento. O diálogo parlamentar faz parte da parceria estratégica, como todos nós sabemos, porque envolve o diálogo interinstitucional.

Depois disso, nós fomentamos o diálogo entre os Presidentes. Houve um encontro entre o Presidente Lula e o Presidente Zelensky, em setembro do ano passado, nas Nações Unidas. Esse encontro seria repetido em Belém, na COP 30, mas lamentavelmente o Presidente Zelensky não pôde deixar a Ucrânia naquele momento, diante do agravamento da situação na região de Pokrovsk, em Donetsk.

Os nossos Ministros de Relações Exteriores mantiveram ao menos seis contatos diretos, sejam presenciais, em pelo menos duas ocasiões, e outros em conversas telefônicas.

Há uma expectativa de uma possível visita, um encontro ministerial nas capitais, provavelmente em Kiev, estamos trabalhando nesse sentido, ainda no primeiro semestre.

Temos uma coordenação multilateral bastante forte, apoios conjuntos em candidaturas importantes, a mais recente foi o apoio ucraniano à Autoridade dos Fundos Marinhos do Brasil e o nosso apoio à candidatura da Ucrânia na Unesco, ao Conselho da Unesco, ao assento no Conselho da Unesco.

O Vice-Ministro da Saúde da Ucrânia esteve no Brasil recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Sr. Embaixador, é só pelo tempo também...

O SR. PRESIDENTE (Rafael de Mello Vidal. *Por videoconferência.*) - Sim. Já vou terminando, apenas para dizer que estamos muito fortes buscando esses eixos de cooperação humanitária na área de saúde, de energia, biodiesel, no eixo político com a atuação do Brasil como facilitador no processo de paz e no Grupo de Amigos da Paz.

No eixo humanitário, estamos trabalhando agora a remessa de geradores, inclusive junto com a Argentina, em uma operação que seria do Mercosul, em apoio à crise energética no país.

E, em comércio e investimentos, uma missão empresarial está prevista para ocorrer nesse primeiro semestre.

Enfim, a data é muito significativa: dia 24 de fevereiro. Hoje, aqui se celebrou essa data com uma conferência importante, a Conferência YES, em que estiveram presentes diversas autoridades internacionais, inclusive com a participação do Brasil.

Seguiremos nessa trilha da busca incessante de contribuir para uma solução pacífica para a guerra na Ucrânia, desde o Presidente da República até o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador da Ucrânia, com o apoio da diplomacia parlamentar que é fundamental nesse processo.

Muito obrigado e pedindo minhas desculpas por ter me estendido um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradeço ao senhor, Sr. Embaixador Rafael de Mello Vidal.

Passo em seguida a palavra ao Sr. Paul Grod, que é Presidente do Congresso Mundial dos Ucranianos.

O SR. PAUL GROD (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) - Boa tarde a todos, representantes da comunidade ucraniana e demais membros da sociedade civil. Estou honrado em estar aqui com vocês hoje.

Distinto Senador Flávio Arns, agradeço por sua iniciativa e liderança na realização destas importantes audiências. Esse é o tema da nossa reunião de hoje. Isso coincide também com uma ação global sob a liderança...

Eu tive o privilégio de conhecer muitos de vocês durante a minha visita em 2024, quando o Senador me convidou para comparecer ao Brasil juntamente com o Sr. Vitorio, e me reconheceu nessa Casa do Brasil. Eu tenho gratidão pela amizade e pelo respeito.

Hoje, eu apareço como Presidente do Congresso da Ucrânia, uma organização representando 25 milhões de ucranianos que vivem em mais de 80 países - mais de 600 ucranianos no Brasil, cujas famílias já moraram aqui por vários anos e que têm contribuído para a prosperidade do Brasil.

O Brasil e a Ucrânia são distantes geograficamente, mas estamos unidos pelos nossos valores e nossos povos.

Em dezembro de 1981, muitos ucranianos lutaram pela paz. O Brasil reconheceu isso imediatamente, foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Ucrânia, a soberania da Ucrânia naquele momento decisivo.

7/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Em 1984, nós, voluntariamente, entregamos o nosso arsenal nuclear, isso acordado pelos Estados Unidos, Reino Unido e Rússia.

De acordo com as... Hoje, muitos ucranianos fazem uma escolha principalmente contra a Rússia. Eles entendem que a maior parte... os russos não podem ser... não se pode confiar nos russos. Essa guerra começou em 2014, quando houve uma invasão completa... *(Pausa.)*

E hoje os ucranianos estão defendendo a sua casa, as suas famílias, e nós defendemos a dignidade e a nossa liberdade. Os russos têm travado ataques sem precedentes à nossa infraestrutura e às nossas cidades, para destruir as nossas vidas e destruir todas as nossas vilas.

Eu também gostaria de mencionar não só com desespero, mas também com clareza: a Ucrânia não criou essa guerra. Os riscos... essas ações se convertem como convite para novas escaladas e novas ações de violência, mas aquela pessoa que pode ficar como tendo autorizado essa força agressora a entrar e agredir... isso está em desacordo com todos esses princípios de direito internacional, inclusive os do Brasil, defendidos pelo Brasil e pelas Nações Unidas.

Nós vemos várias ações de apoio financeiro à ação agressora. E um prognóstico positivo para a resolução desse conflito tem que ser buscado, e nós estamos vendo situação... todas essas ações de injustiça sendo travadas contra o nosso país, todos os crimes de guerra cometidos contra o nosso país. E nós buscamos também o retorno seguro e breve das crianças que foram capturadas e sequestradas no nosso território.

E não temos dúvida de que o povo ucraniano vai prevalecer e vai ser mantido. Nós temos que ver de que lado nós gostaríamos de estar: do lado da agressão ou do lado da razão, do lado da paz.

Eu, respeitosamente, conclamo o Congresso Nacional a continuar preservando esses princípios da Carta das Nações Unidas, também defendidos pelo Brasil.

Eu agradeço ao Brasil por ter apoiado. Eu chamo, conclamo que o Brasil possa aderir a esse movimento, a esse clamor das instituições internacionais ao retorno dessas crianças que foram sequestradas para as suas famílias na Ucrânia.

Eu agradeço pela sua liderança e pela sua solidariedade e pelo seu comprometimento com a paz internacional e para a lei internacional, o direito internacional. Eu agradeço muito a vocês. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Muito obrigado, Paul Grod, Presidente do Congresso Mundial dos Ucranianos. Foi um prazer revê-lo também, depois de sua visita ao Brasil, onde estivemos juntos em reuniões.

Passo, em seguida, a palavra, com prazer e muita honra, ao Sr. Oleg Vlasenko - ao meu lado aqui -, Encarregado de Negócios da Ucrânia no Brasil.

O SR. OLEG VLASENKO - Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, Exmo. Presidente do Grupo Parlamentar do Senado Ucrânia-Brasil, Exmos. Membros do Grupo de Amizade Brasil-Ucrânia, Exmos. Embaixadores - são tantos que não posso cometer o erro de não mencionar algum dos presentes, mas nos conhecemos e eu me sinto muito agradecido a vocês pela presença -; ao mesmo tempo, muito obrigado a meus colegas e amigos de outras embaixadas. É um fato e um sinal muito bom a favor da Ucrânia. Obrigado.

Queridos amigos da Ucrânia, hoje é o dia 24 de fevereiro do ano de 2026. Completam-se quatro anos desde que se iniciou a invasão em grande escala da Federação Russa contra a Ucrânia; quatro anos da luta pelo direito de viver em liberdade e escolher o próprio caminho de desenvolvimento e de preservar a nossa cultura, a nossa língua e a nossa soberania. Para a Ucrânia, esta data não é apenas um dia de luto, é um dia de dignidade, resiliência e unidade. Ao longo desses anos, o povo ucraniano demonstrou que não será quebrado. Defendemos não apenas o nosso território, defendemos os princípios do direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas, em especial a soberania, a integridade territorial e a inviolabilidade das fronteiras.

Senhoras e senhores, a Ucrânia valoriza profundamente a oportunidade de falar hoje, aqui, nesta Casa, no âmbito do grupo, representando o Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Ucrânia, o corpo diplomático e amigos da Ucrânia. Isso demonstra que, mesmo em tempos geopolíticos complexos, o diálogo continua sendo a base das relações internacionais.

O Brasil é um ator global relevante, uma nação com voz influente na América Latina e no mundo. Respeitamos o empenho brasileiro em promover a paz. A Ucrânia também deseja uma paz justa, duradoura, fundamentada no direito internacional, e não na força das armas. A paz não pode significar recompensa ao agressor. A paz não pode significar um conflito congelado que mantenha milhões de pessoas sob ameaça. A paz deve significar a restauração da justiça.

Hoje, milhões de ucranianos continuam vivendo sob o risco de ataques com mísseis. Eu quero mostrar o terrível som que, durante quatro anos, escutam os ucranianos. Este é o som que, durante quatro anos, escutam os ucranianos.

8/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. OLEG VLASENKO - Eu despertei no dia 24 de fevereiro do ano de 2022 com esse som. A filha do meu amigo nasceu no mesmo dia. Agora, tem quatro anos. Podem imaginar uma criança que não conhece o tempo da paz? Ela nasceu no período da guerra, e espero muito que, para ela, a guerra termine logo.

Milhares de crianças foram deportadas; cidades, infraestruturas energéticas, escolas e hospitais foram destruídos. Ainda assim, a Ucrânia continua funcionando, implementando reformas, sustentando a economia, exportando alimentos, contribuindo para a segurança alimentar global, inclusive para países do Sul Global. Acreditamos que o Brasil pode desempenhar um papel importante na promoção de iniciativas humanitárias, como o retorno das crianças ucranianas ilegalmente deportadas, a liberação de prisioneiros da guerra, a garantia da segurança nuclear e alimentar, o apoio à liberdade de navegação.

Eu gostaria também de destacar os laços humanos entre os nossos povos. Na Ucrânia, vive uma comunidade brasileira e, no Brasil, existe uma ativa e numerosa diáspora ucraniana há 135 anos. Precisamente em outubro deste ano, vamos festejar essa data. Elas integram a sociedade brasileira, trabalhando em muitas gerações. Nossos povos compartilham tradições cristãs: respeito à família, dedicação ao trabalho, fé no futuro.

Queridos amigos, quatro anos de guerra transformaram a Ucrânia. Tornamo-nos mais fortes, mais unidos e mais integrados à comunidade internacional. Permanecemos abertos ao diálogo desde que haja respeito à nossa soberania. Dirijo-me hoje a V. Exas. com um pedido: apoiem os princípios do direito internacional, apoiem as iniciativas humanitárias, apoiem os esforços diplomáticos que conduzam a uma paz justa e, acima de tudo, não permitam que o agressor se torne uma nova norma, que a agressão não se torne norma das relações internacionais.

A Ucrânia resistirá. A Ucrânia se reconstruirá. A Ucrânia será um próspero confiável do Brasil na agricultura, na tecnologia, na educação, na inovação e no intercâmbio cultural.

Eu agradeço muito ao Senado pela oportunidade de sermos ouvidos hoje e, pessoalmente, ao Sr. Presidente, Senador Flávio Arns.

Agradeço a todos os presentes, ao povo ucraniano, aos amigos da Ucrânia. Muito obrigado.

Slava Ukraini, slava Brazylii! Glória à Ucrânia, glória ao Brasil!

Muito obrigado pela sua atenção, seu apoio e solidariedade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Temos a certeza de que muitos embaixadores e pessoas dos corpos diplomáticos gostariam de se expressar em solidariedade à Ucrânia.

Nós vamos passar a palavra para três embaixadores. Em primeiro lugar, ao Embaixador da Noruega, Kjetil Elsebutangen - uma hora eu acerto o nome. Mas seja muito bem-vindo e parabéns! Eu já tinha dado os parabéns, antes desta reunião, pela participação da Noruega no programa espacial acontecido em Sydney, Austrália, quando a Noruega se posicionou de maneira veemente a respeito da guerra e os problemas que a guerra vem trazendo para o país - o medo, a insegurança. Eu já tinha dado os parabéns, mas, novamente, parabéns também pelas medalhas olímpicas! *(Risos.)*

Então, com a palavra o Sr. Embaixador.

O SR. KJETIL ELSEBUTANGEN - Muito obrigado, prezado Senador Flávio Arns, prezado Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, Oleg Vlasenko, outros representantes do Governo ucraniano, prezados membros do Congresso Nacional, demais autoridades, colegas do meio diplomático, senhoras e senhores.

Primeiramente, quero agradecer ao Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia e ao Senador Flávio Arns por organizarem este evento tão importante e simbólico. É uma honra participar neste evento, marcar o quarto aniversário da invasão em grande escala contra a Ucrânia. A guerra da Rússia contra a Ucrânia começou oito anos antes disso, com a invasão da Península da Crimeia, em 2014.

A Noruega apoia total e firmemente a Ucrânia. Em solidariedade ao povo ucraniano, o Primeiro-Ministro da Noruega está em Kiev hoje, junto com outros líderes europeus. Como outro símbolo de nosso apoio, a Embaixada da Noruega aqui em Brasília está, hoje, iluminada nas cores da bandeira ucraniana.

A Rússia violou e continua violando a integridade territorial da Ucrânia e a Carta da ONU. Com isso, demonstra desrespeito à ordem baseada em regras e ao sistema multilateral.

Em contraste com a Rússia, a Ucrânia exerce seu direito à legítima defesa. Está lutando não apenas por sua própria sobrevivência, mas pelos princípios que nos unem e estão consagrados na Carta da ONU e no direito internacional: soberania, liberdade e o Estado de direito. Os esforços heroicos do povo ucraniano ao longo de quatro anos de horror são

9/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

impressionantes: vidas foram perdidas, famílias separadas, crianças sequestradas, casas e infraestrutura foram destruídas. Ainda assim, a luta da Ucrânia pela liberdade continua.

É fundamental para a segurança europeia que a Ucrânia vença. Não podemos permitir que a Rússia molde a ordem de segurança na Europa pela força. O desfecho da guerra terá efeitos profundos e duradouros sobre a segurança europeia e transatlântica. Uma paz duradoura para a Ucrânia é uma condição prévia para segurança e estabilidade. A forma como essa guerra terminar terá imensas implicações globais, já que o direito internacional e os princípios de integridade territorial e soberania estão em jogo.

A esse respeito, quero enfatizar que é fundamental que a Carta da ONU e o direito internacional sejam aplicados de forma consistente. Violações têm que ser denunciadas independentemente de onde aconteçam, seja na Ucrânia, em Israel e Palestina, na Venezuela ou no continente africano.

Senhores e senhoras, o povo ucraniano precisa de paz. Tem direito a viver em paz. Como podemos chegar a esse ponto? Antes de tudo, quero destacar que a Rússia pode escolher encerrar a guerra hoje, e convocamos a Rússia a fazê-lo.

Para alcançar a paz, a Noruega apoia a Ucrânia nas negociações em andamento por meio da nossa participação na chamada Coalizão dos Dispostos. O envolvimento americano é importante para promover progresso no processo. A Ucrânia demonstra grande disposição para negociar, mas a Rússia está impedindo. Devemos continuar pressionando a Rússia por meio de sanções. Não pode haver negociações de paz sobre a Ucrânia sem a Ucrânia ou a Europa. Qualquer solução deve ser justa, duradoura e garantir a total independência, soberania e a liberdade da Ucrânia para escolher seu próprio caminho, incluindo suas alianças, tanto agora quanto no futuro.

Uma paz justa e duradoura só pode ser alcançada, nos termos da Ucrânia, por meio do vigor, não da submissão. Qualquer acordo deve estar alinhado com os interesses de segurança da Ucrânia e de salvaguarda da segurança europeia. Uma nova agressão russa deve ser impedida, por isso garantias de segurança são fundamentais.

Como parte das garantias de segurança, a Noruega já confirmou que está disposta a contribuir com um esforço internacional para garantir a paz na Ucrânia. É importante enfatizar que isso só é relevante quando um cessar-fogo confiável estiver em vigor. A garantia de segurança mais importante é que a própria Ucrânia possui uma defesa forte. Portanto, o mais relevante que podemos fazer para garantir a segurança da Ucrânia é contribuir para o treinamento e o fortalecimento das Forças Armadas ucranianas. É aqui que acontecerá a principal contribuição da Noruega.

Enquanto os esforços de paz continuam, a Europa e outros países precisam fazer mais, em todas as áreas, para garantir o futuro da Ucrânia. Muitos países já estão contribuindo com vários tipos de apoio. A Noruega lançou o maior esforço de apoio para um país em guerra na história norueguesa, o chamado Programa de Apoio Nansen para a Ucrânia. Nós nos comprometemos a contribuir com aproximadamente R\$73 bilhões no período de 2023 até 2030. Este ano, vamos fornecer aproximadamente R\$38 bilhões em apoio militar e R\$8 bilhões em apoio civil e humanitário.

Senhoras e senhores, agradecemos os esforços do Brasil para buscar a paz e agradecemos a atenção das autoridades brasileiras à guerra, inclusive em eventos como este. Incentivamos o Brasil a usar ativamente seus contatos, tanto com a Rússia, quanto com a Ucrânia, para avançar a causa da paz. Como um defensor firme do direito internacional, do multilateralismo e da solução pacífica de conflitos, e considerando seu papel no Sul Global e as boas relações diplomáticas com diversos países, acreditamos que o Brasil pode desempenhar um papel importante, tanto para facilitar o diálogo sobre dimensões humanitárias da guerra, quanto para contribuir para uma paz duradoura.

Para finalizar, permita-me reiterar que a Ucrânia não está apenas combatendo a agressão russa. Eles também estão defendendo os valores e os interesses compartilhados por todas as nações fundamentadas nos princípios da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito, inclusive pelo Brasil e pela Noruega. Defender a Ucrânia significa defender o direito internacional e a liberdade humana.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradeço ao Sr. Embaixador da Noruega.

Passo em seguida a palavra ao Sr. Embaixador da Polônia, Andrzej Cieszkowski.

O SR. ANDRZEJ CIESZKOWSKI - Exmo. Sr. Flávio Arns, Presidente do Grupo Brasil-Ucrânia...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - V. Exa. me desculpe, eu estou sendo indelicado.

Aqui quero apresentar também a Senadora Damares Alves, aqui de Brasília, ela é muito bem-vinda, solidária com todos os aspectos humanitários, e o Senador Jorge Seif, do Estado de Santa Catarina, também igualmente batalhador nessas áreas que estão sendo abordadas aqui nesta reunião.

V. Exa. me desculpe.

10/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. ANDRZEJ CIESZKOWSKI - Sim, sim!**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Com a palavra, Excelência.

O SR. ANDRZEJ CIESZKOWSKI - Exmo. Sr. Flávio Arns, Presidente do Grupo Brasil-Ucrânia, Exma. Sra. Senadora Damares Alves, Exmo. Sr. Senador Jorge Seif, Exmo. Sr. Senador Sergio Moro, que estava aqui, Exmos. Embaixadores e membros do corpo diplomático, prezados senhores, hoje, marcam-se quatro anos desde que a Rússia lançou sua agressão de grande escala, agressão brutal, injustificada e ilegal contra a Ucrânia, o seu país vizinho, mas ao mesmo tempo vizinho da Polônia e da União Europeia; quatro anos da guerra russa, que continua ameaçando a segurança europeia e global.

Agradeço cordialmente ao Sr. Senador Flávio Arns e ao Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia pela organização desta reunião, pois é de extrema importância demonstrar solidariedade à Ucrânia na defesa da sua independência da Rússia imperial, que a atacou. Autoridades russas negam ao povo ucraniano o direito à independência, negam a política interna e externa soberana da Ucrânia, incluindo a escolha sobre a integração com a Europa unida.

Nestes tempos difíceis, as democracias devem trabalhar juntas para construir e salvaguardar um mundo seguro e estável, baseado em princípios fundamentais do direito internacional, e não na força. É crucial indicar constantemente quem é o agressor e quem é a vítima dessa guerra, pois, como afirmou um dos laureados do Prêmio Nobel da Paz, a neutralidade favorece o agressor, nunca a vítima. Polônia e outros países da União Europeia defendem um cessar-fogo imediato e negociações que conduzam a uma paz duradoura e justa, justa para todos, mas, em primeiro lugar, para a vítima da agressão russa. Eu gostaria de sublinhar que, desde o primeiro dia da invasão, a solidariedade polonesa tem permanecido firme. A Polônia tem prestado assistência ampla, acolhendo a maior parte dos milhões dos refugiados ucranianos, fornecendo ajuda humanitária, mas também militar, financeira e econômica à Ucrânia e ajudando, através do nosso território, na passagem de mais de 90% da ajuda internacional de 40 países do mundo.

Recentemente, devido aos bombardeamentos e devastadores ataques russos contra a infraestrutura energética ucraniana, fornecemos apoio imediato na forma de geradores e unidades de energia, hoje, como foi mencionado pelo Embaixador da Noruega e pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Polônia, Radoslav Sikorsky, juntamente com representantes de 35 países da coligação dos dispostos, que está em Kiev para reafirmar o apoio contínuo à Ucrânia.

Com grande esperança, no fim da guerra e pensando no futuro da Ucrânia, neste ano será realizada, na cidade polonesa de Gdansk, a Conferência de Recuperação da Ucrânia. Um evento que será uma oportunidade para incentivarmos governos, instituições financeiras e empresas a desenvolver instrumentos e mobilizar recursos para a reconstrução da Ucrânia.

Por fim, gostaria de enfatizar que, como grandes defensores da independência da Ucrânia, ficamos muito satisfeitos e felizes em ver o povo brasileiro expressando aqui, no Parlamento e nas ruas das muitas cidades brasileiras, sua solidariedade à Ucrânia, vítima da hostilidade russa. E queria agradecer mais uma vez aos estimados Senadores por essa valiosa iniciativa desta audiência pública. O sofrimento e a coragem dos ucranianos não podem ser esquecidos.

Aproveitando também esta oportunidade, tenho a honra de dirigir-me a V. Exas. para convidá-los para a abertura de exibição fotográfica que será realizada no dia 3 de março, às 14h, no Senado, no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima. E esta exposição é uma apresentação do impacto devastador e destruidor da invasão russa na Ucrânia e um fruto do trabalho do reconhecido artista polonês Sr. Wojciech Grzendinski, que foi o correspondente da imprensa durante a guerra na Ucrânia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradecemos ao Sr. Embaixador da Polônia. Eu quero lembrar que, inclusive, é a segunda exposição que está sendo realizada aqui no Senado Federal já. Então, é um evento importante, no dia 3, a abertura dessa exposição.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Andreas Stadler, Embaixador da Áustria.

Com a palavra.

O SR. ANDREAS STADLER - Obrigado, prezado Sr. Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Ucrânia, Exmo. Senador Flávio Arns, prezada Senadora Damares Alves, prezado Senador Jorge Seif e caro colega Oleg Vlasenko, Encarregado de Negócios da Ucrânia no Brasil.

Excelências, caros colegas, após quatro anos de guerra, de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia, a Áustria, junto com os outros 26 membros da União Europeia, continua a demonstrar total solidariedade com este país assolado, um dos nossos vizinhos culturais da Europa Central.

11/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Estou muito feliz que os nossos colegas da Eslováquia, Eslovênia e Tchêquia e também o nosso colega, o Embaixador da República Sérvia, Aleksandar Ristic, estejam conosco aqui, para mostrar solidariedade.

A cidade de Lviv, no oeste da Ucrânia, que há pouco mais de cem anos era a capital da Galícia, fica a pouco mais de 600km a leste de Viena. Para os padrões brasileiros, isso é uma distância mínima.

Até agora, como já sentimos, esta guerra já causou centenas de milhares de mortos e feridos em ambos os lados. Quase toda a comunidade internacional, incluindo o Brasil, condena a Rússia por esta guerra de agressão na Assembleia Geral das Nações Unidas.

A Rússia pode e deve pôr fim a esta guerra hoje, ou o mais rapidamente possível. A Rússia pode acabar com esta guerra a qualquer momento por sua própria vontade, pois a Rússia não foi ameaçada nem atacada. A Ucrânia, por outro lado, defende o seu próprio território, que também é reconhecido pela Rússia. Se acabar com essa autodefesa, perderá a guerra e submeter-se-á ao seu vizinho neoimperialista.

No Brasil e na América Latina, as pessoas - vocês - sabem muito bem o que significa lidar com as ambições imperiais e geopolíticas de um grande vizinho. Vocês têm a sua própria experiência com golpes contra governos democraticamente eleitos, ditaduras e repressão e, por isso, têm uma empatia especial pela Ucrânia.

Já que estamos falando sobre isso, gostaria apenas de lembrar que a ascensão de Putin começou, entre outras coisas, quando ele recebeu - ou encomendou - o assassinato da então já famosa jornalista Anna Politkovskaya, em 7 de outubro de 2006, praticamente como um presente de aniversário. A Áustria está do lado da democracia e dos direitos humanos e não se esquece disso. Mesmo que a Áustria seja neutra, não somos indiferentes quando se trata de apoiar os nossos vizinhos e amigos, bem como o direito internacional. Como hoje está em Kiev a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e também representa todos os membros da União Europeia, a nossa Ministra, a minha Ministra das Relações Exteriores estava em Kiev no domingo passado. Também eu, como Embaixador da Áustria no Brasil, farei tudo o que estiver ao meu alcance para apoiar a Ucrânia na sua justa defesa.

Obrigado pela sua atenção.

Slava Ukraini! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Passo em seguida a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) - Sr. Presidente, muito obrigado. Quero parabenizar o senhor mais uma vez por esta audiência nesta data tão simbólica especialmente para a Ucrânia, que sofre essas violações já há quatro anos.

Quero cumprimentar o Sr. Oleg Vlasenko, que é o encarregado da Ucrânia no Brasil, a Embaixadora da República Tcheca, da Eslováquia, da Eslovênia, o Embaixador da Áustria, da Noruega, da Polônia, da Comunidade Europeia, senhoras e senhores presentes.

Hoje nos reunimos não apenas para recordar uma data, mas para reafirmar um princípio. Há quatro anos, o mundo assistia atônito ao início da invasão da Ucrânia; quatro anos de dor, de perdas humanas, de cidades devastadas, de famílias separadas; quatro anos que marcam, Senadora Damares, profundamente a geopolítica internacional e a consciência das nações livres, mas também são quatro anos de forte resistência - a resistência de um povo que decidiu defender a sua soberania, sua identidade, sua cultura e seu direito de existir como uma nação livre e independente. O Brasil é uma nação que historicamente defende a paz, o diálogo, a solução pacífica dos conflitos, mas defender a paz jamais pode significar ser indiferente diante da violação da soberania de um país ou da agressão contra civis inocentes.

Quero registrar, Sr. Presidente, de forma muito especial, a minha solidariedade ao povo ucraniano e ao Embaixador da Ucrânia aqui presente. A dor da Ucrânia não é apenas europeia, é uma dor humana de todos nós. No meu estado, em Santa Catarina, estado que represento no Senado Federal, temos uma comunidade ucraniana forte, trabalhadora e profundamente ligada às suas raízes. São famílias que ajudaram a construir o nosso estado com fé, trabalho e valores sólidos. Eles acompanham com apreensão cada notícia que vem de sua terra ancestral. E hoje, certamente, seus corações estão aqui representados. Santa Catarina, Sr. Presidente, como o senhor sabe, é exemplo de como povos diferentes podem prosperar juntos, preservando identidade, cultura e fé. A presença da comunidade ucraniana em nosso estado é testemunho vivo da contribuição que a imigração trouxe ao Brasil.

Neste momento, é fundamental reafirmar alguns pilares: o respeito à soberania das nações, a defesa do direito internacional, a proteção dos civis e o compromisso com a reconstrução e com a paz duradoura. Que esta data não seja apenas a memória de um conflito, mas um marco de reflexão para que o mundo compreenda que a força não pode substituir o direito, que a liberdade de um povo jamais deve ser tratada como moeda de negociação!

12/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Ao povo da Ucrânia, Sr. Presidente, nossa solidariedade; às nações aqui representadas, nosso respeito e reconhecimento pelo apoio humanitário, diplomático e econômico; e à comunidade ucraniana que vive aqui no Brasil, especialmente no meu Estado de Santa Catarina, nossa certeza de que vocês não estão sozinhos.

Que Deus conforte os que perderam seus entes queridos, que a paz prevaleça sobre a guerra e que a liberdade continue sendo um valor inegociável entre as nações!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradecemos ao Senador Jorge Seif pela presença e pela fala também, pela mensagem. *(Pausa.)*

Senador Hamilton Mourão, por favor.

Quero destacar a presença do Senador Hamilton Mourão, do Estado do Rio Grande do Sul. É uma honra também tê-lo aqui conosco.

Passo em seguida a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Presidente, boa tarde; Encarregado de Negócios da Ucrânia, Sr. Oleg, boa tarde; Srs. Embaixadores, Sras. Embaixadoras, todos os demais que estão neste Plenário, quem está nos acompanhando via TV Senado, via rede social do Senado, Senador Mourão, boa tarde.

Permitam-me, senhores, eu não tenho a obrigação de ser diplomaticamente correta. Essa função é dos senhores, não é minha. Então, me permitam falar do coração e me permitam trazer toda a emoção que eu sinto todas as vezes em que eu falo e penso na guerra entre Rússia e Ucrânia.

Em 24 de fevereiro de 2022, eu estava, nesse exato momento, em Genebra, como Ministra dos Direitos Humanos do Brasil, representando a nação brasileira, e houve o ataque. E havia uma apreensão muito grande de minha parte, mas aí os diplomatas em minha volta disseram assim: "É um conflito que vai acabar logo. Te aquietar! Em duas, três semanas, isso já acabou". Mas eu falava: "Mas duas, três semanas, é o suficiente para que crianças morram, para que mulheres morram, para que civis morram, para que uma nação seja destruída!". "Calma, Ministra brasileira! Isso vai passar logo".

Em novembro de 2024, eu estava na Ucrânia. Eu fui para a guerra. Eu fui e vi a guerra de perto - e aqui eu quero agradecer à Polônia pela forma como nos ajudou a chegar à Ucrânia, passando pela Polônia, com todo o apoio da Embaixada do Brasil na Polónia, da Polónia no Brasil. E eu estive lá, e eu vi a guerra de perto. Eu vi os soldados mutilados, eu vi os pais e mães chorando e eu me perguntava: "Como é que eu estou em novembro de 2024 e essa guerra não acabou ainda?". Eu vi a dor, eu vi o sofrimento, eu vi as mães gritando por suas crianças. Eu vi crianças que voltaram para a Ucrânia e não podiam estar com a família, porque a mente delas estava perturbada. Estavam em abrigos, sendo cuidadas até serem inseridas de volta nas suas famílias, porque a lavagem cerebral que fizeram em algumas crianças foi um absurdo.

Eu saí da Ucrânia chorando. Se eu chorei em 24 de fevereiro de 2022, eu chorei muito em novembro de 2024. E voltei determinada de que não seria omissa nem diplomaticamente correta ao falar dessa guerra. E assim tem sido neste Parlamento, sempre que possível tenho sido voz, às vezes incomodando o atual Governo, que para minha tristeza e decepção hoje, novamente, na ONU, decidiu pela abstenção. Que vergonha para o meu país! Mas eu quero deixar claro para os Srs. Embaixadores que aqui estão e para a Ucrânia que isso aqui não reflete - não reflete - o desejo e a manifestação da sociedade brasileira. O Brasil ama a Ucrânia. Eu vou repetir: a decisão de um Governo nem sempre é a decisão de uma nação. A nação brasileira ama o povo ucraniano e a nação brasileira quer paz na Ucrânia, mas eu quero mais que paz, eu quero glória para a Ucrânia e vou continuar gritando: glória para a Ucrânia!

A minha nação também, vergonhosamente, se absteve quando a ONU decidiu que as crianças deveriam ser devolvidas para a Ucrânia. Duas vergonhas para o povo brasileiro! E onde estão as crianças ucranianas? As crianças que foram levadas quatro anos atrás... Imaginem que essas crianças tinham oito anos de idade na época, elas estão com doze hoje. Onde estão essas crianças, se é que todas ainda estão vivas? O que fizeram com as crianças da Ucrânia?

E eu vim determinada a participar desse processo para que, no mínimo, a gente tivesse sucesso na devolução das crianças. E saímos por aí em busca de alternativa, lembra, Senador? Eu fui até à Embaixada do Catar com o Senador e perguntei ao Embaixador: "Ensine-nos o que fazer, como vocês fizeram para ajudar que algumas crianças fossem devolvidas para a Ucrânia. Ensine-nos para que a gente possa fazer no Brasil!".

Nós estamos, desde então, querendo ajudar o povo ucraniano. Estamos, desde então, querendo ajudar para que as crianças sejam devolvidas! E queremos, desde então, que um ditador sanguinário, assassino, pague pelos seus erros.

Vocês não precisam nem balançar a cabeça concordando comigo, mas eu tenho tribuna e eu vou falar: a Rússia tem, sim, um líder sanguinário, assassino, que colocou em risco a vida de milhões de crianças, de mulheres e de civis. E eu tenho

13/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

a honra de participar deste grupo e, enquanto tiver tribuna, voz e vida, estarei gritando pelo povo da Ucrânia. Contem conosco! Como eu gostaria que hoje não estivéssemos aqui falando de uma guerra que já se prolonga por quatro anos!

Deixe-me dizer uma coisa para vocês. Cresci ouvindo a minha mãe, filha de imigrante, e meu pai... Cresci ouvindo-os falar da Primeira e da Segunda Guerra. E eu dizia comigo: "Mas, se eu estivesse lá, eu teria feito alguma coisa pelas crianças que morreram na Primeira e na Segunda Guerra". Eu não estive na Primeira e na Segunda Guerra, mas eu estou aqui, agora. E o que eu estou fazendo pelas crianças da Ucrânia? Os meus netos e bisnetos vão dizer que a avó não foi omissa, que a bisavó não foi omissa. Estou no Parlamento. Se tiver que incomodar o Governo, incomodarei, mas sou voz de uma nação que ama a nação, que ama a Ucrânia. Sou voz de um povo que ama o povo ucraniano. Glória à Ucrânia! Cadeia para o Presidente da Rússia! Que Deus abençoe vocês!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradecemos à Senadora Damares Alves também pela mensagem contundente, forte, importante, verdadeira, colocada aqui nesta nossa reunião de solidariedade ao povo ucraniano, à Ucrânia, pela invasão, quatro anos da invasão da Ucrânia pela Rússia, em grande escala, que foi sempre a expressão utilizada na reunião, porque muitos fatos anteriores aconteceram, mas em grande escala, há quatro anos.

E foi interessante a expressão, "essa guerra vai acabar logo", porque o pessoal não conhecia, porque não queria conhecer, porque há registros históricos da força, da coragem, da resistência do povo ucraniano. Então, isso tem que ser, assim, bastante reconhecido.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

Antes de passar a palavra, depois, como última pessoa a externar a mensagem, ao Vitorio Sorotiuk.

Com a palavra, Senador. Seja muito bem-vindo! Que bom que estamos aqui reunidos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS) - Obrigado, Presidente, uma boa tarde. Boa tarde, representante da Ucrânia, Sr. Oleg, Sras. e Srs. Embaixadores, minha colega Senadora Damares.

É um momento difícil na história da humanidade, em que nós estamos vendo um conflito entre duas nações entrando no seu quinto ano, principalmente quando observamos todos os acontecimentos que ocorreram a partir do século XVII, no intuito de que nós tivéssemos um relacionamento pacífico e que a solução dos conflitos fosse feita pelas vias diplomáticas.

Fazendo um pequeno passeio aqui pela história e não querendo ensinar nada a pessoas que eu vejo aqui na minha frente, que têm grande conhecimento da história, mas sempre lembrando que vamos voltar lá a 1648, no final da Guerra dos Trinta Anos, quando ocorre a Paz de Vestfália, e aí se inicia realmente um relacionamento distinto entre os Estados-nação. Depois das Guerras Napoleônicas, em 1815, o Tratado de Viena dá outro diploma internacional e sempre tendo o ponto focal na Europa. Esse momento, esse acordo do Tratado de Viena dura até a Primeira Guerra Mundial. Temos aí, após a Primeira Guerra Mundial, a tentativa do Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, de estabelecer uma Liga das Nações como uma nova entidade capaz de trazer as diferentes nações para que, por meio de acordos e tratados, resolvessem as suas diferenças, o que não frutificou e acabou desembocando na tragédia que foi a Segunda Guerra.

A partir daquele momento, a Europa entendeu que tinha que tomar atitudes no sentido de que se buscasse uma paz duradoura, depois de todas as vidas que foram perdidas naquele conflito. E aí nasce a Organização das Nações Unidas, que completou 80 anos ano passado, mas nós vimos, pouco a pouco, o seu poder ser diluído, sempre lembrando que, quando ela se instalou, nós tínhamos em torno de 60, 70 países; hoje, são mais de 190 países representados na ONU e, cada vez que aumenta o número de representantes, fica mais difícil que a gente estabeleça, vamos dizer assim, consenso sobre os mais diferentes temas. Aí, entramos num período de desordem mundial.

Nesse pacote, há a figura do ditador da Rússia, do Vladimir Putin, com a sua visão, que nunca deixou de ser uma visão da Rússia, de expansão das suas fronteiras, seja porque julgam que a sua segurança está eternamente ameaçada, seja porque julgam que determinadas porções da Europa Oriental lhes pertencem, por razões históricas. A partir do início da segunda década deste nosso século, investe sobre a Ucrânia, e foi a isso que o Senador Flávio Arns se referiu - o conflito não nasceu no dia 24 de fevereiro de 2022; ele vem desde lá atrás, quando houve uma tentativa de colocar um governo títere dentro da Ucrânia, praticamente eliminando a vontade do povo ucraniano; posteriormente, com a invasão e a tomada da Crimeia; e, a partir daí, trabalhando de forma sub-reptícia, por meio de ações de desinformação, sabotagem e guerrilhas na região do Donbass, preparando aquilo que seria uma invasão que se considerava que em dois, três dias teria resolvido a questão. Nós vamos entrar no quinto ano de conflito, e a questão não foi resolvida.

O mundo, ou parcela dele, apoia decisivamente a luta do povo ucraniano contra essa invasão. É uma luta de Davi contra Goliath, mas esse Davi dispõe daquilo que eu chamo de a teoria do canivete: ele vem ferindo sustentadamente a barriga

14/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

do Golias. Hoje, nós temos mais de 1 milhão de baixas ocorridas entre mortos, feridos, prisioneiros e militares russos, o que é um problema para o país, e vemos o povo ucraniano resistindo bravamente.

Gente dos mais diversos países tem ocorrido para buscar participar dessa defesa, daquilo que a gente pode chamar de defesa da liberdade. Nós mesmos, brasileiros, temos um batalhão de voluntários combatendo em terras ucranianas, recentemente até escrevi sobre esse assunto. E vemos, digamos assim, as atrocidades que foram e vêm sendo cometidas, como ocorre em muitos conflitos, mas principalmente sobre a população civil, com ataques à infraestrutura do país, com capturas de crianças, como a Senadora Damares colocou muito claramente, aqui, e não vemos um momento em que uma paz que seja honrosa para o povo ucraniano possa ser atingida da forma mais rápida possível. Então, nos preocupa isso plenamente, porque, se nós voltarmos ao tempo da lei do mais forte, em que o mais forte impõe as suas razões, nós vamos perder tudo aquilo que, como humanidade, conquistamos ao longo dos últimos quatro, cinco séculos; teremos perdido isso - essa é uma preocupação que nós temos!

Também, assim como a minha amiga Senadora Damares, sinto vergonha da posição que o nosso Governo - não é o Estado brasileiro, mas o atual representante do Estado brasileiro - tomou na reunião da ONU de se abster em relação à resolução que foi passada no dia de hoje. Não é uma posição que um país do tamanho do Brasil e que procura ter uma influência no concerto das nações possa tomar. A gente não pode se omitir, a gente tem que ter um lado. E o nosso lado tem que ser o lado da verdade, o lado da liberdade e o lado da justiça, que é o lado do povo ucraniano.

Como militar da reserva, acompanho, obviamente, o conflito dentro da sua visão estratégico-militar, mas, como Senador da República e representante do meu Estado do Rio Grande do Sul, vejo também, com muita preocupação, todas as violações que vêm sendo cometidas ao longo desse conflito. Espero que ele se resolva e se resolva para o bem do povo ucraniano, e que aqueles que empreenderam essa guerra de conquista paguem efetivamente pelos crimes que cometeram.

Eu lembro que tivemos, durante a década de 90 do século passado, crimes que foram cometidos na antiga Iugoslávia, quando houve a dissociação, a dissolução daquele país e a formação das inúmeras repúblicas lá na Sérvia, na Bósnia, em Kosovo. E, mais cedo ou mais tarde, aquelas pessoas que cometeram crimes foram levadas aos tribunais, foram julgadas e estão presas até o dia de hoje. Eu espero que isso aconteça com os criminosos que empreenderam e estão empreendendo essa guerra de conquista contra o povo ucraniano.

Então, as senhoras e os senhores, eu vejo aqui os representantes de países europeus que fazem parte da linha limite entre aquilo que pode ser uma nova expansão da Rússia e que avance. Eu vejo aqui o representante da Polônia, vejo o representante da Noruega, que estão exatamente na linha de frente. E podem ter certeza de que, aqui no Brasil, existe uma maioria. Não vamos dizer que essa maioria seja estridente; é uma maioria silenciosa, mas é uma maioria que apoia a luta contra a tirania, a luta a favor da liberdade.

Vida longa à Ucrânia! Viva o povo ucraniano! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Agradeço ao Senador Hamilton Mourão, no momento em que eu também apoio as posições em relação ao que o Brasil deveria ter feito na Assembleia Geral da ONU, de apoiar, de externar de maneira clara, adequada, firme, o apoio à Ucrânia, nesse quarto ano da guerra, inclusive, aqui, não da guerra; da invasão - eu nunca uso a palavra "guerra" também -, da invasão da Rússia em relação à Ucrânia: o firme compromisso da Assembleia com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas; um cessar-fogo imediato, completo e incondicional; uma paz abrangente, justa e duradoura, em conformidade com o direito internacional e a troca completa de prisioneiros de guerra. Quer dizer, Brasil se absteve, mas é realmente a posição do povo brasileiro em sintonia com isto que foi debatido na ONU e é a posição do Congresso Nacional, não tenho dúvida alguma, em relação a isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) - Presidente, como nós estamos sendo assistidos pelo Brasil inteiro, é só bom lembrar que a resolução hoje teve o apoio de 107 países - só 12 países votaram contra a resolução da ONU -, 107! Alguns se abstiveram, e, vergonhosamente, o Brasil está no grupo desses alguns, mas 107 países apoiaram a resolução da ONU, sinal de que nós não estamos sozinhos. O mundo quer a paz na Ucrânia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Muito bem.

Como último participante desta bela reunião, deste encontro de solidariedade com a Ucrânia, com o povo ucraniano, com tudo o que foi relatado nesta audiência, passo a palavra, com muito prazer, ao Vitorio Sorotiuk, que é Líder da Representação Central Ucraniano-Brasileira.

O SR. VITORIO SOROTIUK (*Por videoconferência.*) - Bom dia a todos.

Estão me ouvindo, Senador?

15/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Estamos ouvindo, escutando. Só estou dizendo para você que é boa tarde. *(Risos.)*

O SR. VITORIO SOROTIUK *(Por videoconferência.)* - Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Estou brincando, é que você falou "bom dia".

O SR. VITORIO SOROTIUK *(Por videoconferência.)* - Bom dia é o dia inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Tá! *(Risos.)*

O SR. VITORIO SOROTIUK *(Por videoconferência.)* - Caro Senador Flávio Arns, que já, na verdade, integra a nossa comunidade ucraniana por ser o Presidente desta Comissão de relações do Senado Federal de amizade com a Ucrânia; caros Senadores Hamilton Morão, Damares Alves, com quem já estivemos no passado em contato; Senador Jorge Seif; caro Oleg Vlasenko, Encarregado de Negócios da Embaixada da Ucrânia; meu Embaixador do Brasil na Ucrânia, Rafael Vidal, com o qual estivemos em bom contato, em agosto, agora, do ano passado, na Ucrânia; Paul Grod; Srs. Embaixadores, principalmente dos países europeus que aqui estão, nós somos uma comunidade de aproximadamente 600 mil brasileiros descendentes de ucranianos. Nós estamos no Brasil, há mais de 130 anos; vamos completar 135 anos este ano da nossa imigração. Vivemos principalmente no Estado do Paraná, no Estado de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas hoje estamos no Brasil todo já. Nós temos mais de 300 comunidades religiosas no Brasil, 30 grupos folclóricos, grupos de artesanato, temos atividades intensas culturais mantendo as tradições ucranianas. Nós mantemos a nossa língua, fazemos esforço por mantê-la, mantemos nossas tradições culturais, mantemos a nossa culinária, assim como os demais. Eu gostaria de que todos os Embaixadores e representantes diplomatas que aqui estão, quando visitarem principalmente o Estado do Paraná, entrem em contato com a embaixada, que ela fará um contato com vocês, e a nossa comunidade terá um grande prazer e satisfação em recepcioná-los aqui em nosso Estado do Paraná.

Visto isso, eu quero dizer que eu sou descendente ucraniano dos quatro avós, já de uma terceira geração, e, o ano passado, em agosto, junto com o Paul Grod, integramos uma comitiva de todo mundo da nossa diáspora e fomos ao café da manhã de agosto, sob convocação do Presidente Zelensky, e depois tivemos com ele contato.

Na sequência desse contato, eu vim a Ternopil, de onde vieram meus antepassados. Em Ternopil, encontrei um primo distante, Andriy, e ele me levou até a praça central de Ternopil. E, a praça central de Ternopil, estava cheia de cartazes com retratos de heróis tombados no *front* em defesa da Ucrânia. E ele chegou até um desses retratos e me mostrou, Evgeny Sorotiuk, nosso primo. É um primo que eu não conheci, tombou aos 38 anos. Com isso, eu quero dizer que não só eu, mas 600 mil brasileiros descendentes de ucranianos, quando voltarem à Ucrânia, irão encontrar seus entes queridos e suas relações familiares que tombaram no *front* ou feridos, ou atingidos duramente pela guerra.

Então, com isso, Srs. Senadores e Srs. Embaixadores, a guerra atinge os brasileiros também. Há aqui 600 mil brasileiros que todo dia pensam na Ucrânia. E não são só os 600 mil descendentes de ucranianos, porque nós temos amigos e eles se preocupam conosco. Então, diretamente, na psique, na dor, essa guerra atinge o povo brasileiro. Atinge também indiretamente, por causa dos preços dos alimentos. O nosso Governo, que se preocupa tanto com a fome no mundo, essa guerra estava prejudicando o envio dos alimentos da Ucrânia aos países, principalmente africanos, que precisam do trigo e de outros alimentos para saciar a fome. Nesse sentido, essa guerra atinge diretamente e indiretamente o povo brasileiro.

Nós apreciamos que o Brasil tenha essa posição de condenar a agressão, mas nós consideramos que isso não é o suficiente. Nós consideramos que o presente caso é um caso de uma grande injustiça. E Desmond Tutu já disse que, quando você está em frente a uma injustiça, ficar neutro é ficar ao lado do opressor. Nós não concordamos com essa neutralidade do Brasil. Não precisava enviar armas, não precisava integrar o conflito, mas poderia ter sido muito mais solidário, e é isso que nós reivindicamos. Nós consideramos que neutralidade não pode ser indiferença e nós queremos que o Brasil faça mais gestões pela paz. Não é o suficiente o que o Brasil vem fazendo.

Eu, antes das eleições, encontrei-me acidentalmente com o Presidente Lula, e ele me prometeu que, se fosse a Moscou, iria à Ucrânia também. Ele foi a Moscou. E eu espero, Senador Flávio Arns, que nós trabalhemos para que ele visite Kiev, como convidou o Zelensky. Ele tem uma dívida para conosco, para com a nossa comunidade.

Eu também já fiz dois pedidos de audiência com o Presidente Lula, como tinha feito com o Presidente anterior, e não recebi resposta. Eu gostaria que nós trabalhássemos, imediatamente, para que a Presidência da República recebesse uma delegação da nossa comunidade ucraniana, com o atual Presidente da nossa Representação Central Ucraniano-Brasileira, encabeçada pelo Dr. Roberto André Oresten, com os presidentes das nossas entidades, com os nossos arcebispos e bispos, para que transmitissem diretamente ao Presidente a dor e o sentimento de como essa guerra atinge diretamente a comunidade ucraniana, então, para que o Brasil venha a participar mais efetivamente das gestões da paz. O Presidente

16/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Lula tomou iniciativas louváveis na área ambiental internacional e deveria ser mais forte na questão da paz; deveria ser mais forte na sua conversa com Vladimir Putin; deveria impor mais a força e a potência do povo brasileiro, expressar o que a nação brasileira quer, porque a nação brasileira, como foi dito por todos, está pela Ucrânia.

Em segundo lugar, tentem fazer uma ajuda humanitária mais intensa! Eu acredito que devemos reforçar o trabalho do nosso Embaixador Rafael Vidal na Ucrânia; todo o apoio a ele nos esforços humanitários que ele vem fazendo. Eu acho que... Todos os Senadores deem um apoio a todas as demandas do nosso Embaixador que está buscando intensificar a ajuda humanitária do Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. VITORIO SOROTIUK (Por videoconferência.) - ... com o povo ucraniano, e também o apoio, posteriormente, à reconstrução da Ucrânia.

É isso que nós esperamos, que, no Brasil, juntos demos as mãos para que a nossa solidariedade, não só a do povo brasileiro, a do Governo brasileiro, seja mais efetiva, numa exigência para que cesse essa agressão russa imediatamente à Ucrânia, para que venha a paz e para que possamos reconstruir a Ucrânia como ela é: bela, sorridente, cheia de alegria, viva na sua cultura, resistente, forte, milenar. Nós sentimos isso e temos orgulho. Nós temos orgulho de sermos descendentes de ucranianos pela resistência do povo ucraniano frente à segunda potência bélica do planeta, mas queremos ter mais orgulho do Governo brasileiro e do povo brasileiro no apoio ao fim da guerra na Ucrânia.

Slava Ukraini! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Muito bem, antes de encerrarmos esta reunião, este encontro de solidariedade à Ucrânia, ao povo ucraniano, pelos quatro anos de invasão da Rússia àquele país, penso que os objetivos foram atingidos, no sentido de sensibilizar, conscientizar, colocar para a sociedade os argumentos todos em relação ao que vem acontecendo, e isto tudo vem numa sequência desta frente parlamentar Brasil-Ucrânia. Como a Senadora Damares Alves já mencionou, nós estivemos na Embaixada do Catar discutindo a situação das crianças que foram sequestradas para a Rússia, 20 mil a 30 mil crianças, de acordo com os relatórios oficiais; já estivemos com o Ministro das Relações Exteriores fazendo este debate, inclusive com a presença também do Vitorio Sorotiuk; os membros da frente parlamentar foram à Ucrânia, reuniões parecidas com esta, nunca são iguais, algumas já foram realizadas nessa frente parlamentar; exposições fotográficas, a segunda delas, como o Sr. Embaixador da Polônia já mencionou, vai acontecer, na semana que vem, no período de 2 a 6 de março, aqui no Senado Federal, mas são iniciativas para deixar evidente que o Congresso Nacional e o povo brasileiro estão juntos, Vlasenko, com o povo ucraniano e com aquele país, repudiando a invasão, o crime e pedindo, como o Vitorio colocou, uma posição muito mais determinada, firme, não neutra, em relação às crianças que foram sequestradas, porque foi a resolução do ano passado da ONU, e o Brasil se absteve também, como a resolução aprovada no dia de hoje pelos quatro anos da invasão. Deixar muito claro que é uma invasão, não é uma guerra, a solidariedade ao povo da Ucrânia, respeito ao direito internacional e à ordem democrática, como deve ocorrer em qualquer que se diga um país civilizado.

Então eu quero novamente agradecer a presença dos Srs. Embaixadores, Embaixadoras, dos corpos diplomáticos, dos Senadores, sempre solidários também com essa questão; agradecer às pessoas que nos acompanharam nesse período também deste encontro, desta audiência, desta reunião; e dizer que ficamos, como frente parlamentar, à disposição das embaixadas aqui representadas e das que eventualmente não puderam participar, porque existe um forte apoio, particularmente da União Europeia e de tantos países, para a questão da Ucrânia. Ficamos à disposição para os entrosamentos, os debates, as discussões que se fizerem necessárias.

Poderíamos continuar, sabe, Vlasenko, por mais tempo, mas o Plenário do Senado Federal já iniciou as suas atividades. Então, inclusive regimentalmente, temos que encerrar esta reunião.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - O rei Davi nos espera.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - Como?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - O rei Davi nos espera.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PSB - PR) - O rei Davi nos espera - o Davi Alcolumbre. (*Risos.*) O rei Davi nos espera.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

As Sras. Parlamentares e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

17/18



Reunião de: 24/02/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Aprovada.

Agradeço novamente.

Cumprida a finalidade do evento, agradeço pela presença e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.)



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 5

REQ nº 83/2026	Jayme Campos	Art. 13, do RISF	18/03/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 84/2026	Ana Paula Lobato	Art. 13, do RISF	03/03/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 85/2026	Angelo Coronel	Art. 13, do RISF	10/03/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 87/2026	Flávio Bolsonaro	Art. 13, do RISF	31/03/2026 e 01/04/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 88/2026	Carlos Portinho	Art. 13, do RISF	17/03/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.



REQ
00083/2026

SENADO FEDERAL

SF/26122.64482-83 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em Portugal, em 18/03/2026.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País em 18/03/2026.

Sala das Reuniões, de de .

Senador Jayme Campos
(UNIÃO - MT)

Assinado eletronicamente, por Sen. Jayme Campos

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7216184644>

REQ
00084/2026

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

SF/26282.19785-81 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 03/03/2026, a fim de relizar reuniões com lideranças políticas maranhenses.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2026.

Senadora Ana Paula Lobato
(PSB - MA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Ana Paula Lobato

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7873145758>



REQ
00085/2026

SENADO FEDERAL

SF/26579.72804-59 (LexEdit*)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, caput, do Regimento Interno do Senado Federal, seja justificada minha ausência nas votações nominais ocorridas na Sessão Deliberativa Ordinária ocorrida no Plenário do Senado Federal no dia 10 de março de 2026, tendo em vista atividades de interesse parlamentar fora do Distrito Federal.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2026.

Senador Angelo Coronel
(REPUBLICANOS - BA)

Assinado eletronicamente, por Sen. Angelo Coronel

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7872794905>

REQ
00087/2026

SF/26375.15911-70 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, Nos Estados Unidos da América, de 31/03/2026 a 01/04/2026.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 26/03/2026 a 01/04/2026.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2026.

Senador Flávio Bolsonaro
(PL - RJ)



Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Bolsonaro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3122995109>



REQ
00088/2026

SENADO FEDERAL

SF/26859.89660-28 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, em 17/03/2026.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2026.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3933328688>

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Bruno Bonetti** (S)

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

PODEMOS - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro*
UNIÃO - Jayme Campos*
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
PL - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 22 MDB-10 / UNIÃO-4 / PODEMOS-5 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	PODEMOS / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18 PSD-13 / PSB-5

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Carlos Fávaro.	PSD / MT
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 17 PL-16 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Bruno Bonetti.	PL / RJ
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC

Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Sergio Moro.	PL / PR
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 13 PP-7 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 11 PT-9 / PDT-2

Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Democracia.	22
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	17
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	11
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Fernando Dueire* (MDB-PE)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Giordano* (PODEMOS-SP)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Bruno Bonetti** (PL-RJ)	Humberto Costa* (PT-PE)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Irajá* (PSD-TO)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Sergio Moro** (PL-PR)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Damare Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Weverton* (PDT-MA)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2ª Roberta Acioly - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 22 Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75) Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Líder do UNIÃO - 4 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93) Líder do PODEMOS - 5 Carlos Viana (57) Vice-Líder do PODEMOS Zequinha Marinho (108) Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18 Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54) Líder do PSD - 13 Omar Aziz (13,53) Líder do PSB - 5 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 17 Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) Líder do PL - 16 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 11 Líder Weverton - PDT (20,62,72) Líder do PT - 9 Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105,110) Vice-Líder do PT Teresa Leitão (35,64,99,106) Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)	Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13 Líder Dr. Hiran - PP (71) Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)	Maioria Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)	Bancada Feminina Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104,111) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105,110) Leila Barros (79)
Oposição Líder Rogério Marinho - PL (50,70) Vice-Líder		



Marcos Rogério (44,94)

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mecias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLID/GLREPUBL).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (PL-PR) (1)	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025
Instalação: 21/10/2025
Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:
1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).
4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista
Telefone(s): 3303 3490
E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025
Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026
Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026
Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026
Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). (DSF de 24/09/2025, p. 5)
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.
Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins
Telefone(s): 6133033490
E-mail: ctcivil@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL
PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025 - CPICRIME

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾

RELATOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 17/06/2025

Instalação: 04/11/2025

Prazo final: 14/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,15,24,26)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(1,13,20,21)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(1,13,20)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(8,9,11,19)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(8,14,17,23)	2. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁵⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,22,28)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽³⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(4,16)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,16)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁸⁾	1. VAGO ^(18,27,29)

Notas:

- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO). ([DSF de 21/10/2025, p. 40](#))
- Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD). ([DSF de 21/10/2025, p. 36](#))
- Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL). ([DSF de 21/10/2025, p. 37](#))
- Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 21/10/2025, p. 41](#))
- Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB). ([DSF de 21/10/2025, p. 39](#))
- Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2025, p. 38](#))
- Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB). ([DSF de 22/10/2025, p. 160](#))
- Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD). ([DSF de 31/10/2025, p. 107](#))
- Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD). ([DSF de 04/11/2025, p. 52](#))



10. Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB). ([DSF de 04/11/2025, p. 54](#))
11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD). ([DSF de 04/11/2025, p. 53](#))
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira (Of. nº 1/2025-CPICRIME).
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO). ([DSF de 05/11/2025, p. 229](#))
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 228](#))
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB). ([DSF de 05/11/2025, p. 235](#))
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT). ([DSF de 05/11/2025, p. 230](#))
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 231](#))
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP). ([DSF de 06/11/2025, p. 142](#))
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD). ([DSF de 05/11/2025, p. 232](#))
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO). ([DSF de 07/11/2025, p. 47](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 42/2025- GLUNIAO). ([DSF de 13/11/2025, p. 130](#))
22. Em 02.12.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Liberal (Of. nº 36/2025-GLPL). ([DSF de 03/12/2025, p. 107](#))
23. Em 25.02.2026, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 01/2026-GLPSD).
24. Em 25.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 18/2026-GLMDB).
25. Em 25.02.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 04/2026-GLPSB).
26. Em 26.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 21/2026-GLMDB).
27. Em 10.03.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GLPP).
28. Em 23.03.2026, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 023/2026-BLVANG).
29. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjuntas: Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres

E-mail: cpicrime@senado.leg.br



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIADULT

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,19)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,20,24)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22,23)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(11,22,23)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,22,23)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:
* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimaraes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).
23. Em 24.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Angelo Coronel foram designados membros titulares, e a Senadora Damares Alves, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).
24. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,32)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(17,36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))



10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLDEMO). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLDEMO). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contrato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA).
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA).
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG).
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

- Notas:**
- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
 - 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabriilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS). ([DSF de 22/08/2025, p. 28](#))
 2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS). ([DSF de 22/08/2025, p. 28](#))
 3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS). ([DSF de 22/08/2025, p. 28](#))
 4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabriilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS). ([DSF de 02/09/2025, p. 46](#))
 6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS). ([DSF de 17/09/2025, p. 116](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12,40,41)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12,40,41)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11,42,43)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11,43)

Notas:

- *. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 23\)](#)
2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)
4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/or diasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))

37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))

39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))

40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))

41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO).

42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. VAGO ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(4,22)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,13,21)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,24,25)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA).
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLDEMO).
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLREDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(20,22,32)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,28)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLDEMO).
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 023/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19,20)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,18,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
20. Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
VAGO ^(4,20,21,25)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,24)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,26,27,28)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,27,28)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 24\)](#)
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
28. Em 24.03.2026, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(7,20)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 30](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). ([DSF de 20/02/2025, p. 192](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). ([DSF de 21/03/2025, p. 19](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 20](#))
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 88](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,11,12,29)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,26)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,28,30)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 31](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLDEMO).
30. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(22,23,25)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. VAGO (8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 35)
2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)
3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)
4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)
5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)
6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 219)
8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM). (DSF de 07/10/2025, p. 52)
9. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(21,26)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30,31)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(6,30,31)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG).
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA).
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG).
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
31. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).

Secretário(a): Ailton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:
1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA). ([DSF de 30/04/2025, p. 155](#))
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA). ([DSF de 07/05/2025, p. 122](#))
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA). ([DSF de 07/05/2025, p. 121](#))
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30). ([DSF de 09/05/2025, p. 36](#))

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,18,19,32)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,31,33)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG).
33. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 34)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 1)

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). (DSF de 19/02/2025, p. 17)

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 9)

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 20)

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). (DSF de 20/02/2025, p. 203)

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). (DSF de 04/07/2025, p. 13)

10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). (DSF de 31/10/2025, p. 108)

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PODEMOS, UNIÃO, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Bruno Bonetti (PL-RJ) ^(2,16,17,18)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,19)	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
- Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG).



19. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)***PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



21) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



22) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS	
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal	José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação	João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco	Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho	Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor	Bárbara Panseri - Fundação Lemann
	Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
	Márcia Ferri - Instituto Natura



30) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



**33) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



34) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



35) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

